UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA

Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles

REPENSANDO OS LUGARES:

Uma discussão entre as políticas urbanas e o modelo mercadológico de organização do espaço

Belo Horizonte

2021

Luana Gontijo Sant'Anna Vaz de Melo Dorneles

REPENSANDO OS LUGARES:

Uma discussão entre as políticas urbanas e o modelo mercadológico de organização do espaço

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Orientador(a): Prof.º Felipe Nunes Coelho Magalhães

Belo Horizonte

2021

LUANA GONTIJO SANT'ANNA VAZ DE MELO DORNELES

REPENSANDO OS LUGARES: Uma discussão entre as políticas urbanas e o modelo mercadológico de organização do espaço

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado de Coordenação Didática do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

Prof.º Felipe Nunes Coelho Magalhães
Departamento de Geografia - IGC/UFMG (Orientador)

Prof.º Frederico Poley Martins Ferreira
Departamento de Ciências Políticas - FAFICH/UFMG (Banca Examinadora)

Profa.º Sibelle Cornélio Diniz da Costa
Departamento de Ciências Econômicas- FACE/UFMG (Banca Examinadora)

Belo Horizonte, 02 de Setembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Meu muito obrigada a todos que tornaram esse estudo possível,

Aos meus pais, que me forneceram todo o suporte necessário para que eu pudesse me dedicar aos estudos ao longo dos anos e que embarcaram em todas as minhas aventuras, sem pontos de parada ou arrependimentos de qualquer tipo.

Aos meus avós, que me ensinaram tanto: a torcer pro Galo, a localização exata de todo o perímetro da floresta amazônica, a história da Rússia, a fazer conta utilizando o noves fora e o porquê da gente detestar tirania.

À minha irmã quase gêmea - ou gêmea, na visão de literalmente qualquer pessoa que nos encontra nas ruas - pelo companheirismo inigualável e pelos constantes pedidos de revisão de textos acadêmicos de medicina que eu confesso nunca ter entendido, mas que com certeza me ajudaram a desenvolver minha escrita e capacidade de síntese (em andamento).

Aos meus amigos, por engajarem nas minhas conversas aleatórias nos momentos sóbrios e nem tão sóbrios assim que me levaram ao encontro do tema desta pesquisa.

À Professora e Pós-Doutora Viviane Gonçalves Freitas, por me incentivar na luta pelo reconhecimento do meu espaço, seja ele onde eu quiser, e por ser uma enorme referência profissional e pessoal, sou muito grata ao aprendizado nos últimos anos.

Ao Grupo Margem, pela vivência diária, pelas amizades e pelos debates insubstituíveis e enriquecedores que marcaram boa parte do meu percurso.

Ao meu orientador, Felipe Nunes Coelho Magalhães, quem gentilmente aceitou meu convite completamente virtual e sem nenhuma referência anterior, e quem me auxiliou tanto e com bastante cuidado e atenção. Obrigada pelos ensinamentos e pela dedicação.

À Banca Examinadora, composta por Frederico Poley Martins Ferreira e Sibelle Cornélio Diniz da Costa, pelo interesse, pelo aceite e pelas contribuições valiosas.

RESUMO

O presente trabalho tematiza a questão da produção de políticas urbanas tendo em vista o avançar de uma mentalidade neoliberal nas cidades contemporâneas, entendendo o espaço como ator primordial na compreensão das dinâmicas sociais e econômicas que dão lugar às vivências. Nesse sentido, o objetivo principal é o desvelamento das características que circundam e demarcam a alternativa capitalista como hegemônica, de tal forma a promover uma contraposição às experiências comunitárias e de autogestão do uso do espaço, para que sejam assimilados em que aspectos o ordenamento mercadológico dos espaços é subvertido e em especial como são processadas as desigualdades nesses sistemas, recuperando os impactos promovidos pelas reorganizações em torno do comum, acreditando que essas dinâmicas favorecem o desenvolvimento de práticas não particularistas e que maximizam os benefícios individuais e coletivos em diferentes âmagos. Para tanto, são relatadas três experiências distintas: (a) Os Kibutzim; (b) O Cohousing; (c) As Ecovilas. A partir das narrativas trabalhadas, são elencados movimentos correntes entre as possibilidades e levantadas estratégias e abordagens que se mostram interessantes à incorporação nos processos de formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: *espaço; urbano; políticas públicas; neoliberalismo; comunidades*

ABSTRACT

The aim is to discuss the production of urban policies, considering the increasing of the neoliberal mentality in contemporary cities, and understanding space as a key factor in understanding the social and economic dynamics that enables experiences. Thereby, the main objective is to unveil the characteristics that surround and demarcate the capitalist alternative as hegemonic, while promoting a contrast to community experiences and self-management of the use of space, in order to assimilate in what circumstances the marketing order of the spaces is subverted and, in particular, how inequalities in these systems are processed, recovering the impacts promoted by reorganizations around the common, believing that these dynamics favor the development of non-particularist practices that maximize individual and collective benefits in different cores. To achieve that, three distinct experiences are reported: (a) The Kibbutzim; (b) The Cohousing; (c) The Ecovillages. It is expected that the narratives lead to the view of the mutual movements between the possibilities and list strategies and approaches that can be interesting for incorporation in the processes of formulating public policies.

Key-words: *space; urban; public policy; neoliberalism; communities*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1- Chave comparativa 74

QUADRO 2 - Os Kibutzim 88

QUADRO 3 - O Cohousing 98

QUADRO 4 - As Ecovilas 104

FIGURA 1 - Kibutz Ein Harod (1936) 85

FIGURA 2 - Skråplanet (1973) 95

FIGURA 3 - Findhorn Ecovillage (2021) 102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

FNHIS - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

GEN - Rede Global de Ecovilas

KKL - Keren Kayemet LeIsrael

MCMV - Programa Minha Casa Minha Vida

OGU - Orçamento Geral da União

OUC - Operações Urbanas Consorciadas

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

SCD - Design de Contato Social

SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

UPV - Unidade de Vida Privada

UVC - Unidade de Vida Coletiva

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 11

2 ENTRE O INDIVÍDUO E O ESPAÇO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O URBANO 18

2.1 Percursos Teóricos 19

2.2 "Crise Urbana?": Contribuições para a ilustração do cenário hodierno 27

3 POLÍTICAS URBANAS EM FOCO: UMA BREVE RECUPERAÇÃO DAS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS E SUAS RELAÇÕES COM O MODELO MERCADOLÓGICO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO 37

3.1 A formulação de Políticas Públicas e o Capital 39

3.1.1 Marxismo 40

3.1.2 Pluralismo 41

3.1.3 Economia política urbana 42

3.1.4 Novos atores, novos arranjos e governança 43

3.1.5 Formas de ação política e relações entre atores 44

3.2 Tipologias e trajetórias das principais políticas urbanas no capitalismo contemporâneo 46

3.2.1 O Planejamento Estratégico 48

3.2.2 O Urbanismo Espetáculo 52

3.2.3 A Engenharia do Consenso 53

3.2.4 A Cidade Financeirizada 54

4 ALTERNATIVAS E RESISTÊNCIA: COMO EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DE AUTOGESTÃO SE DISTINGUEM DOS MODELOS HEGEMÔNICOS DAS CIDADES CAPITALISTAS 59

4.1 A Autogestão e os caminhos entre o Utópico e o Comum 62

4.2 Método 71

4.2.1 Critérios de Análise 74

4.2.2 Estudos de Caso 83

4.2.2.1 Os Kibutzim ……..... 85

4.2.2.2 O Cohousing 95

4.2.2.3 As Ecovilas ……..... 102

4.2.3 Movimentos Centrais ……..... 108

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 110

6 REFERÊNCIAS 115

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é construído a partir da apreensão de características existentes nas relações entre o indivíduo e o espaço, e que, de forma mútua, interferem e são interferidas pelos jogos políticos, sociais e econômicos. Um primeiro fator a ser considerado para esta condição se dá na identificação por Lefebvre (2009) de uma relação utópica e dual que ocorre entre os dois entes, a população e o espaço, direcionada por uma relação na qual o espaço permanece fundamental na compreensão dos cenários, mas que ele é também constantemente moldado pelas dinâmicas e relações sociais que operam sobre si. Nesse sentido, o espaço torna-se ator central na gestão dos modos de vida, de forma a permitir ou coibir diferentes possibilidades, sejam elas de ordem política, social, econômica, religiosa, cultural, etc. É nessa compreensão que, como colocado por Milton Santos (1997, p.18), "é doravante impossível analisar o espaço e sua evolução sem levar em conta o papel do Estado na vida econômica e social".

Essa hipótese é sustentada pelo reconhecimento de que existe um *controle involuntário,* ou *não desejado,* dos ritmos do espaço a partir do Estado e das grandes corporações, enquanto Instituições, e que se dá pela apresentação de investimentos e de encorajamentos que são refletidos nas possibilidades de ocupação e atuação nos espaços. Assim, quando colocado o espaço urbano ocidental contemporâneo sob análise, registra-se a constatação de Jameson (2000, p. 74- 75) de que após advento e consolidação do regime capitalista de forma global, origina-se uma nova ordem capitalista do espaço e que penetra e coloniza demais esferas de vida, sendo o Estado um desses espaços de colonização, e por conseguinte, também as políticas públicas por ele elaboradas.

Alvarenga (2016, p.100) destaca essa característica quando retomada à questão urbana ao apresentar que "o direito à cidade aparece de forma mais explícita na composição de leis e planos diretores, dando ao governo a tocha de promotor" (ALVARENGA, 2016, p.100). Sendo assim, o Estado torna-se detentor de uma atividade ideológica minuciosa justamente por envolver um diálogo entre os próprios aparelhos burocráticos e legais de governo, os movimentos sociais, e os agentes privados, valendo o destaque de que, dentre os choques de interesse e poder colocados,

muitas vezes a sociedade tem sua participação neutralizada, e os interesses mais voltados à manutenção da propriedade privada e dos meios de produção são ampliados. Desta forma, pelo próprio desempenho gestor do Estado, sobretudo no âmago da resolução de conflitos de interesses, ele abriga contradições e brechas que fundem-se em suas formulações e encaminhamentos.

Um desses casos é refletido no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV, 2009), realizado no Brasil para fins de superação dos déficits habitacionais e estímulo de habitação social. O MCMV atuou no subsídio e facilitação de acesso à compra de imóveis para famílias de baixa renda, estimulando a produção em massa de novos bens e reforçando a alternativa neoliberal de que no mercado centram-se as soluções aos problemas emergentes, sejam quais forem suas raízes e repercussões, lesando-o de qualquer crítica ou discussão sobre suas atribuições e modos de atuação.[1] Santos (1997) corrobora nessa conjectura de que a cidade é influenciada pela lógica produtiva capitalista ao acrescentar a dimensão da alienação do ser em relação ao espaço. Nota-se que a cidade, fragmentada no espetáculo econômico mundial advindo da globalização, perde-se em sua capacidade de responder às demandas locais, de tal forma a fazer com que a cidade seja vista com estranheza pelo indivíduo que a habita, tornando-a alienante ao indivíduo:

> Quando a economia se complica, uma dimensão espacial mais ampla se impõe, e o espaço do trabalho é cada vez menos suficiente para responder às necessidades globais do indivíduo. Sua tarefa não passa de uma parcela ínfima dentro do processo que interessa a milhares e milhões de pessoas, separadas frequentemente por milhares de quilômetros. A percepção desse grande espaço torna-se então, fragmentária, enquanto o espaço circundante só explica uma parcela de sua existência. (SANTOS, 1997, p. 18-19).

[1] Magalhães (2015, p. 236): "O fato do programa ter sido inspirado na política habitacional chilena adotada no início do governo Pinochet (diretamente assessorado por economistas ligados à escola de Chicago, os chamados Chicago Boys), acompanhando sua política de erradicação de favelas e assentamentos irregulares (RODRIGUES; SUGRANYES, 2004), ilustra perfeitamente sua inserção em padrões neoliberais de resposta do Estado a situações em que o livre mercado não provê soluções e resultados publicamente adequados.

É nesta contiguidade em que Magalhães (2015, p.47 - 53) deixa claro que nos governos (neo)liberais é alimentada, enquanto suposto discurso e ideologia, uma atmosfera na qual o Estado limita-se na criação de condições jurídicas e policiais para que a competição entre os indivíduos sirva ao interesse coletivo, reforçando o papel do mercado como grande entre solucionador dos problemas humanos pois age sob domínio das individualidades e dos interesses subjetivos que "promoverão trocas mutuamente benéficas que, em seu conjunto, necessariamente promovem o bem estar coletivo (através de um agregado de utilidade (satisfação) mais elevado para todos)" (MAGALHÃES, 2015, p.49). Dessa forma, há uma máxima de individualização das soluções mesmo para problemas de abrangência coletiva, e que refere-se à superação do entendimento paternalista do Estado sobre os indivíduos, alegando que as decisões sobre alocações de recursos nesses governos requer o alcance de uma onisciência que é impossível.

Logo, segundo a lógica de mercado, as cidades contemporâneas tornam-se espaços hostis ao desenvolvimento de práticas de ordem comunitária, e, ao mesmo tempo, reforçam a opção capitalista como único modo de vida, repercutindo ainda nos desenhos de práticas e políticas urbanas, fazendo com que os princípios de individualização e soberania das particularidades sejam falaciosamente rivalizados com as experiências coletivas, como se não houvesse a possibilidade de interseção, consenso ou até mesmo de sobreposição desses interesses. Tal constatação origina-se de uma compreensão rugosa da lógica de ação coletiva dentre esses cenários, já que ela é vista como incompatível com lógicas utilitaristas e de maximização dos benefícios.

É apontado, porém, segundo Olson (2015), como esses pressupostos podem ser subvertidos. Embora o autor liste fatores limitadores e dificultadores, que podem ser exemplificados na composição, numeração e diversificação dos grupos, bem como na necessidade de hierarquias e práticas coercitivas que incentivem a participação nos arranjos, o economista deixa claro que é possível o desenho de uma operação coletiva a partir da organização individual de interesses e recebimento de benefícios nos níveis individuais e coletivos, de forma a gerar um saldo final positivo para o desenvolvimento em ambas as escalas.

Em contrapartida, alinhando com os interesses de mercado, observa-se cada vez mais uma percepção de que os espaços urbanos distanciam-se significamente dos espaços comuns, defendidos por Tonucci Filho (2017, p.25) como aqueles nos quais os bens, espaços e recursos são compartilhados, usados e geridos coletivamente por meio de práticas gestadas pela própria comunidade. Mais uma vez essa situação é reforçada pela constante associação entre impossibilidade de desenvolvimento de ação coletiva sem danos ou prejuízos aos interesses individuais, de forma a fortalecer o desenvolvimento de espaços e cidades cada vez mais individualizados e que promovem o distanciamento do reconhecimento mútuo e das sensações de pertencimento.

Importante ressaltar que os direitos individuais, como sinalizado por Rodrigues (2007, p. 85) de forma alguma representam por si só ameaças e contradições ao desenvolvimento urbano, mas, ao serem alocados em prol dos interesses de mercado e com predomínio de escolhas sobre valor de troca, os direitos coletivos são minorizados e as desigualdades socioespaciais alimentadas, distanciando o espaço urbano dos ideias que são refletidos na luta ao Direito à Cidade[2]. Em resumo, o que as desigualdades socioespaciais promovem são organizações cuja "hiper carência que assola os trabalhadores, moradores das áreas segregadas, produto do sucesso do modo de produção capitalista, criam, contraditoriamente, os conflitos sociais." (RODRIGUES, 2007, p.85).

Esse estágio é crucial para a identificação de uma Crise Urbana, entendida por Harvey (2008) como uma reação à capitalização dos processos de urbanização, e que tem como uma de suas respostas à luta pelo direito à mobilidade urbana, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação e à cidade. A crise é ilustrada a partir de uma ausência de coesão acerca da gestão dos problemas que são fortificados no ambiente urbano, ligados à queda vertiginosa do comum e que ecoam sobre o não atendimento de demandas diversas nos níveis individuais e coletivos, já que o espaço torna-se parte crucial ao desenvolvimento e manutenção da lógica de produção capitalista. Ainda, é possível observamos, ao longo de toda a última década, protestos multitudinários que se

[2] "A iniciativa de formular os princípios do direito à cidade tem como principal pressuposto lutar contra todas as causas e manifestações de exclusão: econômicas, sociais, territoriais, culturais, políticas e psicológicas. É uma resposta social, um contraponto à cidade mercadoria. A luta pelo direito à cidade é a expressão do interesse coletivo." In: ORTIZ, H. Hacia una Carta Mundial por el Derecho a la Ciudad. México: UNESCO/Habitat International Coalition, setembro de 2006. (Relatório técnico científico, n/p.)

colocam aparentes de maneira global e generalizada como uma configuração identificada por Krastev (2014, p. 13) como resultado de uma uma explosão de indignação moral e fortemente atrelada à ideia de manutenção dos modos de vida, ameaçados pelas transformações socioespaciais que se colocaram nos anos anteriores.

No caso brasileiro, por exemplo, visualizamos nos protestos existentes nas Jornadas de Junho de 2013, impulsionados pela questão da mobilidade - temática de grande interesse à disposição urbana e as políticas urbanas - um questionamento advindo da noção do bem comum, como apontado por Mendonça (2018). Se era esperado que o conceito acompanhasse o diagnóstico de Rawls (1999) de que o bem comum é originado por noções de liberdade e igualdades que se articulam na produção de um benefício coletivo, nota-se, ao contrário, uma inflexão em direção à respostas mais individualizadas e particularistas, dialogando com o momento.

Contudo, refutando as expectativas da visão de mercado e as principais tendências hodiernas, a história nos proporciona uma seleta coleção de experiências de produção do espaço geridas de forma oposta - em maior ou menor grau - à visão capitalista hegemônica e reforçadas por práticas de cooperação, apropriação e autogestão de forma a superar as dicotomias entre o público e o privado e construir um espaço comum e capaz de assegurar o desenvolvimento benéfico de diferentes vivências. Isto posto, a pesquisa busca objetivamente, a partir da investigação e descrição de algumas dessas experiências comunitárias e de autogestão do uso do espaço, a elaboração de uma reflexão com vistas à construção de uma nova política urbana, levando em consideração as experiências e os valores apontados em cada caso, entendendo como são processadas as desigualdades nesses sistemas, e quais os impactos promovidos por essas reorganizações em torno do comum, respondendo então a seguinte pergunta: **Em que aspectos as experiências de organização comunitária e de autogestão se contrapõem ao ordenamento mercadológico dos espaços?**

São ao menos duas as hipóteses que sustentam tal indagação. A primeira delas refere-se à compreensão de que é mais provável que existam mais espaços comuns e compartilhados nas experiências de autogestão, do que nas cidades capitalistas usuais, já que a dinâmica da ação coletiva oferece maior suporte ao desenvolvimento de práticas não particularistas e que envolvam medidas de compartilhamento de responsabilidades

em todas as etapas de uma ação, desde as fases de formulação até as de uso coletivo e manutenção. É esperado que, portanto, tomando a primeira hipótese como verdadeira, nas experiências de organização comunitária e de autogestão do espaço sejam colocados outros modos de vida e trabalho em evidência em relação à hegemonia da visão de mercado, de forma a maximizar os benefícios coletivos, ambientais, de preservação e redução de desigualdades.

A importância do questionamento é justificada enquanto se faz reconhecida a possibilidade de execução de uma comparação entre os modelos mais usuais de organização do espaço, pautados pelas razões de mercado, à modelos que contraponham-se a essa racionalidade, superando a lacuna existente na bibliografia acerca do tema e dos paralelos traçados por essas diferenciações. Ao mesmo tempo, pretende-se, a partir das reflexões proporcionadas pelos estudos não só dos casos específicos que ilustram alternativas opositoras ao modelo hegemônico, mas também através da caracterização da problemática urbana contemporânea, chamar atenção para um debate mais humano e sustentável das políticas urbanas, geralmente imersas em discussões de ordem meramente financeira e que por muitas vezes descartam os outros aspectos da vida humana. Há uma expectativa também de que o estudo possa gerar um ganho social que ultrapasse as barreiras acadêmicas, podendo servir como subsídio de possíveis políticas que venham a emergir, especialmente no que se refere à incorporação de usos auto geridos do espaço urbano, contrabalanceando a maior parte das práticas costumeiras e empoderando a população.

Para tanto, o trabalho está dividido em cinco capítulos, sendo o primeiro esta breve Introdução, e o último responsável por apresentar as Considerações Finais, de forma a identificar de forma sumarizada e objetiva os principais achados e discussões acerca do tema. O Segundo Capítulo, intitulado **"Entre o Indivíduo e o Espaço: Uma discussão sobre o urbano"**, centra-se na apresentação de percursos teóricos, abordagens e postulados que exemplificam as diferentes relações estabelecidas entre o indivíduo e o espaço urbano, dedicando-se também na descrição e caracterização da Crise Urbana corrente, destacando o papel do mercado neste cenário globalizado e trazendo problematizações que ilustram o momento e suas reverberações nos campos políticos, econômicos e sociais.

O Terceiro Capítulo, **“Políticas Urbanas em foco: Uma breve recuperação das principais tipologias e suas relações com o Modelo Mercadológico de Organização do Espaço”**, discorre sobre como se dão os envolvimentos do mercado na formulação e no desenvolvimento das políticas urbanas, com fins de demarcações claras dos entrelaçamentos e das repercussões. Exatamente nessa sequência, busca-se elucidar ainda as tipologias e trajetórias das principais políticas urbanas no capitalismo contemporâneo, apresentando as estratégias entre o planejamento estratégico, o urbanismo espetáculo, sobre a política de consenso em temática urbana e a cidade financeirizada.

Por fim, O Quarto Capítulo, **“Alternativas e Resistência: como experiências de organização comunitária e de autogestão se distinguem dos modelos hegemônicos das cidades capitalistas”,** reúne uma sequência de estudos de casos, trazendo como pano de fundo as experiências dos Kibutzim, do Cohousing e das Ecovilas, todos orientados para a recuperação da pergunta de pesquisa abordada já nesta introdução. Destaca-se também a apresentação das condições e dos métodos e nele são elencadas características mais gerais sobre as diferentes abordagens de organizações de autogestão e caráter comunitário no espaço, posteriormente retomadas nas discussões finais do capítulo seguinte. Sigamos as exposições.

2 ENTRE O INDIVÍDUO E O ESPAÇO: UMA DISCUSSÃO SOBRE O URBANO

Por muito a discussão sobre o espaço se viu atrelada à noção de espaço geométrico, considerando as dimensões e proporções físicas de cada lugar. No entanto, superando a lógica cartesiana, muitos estudiosos passaram a visualizar as dimensões que ultrapassam as condições empíricas dos lugares, colocando em foco as esferas de ação social sob aspectos como cultura, economia, religião e política na compreensão do espaço. É através de Lefebvre (1991, p. 6) que nos dedicamos mais propriamente no desvelamento dos objetos sociais e seus desdobramentos na composição espacial, já que torna-se reconhecida a existência de elementos entre os *espaços reais,* mais associados à noção cartesiana de espaço e os *espaços mentais,* relacionados à segunda dimensão proposta à concepção espacial.

É neste seguimento em que surgem as primeiras questões que motivam o objeto desta pesquisa. Se há um elemento social que compõe os lugares, como e de que forma esse elemento pode influenciar os percursos e modos de produção, utilização e apropriação dos espaços? Uma das respostas nos é encaminhada pelo reconhecimento de que "cada sociedade - e, portanto, cada modo de produção com suas sub variantes (...) - produz um espaço, seu próprio espaço." (LEFEBVRE, 1991, p.31). Neste cenário, a justificativa é colocada sobre o entendimento de que as relações de *reprodução,* associadas às relações sociais entre idade, gênero e que compõem as famílias, e *produção,* considerando as hierarquias de trabalho, estão interligadas, agindo de forma mútua na definição dos meios, dos recursos, das possibilidades e das restrições colocadas nas concepções e utilizações dos espaços.

Logo, considerando o avanço do capitalismo sobre a sociedade, Lefebvre (1991, p.53) aponta para a produção de espaços que incluam lógicas próprias de mercado nas suas determinações. Desse modo, é possível considerarmos aspectos compartilhados sobre a hegemonia dos interesses capitalistas nos desenhos espaciais, e que tomam forma enquanto (a) planejamento em termos físico-espaciais; (b) institucionais e formais, considerando jurisdições e legislações e; (c) culturais, a partir da realimentação e perpetuação dos estigmas capitalistas sob as lógicas de *produção* e *reprodução* através da constante validação dos argumentos, das teorias e dos conhecimentos de mercado pelos componentes do Estado.

Por esse ângulo, considerando o *espaço social* enquanto aquele "ocupado pelos fenômenos sensoriais, incluindo produtos da imaginação como projetos e projeções, símbolos e utopias" (LEFEBVRE, 1991, p.12), faz-se totalmente possível o reconhecimento de paralelos entre os modos de organização social e suas repercussões em termos espaciais de forma a que uma segunda questão seja colocada: Se considerarmos outros modos de produção e, por consequência, uma sociedade diferente da sociedade capitalista hegemônica, termos um resultado diferente em termos espaciais? Considerando a leitura lefebvriana apresentada, é esperado que sim. Para isso, buscamos evidenciar o arcabouço teórico e os debates em torno do tema.

Na primeira seção são elencados os principais argumentos, as teorias e os embasamentos que permitem uma discussão mais aprofundada sobre as dimensões existentes nas relações entre o indivíduo e o espaço. Objetiva-se o reconhecimento e a reafirmação da importância das trocas para aprofundamento e compreensão da atividade como relevante enquanto responsável por retroalimentar a transformação do espaço. Já na segunda seção, apresentam-se as principais características dessas dinâmicas na contemporaneidade, com vistas a reforçar o caráter de crise, problematizando os abalroamentos mais visados.

2.1 Percursos Teóricos

Primeiramente, para entendermos as implicações dadas pelas relações existentes entre os habitantes e o lugar em que habitam, faz-se justo, antes de tudo, uma determinação do que significa o espaço. O espaço é considerado por muitos um produto socialmente construído e que não existe em si mesmo. Não podemos de forma alguma entendê-lo a partir de um ponto de partida epistemológico no qual ele se descreve como uma categoria independente, estanque, e alimentada apenas pelo seu existir. Pelo contrário, há uma relação social produzida e que forma o espaço em associação às relações temporais, contextuais e que são sobrepostas no seu existir. Assim, o espaço é apreendido por uma filosofia dialética e que não se limita ao ordenamento de artefatos nos lugares. Bem mais do que uma determinação física, o espaço apreende também

dimensões epistemológicas mais complexas e que frequentemente se esbarram no existir do ser, em seus múltiplos modos de vida, cultura e ação. Para Lefebvre (1991,p.11-12):

> Os campos com os quais estamos preocupados são, primeiro, o físico - a natureza, o Cosmos; em segundo lugar, o mental, incluindo abstrações lógicas e formais; e, em terceiro lugar, o social. Em outras palavras, estamos preocupados com o espaço lógico-epistemológico, o espaço da prática social, o espaço ocupado pelos fenômenos sensoriais, incluindo produtos da imaginação como projetos e projeções, símbolos e utopias. (LEFEBVRE, 1991, p.11-12).

É a partir dessa compreensão multidimensional do espaço que o autor nos apresenta uma tríade entre os momentos na produção social do espaço e faz com que sejam entendidos como: *(i) espaços concebidos, (ii) espaços percebidos, e (iii) espaços vividos.* Para isso, Lefebvre (1991, p. 33-39) nos indica que devemos levar em consideração tanto os agentes que produzem o espaço, quanto aqueles que o utilizam e se apropriam dele, além disso, é importante considerar também aspectos como tempo e a dimensão corpórea neste balanço. No primeiro caso, onde verificamos os *espaços concebidos*, centram-se os espaços planejados e instituídos, valendo-se das normativas e técnicas que estabelecem o que pode ser feito e o que é vedado. Erroneamente, muitos associam que ele é gerado a partir de uma estratégia neutra, no entanto, é possível pensarmos que pelo fato de compor um plano, é esperado que venha a convergir com as intencionalidades e demandas daqueles que o produzem, privilegiando a ideia de produto enquanto representante de valor de troca dentro de uma racionalidade capaz de assegurar a tradução do capitalismo num pensamento hierarquizado.

No segundo caso, os *espaços percebidos* emergem como uma intermediação entre os momentos que antecedem e precedem sua marcação, trazendo o foco às práticas espaciais ocasionadas pelos atos, valores e relações que correspondem às lógicas de percepção do que ocorre no mundo e reprodução social. Alves (2019, p. 559) contribui ao debate ao sinalizar como nesta etapa podem ser criados espaços de representação que emergem da necessidade de viver e suas possibilidades de ação.

Por fim, os *espaços vividos* diagnosticam uma junção , por vezes, dos espaços anteriores. Esta etapa está fortemente ligada à cultura, trazendo um alto grau de complexidade para sua interpretação, precisamente pela sobreposição de simbolismos e valores, já que é nele que são visualizados os códigos de representação dos espaços. Considerando o contexto de expansão capitalista e da globalização, é provável ainda que tais valores rumem em direção aos interesses privados e de mercados, a partir de uma lógica que requer fortes esforços de padronização e adaptação daqueles que sentem-se divergentes ao advento capitalista para o funcionamento da engrenagem urbana em suas diversas facetas espaciais.

Numa continuação à discussão proposta por Lefebvre, Shields (1999) complexifica as relações socioespaciais enquanto visualiza a possibilidade de ao menos uma nova categoria entre a tríade citada. Aqui, centram-se espaços descritos de forma menos sólida ou rigorosa, proporcionando a ocasião de uma quarta dimensão, a *espacialização,* que joga luz sobre os espaços criados focando na dimensão temporária e que é fortalecida por uma atmosfera de ação social conjunta, a qual pactua de códigos, simbologias e costumes que dão o caráter ao espaço. A partir da teoria da *Espacialização Social,* elencada por Shields (1997, p.92), entendemos que, para além dos códigos postulados, "o próprio espaço físico é 'produzido' por meio de esquemas de classificação com várias divisões (ideológicas) como áreas boas e ruins; nosso e deles; este lugar e aquele lugar; espaços e lugares para isso ou aquilo".

Essa lógica opera pelo que é sinalizado por Harvey (1992) como um jogo maniqueísta proposto pelas organizações e instituições dominantes com vistas à criação de espaços hierárquicos e simbólicos que se diferenciam entre sagrados e profanos, reforçando as dinâmicas de sujeição e rejeição mútua entre as camadas e que muito se assemelham ao debate de classe presente no confronto capitalista. Por assim ser, nota-se cada vez mais uma performance dúbia e conflitiva nos espaços urbanos que requer, simultaneamente, a *homogeneização*, para a fabricação dos elementos sociais e métodos diversos de gestão, comunicação, controle, vigilância e ação no espaço, e a *fragmentação*, para a expansão da dinâmica e consolidação da forma de ocupação. Segundo Benevolo (1984, p. 29):

> A cidade em que vivemos não é o reflexo fiel da sociedade no seu conjunto, mas um mecanismo mais rígido, que serve para retardar e para amortecer as transformações em todos os outros campos, para fazer durar mais tempo a hierarquia dos interesses consolidados. (BENEVOLO, 1984, p. 29).

De todo modo, entendemos que o elemento social confere parcela fundamental no entendimento do espaço. Nesse sentido, é possível entendermos que os modos de ocupação do espaço se espelham e são espelhados nas diferentes formas de vida, de tal forma com que faça e dê sentido ao cotidiano daqueles que ali se desenvolvem. Por isso, num contexto de massificação das relações sociais e dos objetos culturais compartilhados, que acompanha também a evolução capitalista no mundo ocidental e cada vez mais potencializada desde o advento da Revolução Industrial e corrente aos processo de globalização, nota-se uma homogeneização dos lugares e que, como afirmado por Carlos (2007), redefine as características espaciais e seus tentáculos sociais, culturais e políticos, de tal modo que o lugar se torne integrante em uma grande rede de aldeia global, partilhando valores, modos de vida e cotidianos.

Todavia, enquanto um produto social no contexto descrito, o espaço torna-se uma mercadoria, e é "alienado de seus produtores, o conjunto da sociedade, e reaparece fetichizado aos olhos, como se fosse um produto do capital e do Estado apenas." (SANTOS, 2020, p.36). Isso significa dizer que afloram-se estratégias em prol de alcance dos desejos do capital e que, dando sequência ao argumento de Santos (2020, p.36 - 37), envolvem o arcabouço de funcionalização e articulação dos espaços entre os espaços de produção e consumo material e imaterial, o que por sua vez irá atingir os espaços e modos de vivência, contribuindo à alienação do indivíduo que percebe-se cada vez mais deslocado do espaço.

Mais uma vez podemos associar o comportamento hegemônico no aspecto socioespacial com as tendências e expectativas de uma lógica de mercado. Lipovetsky (2004) nos apresenta que, a partir do aprofundamento da economia de mercado, da revolução tecnológica que invade o cotidiano e do crescimento de uma autonomia individual sem precedentes, o consumo emerge em primeiro plano em uma sociedade. Para o filósofo, na contemporaneidade, o prazer e o estímulo dos sentidos dominantes se

tornam parte do comum, de tal sorte que essa lógica hedonista é levada ao seu máximo. Então, na pós-modernidade o ser é lançado num infinito universo de escolhas e promove de forma exacerbada o legado deixado pela era moderna, tornando-se senhor de si e da natureza. Essa situação acaba levando à uma crise de identidade, pois não há mais referenciais e o indivíduo esvazia-se de sentido.

O autor coloca que esse sujeito está imerso num deserto inédito que escapa das categorias niilistas ou apocalípticas, como se operasse no vácuo, silenciando a existência cotidiana. Por isso, o vazio e em certa medida o enfraquecimento que as ideologias tiveram espaço na pós-modernidade trouxeram indiferença, apatia e um materialismo exacerbado que "permite uma radicalização da esfera pública e assim uma adaptação funcional ao isolamento social" (LIPOVETSKY, 2004, p. 37), fazendo com que o narciso não se mantenha estável, levando ao distanciamento social. Conseguinte, o autor conclui ainda que vivenciamos "uma sociedade liberal, caracterizada pelo movimento, pela fluidez, pela flexibilidade; indiferente como nunca antes se foi aos grandes princípios estruturantes da modernidade" (LIPOVETSKY, 2004, p. 26), reforçando a alternativa capitalista como a única oferta disponível.

É neste contexto em que Brown (2015) discute a emersão de uma racionalidade mercantil capaz de penetrar o espaço social e humano e fazer com que os indivíduos passem a reagir como mercadorias obedecendo, inclusive, as leis de um mercado competitivo, ficando à mercê das flutuações e organizações típicas dos mercados em detrimento da evolução e do acompanhamento de outras formas de relacionamento e ação, incluindo aquelas de natureza institucional democrática e também de caráter mais comunitários que poderiam vir a compor o espaço. Ao contrário da hipótese citada, desenvolvem-se espaços que dialogam com a linguagem mercantil compartilhada e promovida pela atmosfera aludida, tonificada a partir do avanço de um individualismo que aposta no sujeito transformado em firma de si mesmo, assumindo novos riscos e responsabilidades em uma conjuntura de crescente desmantelamento de estruturas de proteção social.

Nesse cenário, sendo o lugar, como apontado por Creswell (2009), o mediador das experiências sociais, cabendo à localização, à localidade e aos sentidos o compartilhamento de informações e significados que compõem a vivência, e estando

este penetrado pela abordagem de mercado, assistimos o fortalecimento e o endurecimento de processos típicos da acumulação capitalista nos espaços urbanos em diferentes escalas. Essa ação simbólica é debatida por Tomlinson (1994, p.13) como uma estratégia particular da produção em massa e da mentalidade de consumo que expande-se em subjetividades, significações, percepções, culturas, estilos de vida, sentimentos de liberdade, aspiração de status e de poder social que envolvem outras esferas da ação social, englobando aspectos mais genéricos do agir humano.

Através da leitura de Simmel (2005) podemos reconhecer no emergir das cidades grandes, advindas da modernidade, as dificuldades apontadas aos indivíduos ao se depararem com suas individualidades e autonomias. Ainda que neste momento o projeto capitalista de urbanização e desenvolvimento das cidades e dos mercados se mostrasse bastante embrionário, podemos considerar a avaliação um pontapé certeiro em direção aos rumos alçados e dispostos nas grandes cidades contemporâneas. Segundo o autor, o indivíduo naturalmente é um ser que faz distinções constantemente, e sua consciência é estimulada mediante as substituições das impressões atuais frente às precedidas. Esse movimento é substancialmente relevante em sociedades rurais e em cidades pouco desenvolvidas e expressivas numericamente, já que é um fundamento base e articulador das relações e interações desenvolvidas em seus locus, através do estabelecimento de ações pautadas pelo sentimento e que criam raízes, noções de pertencimento, reconhecimento e um diálogo mais próximo com os outros em sociedade, situação bastante distinta ao localizado nos grandes espaços urbanos

É sob o conceito de *vida nervosa* nas grandes cidades que seu principal argumento se assenta. Inerte à múltiplas impressões e estímulos, que proporcionam condições psicológicas propícias à configuração de uma oposição profunda às cidades pequenas e rurais, o indivíduo se vê numa multiplicidade de conteúdos que supera suas capacidades de apreensão e diferenciação, fazendo com que criem um órgão protetor contra o desenraizamento, retirando a reação por ânimo – adquirindo uma tonalidade *blasé* – e intensificando o entendimento da consciência, oferecendo um cenário propício à individualização e a indiferença. O grande destaque é dado à aproximação a uma consciência de domínio monetário. Os indivíduos são tratados como números, enquanto

o espírito moderno é caracterizado por um espírito contábil, havendo forte presença de um racionalismo objetivo.

O que observamos é um enorme constrangimento das ações humanas quando redimensionadas às escalas das grandes cidades. O tratamento impessoal e de caráter numérico, o contato raso e supérfluo com grande parte das atividades diárias e o desconhecimento do outro fazem com que o indivíduo perca o seu senso de pertencimento tanto a níveis físicos e geográficos, quanto a níveis psicológicos e de posicionamentos frente ao mundo. É nesse espaço que se desenvolve o que Simmel sinaliza como a dificuldade do homem *atrofiado*, de se sobrepor à cultura objetiva dominante e *hipertrofiada*. Diferentemente das relações em escalas pequenas, nas quais as pessoas se conhecem e sabem – ou ao menos supõem, com maior naturalidade e conforto, - com quem estão se relacionando, encontrando ou dividindo o espaço, nas grandes cidades, as pessoas desconhecem o espaço e aqueles que estão constantemente aparecendo em seus cotidianos, levando ao desenvolvimento de uma outra característica: o medo.

As grandes cidades modernas trouxeram muitas novidades que, eventualmente, poderiam trazer reflexos de estranhamento e medo diante do estabelecimento de um modelo novo e completamente diferente daquele que estavam acostumados e habituados. Nesse sentido, mais uma vez o homem estaria paralisado e sofrendo as consequências e manifestações de uma cultura – ou de várias atividades e manifestações simultâneas – mais objetivas. Ao mesmo tempo, a desconfiança potencializa os sentimentos de desconhecimento e não pertencimento, fortalecendo a hipótese de que há um problema no modo no qual as cidades como têm sido desenvolvidas são impostas aos habitantes, nos fazendo retornar ao questionamento e a investigação dos modos de produção espacial e sobre a ingressão da lógica de mercado neste meio.

Ranciere (2005) contribui à discussão ao apontar para o fato de que, a depender da posição e do grau de inserção e instrução do indivíduo na sociedade, há todo um universo de símbolos e linguagem compartilhadas, e que tomam formas distintas, viabilizando uma abordagem política fundada nos eventuais jogos e contrastes que conformam a historicidade e a realidade presentes naquilo que é sensível, ou seja, apreendido da realidade. Por isso, se não se vê incluído e contemplado na imagem, o

indivíduo, de forma quase instintiva, age para o confronto já que se vê caminhos por toda parte, “[o indivíduo] está sempre na encruzilhada. Nenhum momento é capaz de saber o que o próximo traz. O que existe ele converte em ruínas, não por causa das ruínas, mas por causa do caminho que passa através delas" (BENJAMIN, 1995, p. 239).

Nessa direção, o que é colocado é que o estranhamento e o não reconhecimento do ser no espaço pode ocasionar respostas conflitivas e de caráter destrutivo, já que o lugar perde sua dimensão dialética e adquire viés de reclusão e repressão. De acordo com Augé (1992), o *não-lugar,* em oposição ao lugar antropológico, é definido pelos espaços intercambiáveis nos quais os seres humanos permanecem anônimos e que não são dados valor suficiente para adquirirem características de lugar. Alguns dos não-lugares citados incluem, por exemplo, meios de transporte, grandes redes de hotéis, supermercados, áreas de serviço de auto-estradas e também campos de refugiados. De todo modo, o que esses *não-lugares* partilham é a ausência de referências comuns profundas para um grupo, se não a sua própria objetividade, reforçando medidas individualistas e sustentadas pela indiferença.

Tal situação leva ao encadeamento de uma Crise Urbana hodierna, entendida por Harvey (2008) como em resposta à própria capitalização dos processos de urbanização e que tem como uma de suas respostas à luta pelo direito à mobilidade urbana, à moradia, ao saneamento, à saúde, à educação e à cidade. Embora haja múltiplos fatores que acompanham a Crise, ordenados por aspectos socioeconômicos e políticos situados em escalas diversas, é precisamente pelas apreensões de espaço e pelo reconhecimento das ideologias entramadas na composição espacial como uma das alçadas do conflito, que busca-se o desvelamento dos fatores atuantes, direta e indiretamente, nas paisagens urbanas. Compreende-se que esses fatores componham os problemas urbanos, de tal forma a provocar um debate sobre as influências da vertente mercadológica na produção do espaço, e que podem emergir na formulação de políticas públicas que ultrapassem o limite proposto pelo recorte mercantil.

2.2 “Crise Urbana?”: Contribuições para a ilustração do cenário hodierno

Como já recuperado, o *espaço social* possuí uma natureza dialética e que é reforçada pelos processos de humanização, contendo os debates sobre *produção* e *reprodução,* bem como sobre os signos, significados e simbologias compartilhadas dentro da sociedade que vem a originar o espaço. Na ocasião da expansão capitalista globalizada, os espaços refletidos, como apontado por Martins (1999,p.24), passam a absorver e expressar as crises e as contradições existentes no mundo das mercadorias. Uma dessas expressões se dá pela tendência destes espaços de se homogeneizar, seguindo as regras mercantis, exaurindo as diferenciações e especificidades dos locais e das sociedades, para benefício e coordenação de uma lógica de mercado única cujo objetivo é atender aos interesses dos grupos econômicos mais privilegiados. Isso porque:

> Apesar de sua tendência à homogeneização, o espaço tecido pelo Estado e pelo capital não é homogêneo (LEFEBVRE, 1991 [1974], p. 287). Ele é fraturado pelos resíduos deixados pela impossibilidade de o espaço abstrato, o espaço da reprodução do capital, abarcar tudo. As crises do capital mostram suas contradições internas e o espaço revela as fraturas exteriores ao capital, que não podem ser absorvidas. Nesse sentido, as análises têm que dar conta das contradições no espaço, se quiserem, minimamente, “revelar os conflitos internos daquilo que parecia homogêneo e coerente” resgatando elementos que fogem às representações do espaço preestabelecidas. (SANTOS, 2020, p.174).

À vista disso, a principal crítica colocada e que direciona o desenvolvimento dos espaços é que, nestes casos, observa-se uma perda do potencial utópico de consolidação do urbano. Lefebvre (2009, p.111-112) destaca a luta pelo *direito à cidade*, como uma parte que resguarda o “direito à vida urbana”, favorecendo a universalização dos acessos e combatendo as desigualdades e opressões diversas que se materializam no espaço. Por essa concepção, justamente pela oposição do conceito às ofertas tidas do projeto capitalista do espaço, por muitas vezes encontram-se instabilidades, questionamentos e demandas que emergem como reflexo de insatisfações relacionadas ao não atendimento dos objetivos de universalização solicitados, podendo causar conflitos e crises.

Enzensberger (2002, p.15-16) acrescenta ao diagnóstico de uma crise a visão de um cenário hobbesiano na contemporaneidade. Para o autor, acompanhando os novos ritmos e tendências de individualismo globais, instaura-se a sensação de que estamos no estado de natureza no qual nos colocamos em constante guerra, sem podermos esperar trocas positivas com os outros, perdurando um sentimento geral de insegurança e de que estamos ameaçados, tornando a experiência com o espaço como o pior dos mundos possíveis. Ainda, esse universo é alimentado pelo não reconhecimento dos outros de tal forma que mantenha-se o pessimismo aguardado e esperado das relações sociais. Assim, o que encontramos no espaço são indivíduos exageradamente autocentrados e que baseiam todo o universo em suas experiências e expectativas amparadas em cinismo, medo e violência, fazendo com que as experiências e possibilidades transformativas utópicas percam força.

Huyssen (2000) apresenta essa questão a partir da introdução do conceito de *passados presentes* e que basicamente nos revela, principalmente a partir da década de 1980, uma perda do potencial utópico da modernidade, acreditando que grandes eventos traumáticos, como o Holocausto, geraram uma concepção de mundo que é bastante caótica e deficiente, tornando-os mais como uma regra do que uma exceção no curso da história, esvaziando a sociedade de expectativas e crenças na realização de grandes transformações. Dessa forma, mais uma vez a ideologia capitalista opera sobre os espaços, de tal forma a moldar os comportamentos e possibilidades de vida, não restando espaço para o desenvolvimento de estratégias que combatam esse modelo.

Zizek (2010, p. 61-68) enfatiza que o sujeito adquire suas características não apenas pelo que lhe é imposto, mas também por uma rede de relações intersubjetivas na qual ele se situa, dialogando com as argumentações em torno da composição dos espaços e sobre a interpretação de que não existem espaços objetivamente neutros e isentos de ideologias quando consideradas as dimensões sociais envolvidas nas práticas. Também, o autor reitera que, de fato, no cenário contemporâneo, as pessoas são pouco suscetíveis às crenças positivas e ao desenvolvimento de utopias sociais transformadoras que possam melhorar o mundo e, ao contrário, preferem se abster de ações que os levem a acreditar nos "outros supostos crer e saber": as autoridades políticas, econômico-administrativas, o mercado financeiro e as informações filtradas e

manipuladas da mídia. Por consequência, minam-se os esforços coletivos de investigações mais profundas sobre os problemas e os debates marginalizam-se ao redor da questão colocada pelo cenário ideológico hegemônico.

No contexto urbano, porém, Castells (1977, p. 77-79) nos indica a interpretação de Wirth (1938;1964) sobre as grandes cidades e seus problemas, à luz da compreensão de uma cultura urbana. Para isso, nos baseamos em três conceitos-chave: (I) Dimensão; (II) Densidade; e (III) Heterogeneidade Social. Esses conceitos atuam na interpretação do espaço de tal forma a superar, sincronicamente, tanto o entendimento apenas físico-geográfico do lugar, quanto a simples tradução dos processos econômicos e políticos para os novos contextos. Os conceitos atuam do seguinte modo:

> Em primeiro lugar, para tomar a **dimensão** de uma cidade: quanto maior é, mais amplo é o seu espectro de variação individual e, também, maior é a sua diferenciação social; isso determina o afrouxamento dos laços comunitários, que são substituídos pelos mecanismos de controle formal e pela competição social. (CASTELLS, 1977, p.77 - Tradução Livre).

Aludindo ao retratado também por Simmel (2005) sobre a questão do homem *atrofiado*, destaca-se na sociedade urbana a aquisição de características tais como: o anonimato, a superficialidade, o caráter transitório das relações sociais, a anomia e a falta de participação. Acredita-se que, exatamente por prolongar as distâncias entre os indivíduos, cada vez mais os mecanismos de controle formais do Estado são necessários, já que as noções compartilhadas de objetivos comuns e desenvolvimento tendem a divergir de forma mais clara. Ainda, pelos processos de fragmentação e fortalecimento de ideologias utilitaristas, que acompanham as tendências de organização de um mercado capitalista, urge o espaço de representação para o desenvolvimento de políticas públicas e resolução de conflitos, já que não há mais a possibilidade de comunicação direta entre todos os envolvidos.

Nesses casos, a situação de instabilidade é agravada quando a desigualdade de renda é aumentada, trazendo um lapso de desenvolvimento econômico. De acordo com Finchelstein (2017), esses fatores são um prato cheio para o agravamento das crises de

legitimidade e de representação, favorecendo disformias ao modelo democrático e trazendo à tona, como exemplo, governos populistas e neoliberais. Nessa acepção, é possível visualizar como a polarização, entendida em nível econômico mediada pelo crescimento das disparidades, confere ao diagnóstico oferecido por Levitsky e Ziblatt (2018) de que quando as sociedades se classificam em campos políticos cujas visões de mundo não são apenas diferentes, mas mutuamente exclusivas, a tolerância se torna mais difícil de sustentar. A ascensão de crises, portanto, perpassa não só o cenário urbano, como também os campos sociais, políticos e econômicos que interagem na formação e manutenção das cidades. É por essa ótica que reconhecemos um novo tópico e que dá continuidade no processo de fragmentação:

> Em segundo lugar, a **densidade** reforça a diferenciação interna, pois, paradoxalmente, quanto mais próximo fisicamente se está, mais distantes estão os contatos sociais, a partir do momento em que se torna necessário comprometer-se apenas parcialmente em cada uma de suas lealdades. Há, portanto, uma justaposição sem mistura de diferentes meios sociais, o que leva ao relativismo e à secularização da sociedade urbana (uma indiferença a tudo que não está diretamente ligado aos objetivos próprios de cada indivíduo). (CASTELLS, 1977, p.78- Tradução Livre).

Conjuntamente, onde há uma individualização célere, denota-se a "necessidade econômica e política do novo modo de produção de constituir como 'cidadãos livres e iguais' os respectivos suportes dos meios de produção e da força de trabalho" (POULANTZAS, 1968, p. 299 - Tradução Livre). Para tanto, observa-se que, se por um lado há uma fragmentação contínua do indivíduo em relação à sociedade, por outro ele é constantemente reforçado em comprometer-se com a promessa capitalista. O paradoxo, nesse sentido, exprime ao menos dois sentidos, o primeiro, pelo crescimento inversamente proporcional quando consideradas a densidade e a concordância interna, e o segundo por promover uma desassociação entre diferentes grupos, já que os campos de interação e debate são minados, suficientes apenas ao atendimento e cumprimento do pacto produtivo mercantil.

Essa situação é garantida pois "a articulação do modo de produção dominante denominado capitalismo pode ser responsável pelo surgimento de tal sistema de

relações e de uma nova forma ecológica" (CASTELLS, 1977, p.82 - Tradução Livre). Em linhas gerais, isso significa dizer que existem fatores nas sociedades capitalistas, especialmente no que tange aos modos de produção e acumulação, que levam à padronização e assimilação de comportamentos, remetendo à ideia de uniformidade em uma sociedade pelo compartilhamento de modo de vida e hábitos dentro dos integrantes. Sumarizando, " é dado à cidade um conteúdo cultural específico e que se torna a variável explicativa (...) e a cultura urbana é oferecida como um modo de vida." (CASTELLS, 1977, p. 78 - Tradução Livre).

A percepção da crise nessas etapas pode estar associada ao que Rushkoff (2013) apresenta sobre o *presentismo.* Se no século XX destacavam-se tendências do futurismo, com caráter de transformação do viés de construção do mundo, podendo remeter também às utopias, no século XXI o novo modelo busca , antes de tudo, a manutenção desse mundo já posto. De forma sintética, o que percebemos são os surgimentos de fábulas e conspirações contra-utópicas que revelam os perigos de um tempo cujas liberdades se colocam à mercê dos controles das máquinas e das inumanidades. Isso porque, como revelado por Vattimo (1992, p.81-83), as conquistas tecnológicas forneceram confortos que antes não puderam ser previstos, aumentando a frustração sobre promessas anteriores e retirando, ao menos parcialmente, os potenciais transformativos e revolucionários que definem uma utopia, pois:

> Se a imaginação utópica está propriamente falando, não pura e simplesmente um voo de fantasia para um mundo mais feliz, mas sim uma característica constitutiva de a mente metafísica moderna, como se pode argumentar razoavelmente, então quais são os significados devemos anexar à utopia do século 20 e ao fato de que ela assume a forma, acima de tudo, de uma contra-utopia? Com a descoberta da contrafinalidade da razão, vivida na imaginário coletivo via afirmação de contra-utopias, não se trata apenas de erros isolados e riscos de corrupção que são experimentados e exibidos; é o próprio mecanismo de racionalização aquele em 'suspenso', lançado em crise e sob acusação em todo o mundo. Aparentemente não mais por acaso que a contra-utopia vem à tona em uma época em que, ao nível da comum consciência, há uma dissolução marcada da ideologia do progresso. (VATTIMO, 1992, p. 81 - Tradução Livre).

Botelho (2014, p. 87-96) nos apresenta o fato de que, no atual momento urbano, é impossível a separação das crises urbanas das crises do capitalismo, pois as variáveis de espaço e tempo fazem parte do próprio eixo do capital e compõem características intrínsecas ao modelo lógico-produtivo. Em razão disso, "as crises aparecem no espaço urbano no sentido mais preciso da formulação hegeliano-marxiana: elas são a forma decorrente e necessária da essência crítica e destrutiva do capital, não um mero reflexo" (BOTELHO, 2014, p. 96), nos levando a acreditar que o espaço não funciona como uma vitrine aos problemas do capitalismo, mas, justamente pela lógica dual e necessidade de que acompanhe às demandas do modelo produtivo, também seja parte geradora do problema, novamente rejeitando a ideia de que é construído sobre uma perspectiva neutra. Por fim, resta a avaliação de que:

> A **heterogeneidade social** do meio urbano torna possível a fluidez do sistema de classes e alta taxa de mobilidade social explica por que a participação em grupos não é estável, mas ligada ao posição transitória de cada indivíduo: há, portanto, um predomínio da associação (a partir da afinidade racional do interesses de cada indivíduo) sobre a comunidade, conforme definido pela afiliação a uma classe ou posse de um status. Essa heterogeneidade social também está de acordo com a diversificação da economia de mercado e uma vida política baseada nos movimentos de massa.(CASTELLS, 1977, p.78- Tradução Livre).

Os movimentos de massa exprimem grande relevância nos contextos políticos e na caracterização das crises. Em matéria urbana, tais movimentos iluminam os questionamentos em torno das desigualdades socioespaciais e vocalizam os desejos diversos de inserção e valorização dos grupos que se percebam excluídos das vantagens proporcionadas pelo *controle involuntário* dos ritmos espaciais. Santos (1997, p.18-20) nos indica que esse controle é exercido pelo Estado e pelas grandes corporações que, enquanto Instituições, apresentam investimentos, encorajamentos, limitações e questionamentos que refletem nas possibilidades de atuação e ocupação dos espaços. No enquadramento presente e mais usual, acompanhando as tendências constatadas por Jameson (2000, p. 74- 75) de que após advento e consolidação do regime capitalista de forma global origina-se uma nova ordem capitalista do espaço e que penetra e coloniza

as demais esferas de vida. Isto posto, os espaços urbanos também estão inseridos sobre essa ordem e portanto exercem papel fundamental na continuação e manutenção da racionalidade do capital.

Simultaneamente, as desigualdades socioespaciais promovem organizações cuja "hiper carência que assola os trabalhadores, moradores das áreas segregadas, produto do sucesso do modo de produção capitalista, criam, contraditoriamente, os conflitos sociais." (RODRIGUES, 2007, p.85). Desse modo, é de extrema relevância a percepção de que as desigualdades não são uma resposta e consequência ao modelo, mas sim tomam corpo dentro do jogo produtivo capitalista, e são esses mesmos elementos que irão impulsionar as crises, demarcando a própria estruturação dos regimes como parte e origem dos problemas.

O debate trazido por Dean (2014) sobre o *capitalismo comunicativo* é singularmente expressivo nesse encaminhamento, já que este se torna responsável por uma reconfiguração das relações entre as multidões, as classes, a democracia e o próprio capitalismo, apadrinhando a hegemonia das ideias de descentralização e organização própria, em tal grau que o caráter libertário seja colocado em evidência. Como consequência, ao longo de toda a última década, observamos de forma globalizada o surgimento de protestos diversos com demandas múltiplas e que, em muitos casos, convergiram no sentido de expressarem alguma contestação no sentido da hegemonia capitalista. Krastev (2014, p. 13) indica a emersão como o resultado de uma uma explosão de indignação moral e fortemente atrelada à ideia de manutenção dos modos de vida, robustecendo as narrativas sobre o enfraquecimento das possibilidades utópicas e divergentes da lógica corrente.

A Reforma Urbana, enquanto movimento social, aparece nessa paisagem como um meio de "conjugar a adoção de políticas urbanas inovadoras no sentido de combinar a democratização do solo e da propriedade urbana com a democratização da gestão da cidade, viabilizando a participação popular nas decisões sobre o planejamento e a gestão urbanos" (APARECIDO, 2014, p. 125). Nota-se deste modo uma expressão mais ampla do direito à cidade, e que deve viabilizar a supressão de desigualdades e flexibilizar as hierarquias de poder, para o alcance de demandas coletivas e que não partilham da vontade do capital, exprimindo uma nova perspectiva para a produção do espaço, e que

recupera noções sobre os *espaços comuns*, defendidos por Tonucci Filho (2017, p.25) como aqueles nos quais os bens, espaços e recursos são compartilhados, usados e geridos coletivamente por meio de práticas gestadas pela própria comunidade.

O neoliberalismo, em oposição e de forma combativa, atua sobre o espaço urbano de modo a constituir "um mecanismo reprodutor de condições que diminuem o potencial de crescimento destas manifestações de alteridade" (MAGALHÃES, 2015, p. 160). Outra vez destaca-se a internalização de uma moral e canalização de modos de ação e operacionalização dos modos de vida a partir de uma linguagem mercantil que é incorporada ao sujeito. Em concordância com o apresentado por Magalhães (2015, p.160 -164), o Estado e o mercado atuam no envio de sinalizações de incentivo e desincentivo às pessoas, que irão interpretá-los de forma a adaptar às condições e valendo-se de uma razão fortemente amparada nos cálculos sobre os benefícios pessoais e os riscos e retornos, sob uma ótica empreendedora deles mesmos, de forma a buscar restringir as indagações e organizações de forma ampla e coletiva.

Essa racionalidade pode ser notada no caso brasileiro, por exemplo, ao visualizarmos os protestos existentes nas Jornadas de Junho de 2013. Embora haja divergências teóricas sobre os fatores motivadores, em termos individuais e coletivos, à realização dos movimentos - o que por si só já colabora no entendimento do avanço de uma mentalidade centrada no indivíduo - , entende-se que um dos fatores de indignação foi proporcionado pela questão da mobilidade, após o aumento das tarifas de uso de transporte coletivo no país, demarcando a participação do debate urbano no quadro. Alvarenga (2016, p.98-99) aponta que o direito à cidade aparece nas ruas, se não em peças literais, como faixas e cartazes, nas demandas e em formas de pautas construtivas da questão urbana, ou ainda numa vontade utópica e que revela desejos mais amplos dos habitantes, motivados pelo "desenvolvimento das forças produtivas e a intensificação das contradições do processo de urbanização" (ALVARENGA, 2016, p.99).

É ponderado, porém, que a falta de uniformidade na definição dos problemas é parte de uma condição própria da urbanização moderna, já que os significados aparecem dispersos e apropriados de forma individualista. Em suma, questiona-se que:

> A extensão indefinida da própria "zona crítica" apontada por Lefebvre, as questões sobre a cidadania, o direito à cidade e a utopia do urbano se tornam mais difíceis de definir. De que forma estes significantes encontram seu sentido na sociedade atual? Será o direito à cidade um "significante vazio" (HARVEY, 2013), que depende apenas de quem o preenche de significado? Sua definição depende de uma luta, é objeto contestado por diferentes forças. Sua conquista, outra luta (ou a mesma, em outro momento). As empresas privadas, os consórcios urbanos, as prefeituras e associações de bairro conservadoras também clamam por seu próprio "direito à cidade" e buscam garanti-lo por meios institucionais. (ALVARENGA, 2016, p.99).

Em uma multiplicidade de demandas e significados, a cidade ocorre de forma coincidente às concepções múltiplas dos indivíduos que são "fragmentadas, destituídas de seus significados iniciais, incorporadas em grande medida ao cabedal ideológico das representações do espaço."(ALVARENGA, 2016, p.102). É por isso que o comum, abrangendo significado daquilo universal e compartilhado, perde forças nessa percepção fragmentária, e as percepções individuais são alavancadas. Mendonça (2018), ao discutir a Crise revelada em 2013, apresenta dimensões diversas e que incorporam os contextos políticos, sociais e econômicos em escalas mais amplas do que o urbano. No entanto, uma grande descoberta é colocada pela afirmação de que a própria noção de bem comum já não exprime mais o sentido esperado por Rawls (1999) na sociedade contemporânea. Se antes a noção sobre o bem comum pairava sobre noções de liberdade e igualdades articuladas na produção de um benefício coletivo, nota-se, ao contrário, uma inflexão em direção a respostas mais individualizadas e particularistas.

De toda forma, fica evidente como o "Estado constitui um ente fundamental, formador da modernidade tanto em perspectiva histórica – numa relação estreita com a formação do próprio território, o Estado se definindo a partir deste domínio do espaço – quanto em suas reproduções contemporâneas" (MAGALHÃES, 2015, p. 156). Exatamente por isso, faz-se necessário o estudo atento aos modos de formulação e execução de políticas urbanas, para sinalização das intencionalidades e compreensão completa do espaço em sua dimensão simbólica, do Estado, enquanto *espaço abstrato,* e das consequentes interjeições e críticas entre os âmbitos políticos e econômicos.

3 POLÍTICAS URBANAS EM FOCO: UMA BREVE RECUPERAÇÃO DAS PRINCIPAIS TIPOLOGIAS E SUAS RELAÇÕES COM O MODELO MERCADOLÓGICO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

Marques e Bichir (2001, p. 10) apontam como que as políticas urbanas estão assentadas sobre as dinâmicas mais gerais dos processos de acumulação (LOJKINE, 1981; CASTELLS, 1977). Seguindo essa lógica, o Estado seria responsabilizado pela reprodução capitalista, gerando as condições e os investimentos produtivos necessários para a viabilização da reprodução do capital e do trabalho, além de apresentar os gastos públicos que legitimam as sociedades capitalistas, retirando o viés de classe das disputas. Nessa sequência, as políticas públicas urbanas representam investimentos produtivos, por auxiliarem na reprodução da força de trabalho, através do provimento dos chamados bens (ou equipamentos) de consumo coletivo. O problema, porém, emerge quando tais políticas públicas incluem os gastos improdutivos legitimadores da ordem social, gerando, contraditoriamente, os conflitos urbanos causados pelos padrões de vida insolúveis na sociedade capitalista, fundados em embates políticos entre os trabalhadores e o Estado, retirando o destaque aos problemas próprios do sistema produtivo e de classes.

Em uma outra interpretação, Abramo (1995, p. 511-515) avança sobre a óptica universalizante das relações entre o capital e o urbano, e centra-se na definição de *regimes urbanos.* Nesses casos, o autor ampara-se na seguinte colocação:

> Partimos da hipótese de que as relações sociais de produção capitalistas assumem formas históricas e geográficas diferentes ao longo da "historicidade capitalista" e de que se manifestam nas maneiras e nas formas de organização e distribuição da produção comandada pela valorização capitalista. Essa hipótese das formas históricas das relações sociais da produção capitalista é formulada pela chamada "escola francesa da regulação", e a partir dela, e de seus autores, propomos o exercício de identificar períodos particulares da historicidade urbana capitalista, que, em sintonia com a terminologia "regulacionista", sugerimos chamar de "regimes urbanos". (ABRAMO, 1995, p.511).

Uma das características desses espaços e que obtém destaque é o aspecto da funcionalidade que se é colocada na estrutura urbana em relação ao processo de valorização do capital, de tal forma que os regimes acompanhem as valorizações e as funções particulares referentes ao momento e ao estágio em que se localizam os cursos produtivos. Em tal caso, Abramo (1995, p. 527) notifica que é a partir das formas as quais a sociedade apropria da espacialidade, gestada a partir dos arranjos políticos e econômicos, que devemos focar nossa atenção.

Até mesmo porque, assimila-se que "as cidades são os locais centrais de administração e controle do capitalismo global contemporâneo." (Alsayyad e Roy, 2009, p. 106). Isso significa dizer que há, segundo os autores, uma *ecologia da globalização.* Para Alsayyad e Roy (2009, p.105-107), então, as cidades e especialmente seus territórios expressam importante papel no contexto capitalista mundial, já que são esses espaços que promovem o surgimento de formas múltiplas, fragmentadas e dispersas de cidadania urbana, de maneira a gerar uma *etnocracia urbana*[3], liderando uma forma de governança marcada por divisões raciais e étnicas profundas, ampliando os paradoxos entre uma cidade global e uma cidade efetivamente coletiva - inclusiva e suficiente a todos, englobando todas as classes.

Fato é que, considerando o papel central do Estado como o "fator número um para tudo que concerne ao espaço" (SANTOS, 2008, p. 228), as políticas públicas desenvolvidas por ele correspondem às intencionalidades de planejamento, gestão e manutenção ou transformação das espacialidades e dos modos de vida promovidas. No momento neoliberal, o Estado se apresenta em um formato no qual torna-se capaz de delinear as matrizes conceituais que irão responder às possibilidades de modos de ação. Konings (2012, p. 86) destaca o fato de que, por mais que muitas vezes pareça ser contraditória a ideia de um Estado fortificado pelo aumento do controle político neoliberal, que, por definição, estaria mais propício à redução das intervenções e influências de base política, é "precisamente porque a ideologia neoliberal tem grande influência em nosso senso comum e intuições" (KONINGS, 2012, p.86 - Tradução Livre) que não conseguimos notá-la de forma tão clara, já que está enraizada e diluída

[3] Conceito presente em Yiftalchel, O. e Yakobi, H. "Control, resistance, and informality: urban ethnocracy in Beer-Sheva, Israel". In: Roy, A. e Alsayyad, N. (eds.). Urban informality: transnational perspectives from the Middle East, Latin America, and South Asia. Lanham, MD: Lexington Books,2004.

no próprio cotidiano e nos modos de fazer, remetendo metaforicamente à ideia de uma *banalidade do mal*[4], no sentido de que as ações se reproduzem conjuntamente na ausência de avaliação e pensamento crítico do que está sendo provocado.

Compreende-se nesse encaminhamento que o neoliberalismo é dotado de *poder infraestrutural*, e que assume "capacidade de implementar projetos políticos por meio da vida social, ou seja, a capacidade de empregar redes de conexões entre atores sociais para a transmissão de autoridade" (KONINGS, 2012, p.87 - Tradução Livre). Em vista disso, nota-se um posicionamento dos Estados e da sociedade em virtude das lógicas e necessidades dos regimes neoliberais, o que é reforçado por lógicas e estratégias compartilhadas de ajuda mútua entre os entes, tornando a ação, na prática, objetivamente diferente do projeto emancipatório e autorregulatório promovido pelas teorias neoliberais. Isso significa assumir que:

> O neoliberalismo envolveu um processo de reconfiguração institucional que ajustou alguns dos parâmetros-chave do regime financeiro existente de uma forma que melhorou ao invés de diminuir as capacidades infraestruturais do estado americano, bem como multiplicou a margem de manobra estratégica disponível para aqueles que têm acesso privilegiado ao mecanismos de controle infraestrutural do estado (Panitch e Gindin, 2005). O neoliberalismo não representou um retorno a uma forma mais pura de capitalismo mais em linha com as prescrições do liberalismo clássico, ou seja, "uma tentativa mais uma vez de separar o mercado da sociedade" e, como tal, "apenas a última iteração do duplo movimento de Polanyi" (Blyth 2002: 4). Em vez disso, conectou as instituições formais do estado de maneiras mais funcionais às redes de governança e controle que haviam evoluído no nível da interação financeira mediação e vida cotidiana, melhorando assim a capacidade do estado de gerenciar essas dinâmicas. (KONINGS, 2012, p.89-90 - Tradução Livre).

Nessa orientação, considerando a interatividade entre as esferas de Estado e capital, bem como seus impactos e desdobramentos nos contextos urbanos e sociais, as

[4] A banalidade do mal é uma expressão defendida por Hannah Arendt em seu livro "Eichmann em Jerusalém - Um relato sobre a banalidade do mal" (1963). Em resumo, a autora apresenta que o mal não é uma categoria ontológica, metafísica ou natural, mas sim um momento histórico-político no qual encontra-se espaço institucional à trivialização das ações respaldadas por um esvaziamento do pensamento. No caso neoliberal, a situação assemelha-se exatamente pelo enraizamento nas formas de ação, compatível ao fascínio capitalista, do que por uma relação entre violências.

seções seguintes destacam-se em dois sentidos, que buscam não a construção de um estamento teórico em si, mas a formulação de uma linha analítica que representa alguns dos levantamentos que tematizam a questão, principalmente no que diz respeito à interface conflitiva e multifacetada existente entre as esferas citadas. Em um primeiro momento, busca-se a caracterização e a recuperação crítica das interações entre os processos de formulação e concepção de políticas públicas e as práticas de origem mercadológica que se transpassam. Após, num segundo momento, há a apresentação de modelos e práticas dentro das políticas urbanas, para que sejam traçadas as superfícies comuns e díspares entre as possibilidades.

3.1 A formulação de Políticas Públicas e o Capital

Embora não haja um consenso em relação à definição de políticas públicas, e que vários autores tenham se debruçado sobre o tema, nos parece que o conceito mais difundido é aquele dado por Laswell (1958) e que corresponde ao entendimento de que "as decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz" (SOUZA, 2006, p.24). Resume-se, através de Souza (2006, p.25-26), a compreensão de política pública como o campo de conhecimento que busca, de forma dual e simultânea, propor, executar e planejar as ações de governo, bem como transformar os rumos e cursos das ações que irão trazer modificações à sociedade. Mostra-se, então, o ponto ao qual as propostas dos governos são traduzidas em realidades sociais.

Poulantzas (1990) ostenta que não é possível a análise de políticas públicas sem que sejam consideradas as relações entre Estado e classes sociais, especialmente entre o Estado e a classe dominante. Boneti (2012, p.17-18) reforça a necessidade desta atividade justamente para que não sejam realizados entendimentos simplistas sobre os vínculos para com os espaços. Isso significa que devemos recusar a compreensão do Estado como simples instituição de dominação a serviço da classe dominante, já que nesta situação é negada a possibilidade de dinâmicas conflitantes que envolvam as forças entre os interesses de diferentes segmentos sociais e classes, desconhecendo

também as forças de revoluções, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil. Para isso, "ao se falar da relação entre o Estado e as classes sociais, entra-se obrigatoriamente na questão dos agentes definidores das políticas públicas, os quais não são apenas nacionais" (BONETI, 2012, p.19).

É através de Marques (2016, p.21-26) que delineamos os argumentos acerca da presença do capital na definição das políticas públicas. Notam-se as seguintes vertentes:

3.1.1. Marxismo

Segundo essa perspectiva, entende-se que o Estado opera como uma comissão responsável por tratar e proteger os assuntos da classe hegemônica, no caso, a burguesia, através de uma "relação ambígua com a agência social, que é ao mesmo tempo valorizada como lutas, mas que nunca se tornam realmente efetivas, devido ao peso das estruturas" (MARQUES, 2016, p. 21). É por esse entendimento em que o Estado aparece como isolado do político e com a atribuição necessária para a manutenção das estruturas produtivas e dos privilégios.

Para tanto, há três justificativas que corroboram a definição do papel do Estado. Em primeiro lugar, mostra-se o lugar privilegiado dos capitalistas na socialização,já que elites econômicas e políticas geram a convergência de visões de mundo e perspectivas quanto às políticas a serem adotadas. Já em segundo lugar, destaca-se a maior facilidade de ação coletiva dos capitalistas em relação aos trabalhadores, isso porque, além dos objetivos mais centralizados e da concentração das unidades de capital em grupos menores e mais coesos, as demandas e ações dos trabalhadores são construídas por ações coletivas, o que dificulta as operações. Por último, nesta óptica, o Estado capitalista é sempre dependente do capital para construção de suas capacidades, incluindo as de ordem financeira e, por isso, é de seu próprio interesse a manutenção e a promoção de políticas que intensifiquem os processos de acumulação econômica.

Resumidamente, há o discernimento de que o Estado atua de forma oposta aos movimentos sociais e as indagações plurais e de ordem de outras classes se não a dominante, e por isso mesmo torna-se um dos mecanismos principais de manutenção

dos privilégios de classe, sob comandos e à serviço da burguesia. A principal crítica colocada nesta acepção é a de que, ao produzir o problema de redução dos interesses do Estado a grupos externos, deixamos de analisar e compreender quais as causas de influência dos capitais em direção ao aparelho do Estado, ocultando as relações sociais ambíguas e que se colocam nesse entre passo.

3.1.2. Pluralismo

Pelo viés pluralista, o Estado é compreendido como "uma casca vazia a ser preenchida pelos grupos vencedores das disputas políticas" (MARQUES, 2016, p.23). Assim, a produção de políticas públicas continua na percepção clássica estabelecida pelo quarteto de perguntas sobre "quem fica com o quê, quando e como"[5], mas, diferentemente da perspectiva maxista em que coloca apenas a classe hegemônica como capaz de participar desse espaço, a perspectiva pluralista considera quaisquer outros atores suficientes para a inserção nesses lugares, a depender dos interesses particulares e das proporcionalidades em referência à intensidade de seus interesses.

A diferenciação se dá na desproporção de recursos entre os atores, insinuando maior probabilidade de vitória para os atores empresariais privados nessa disputa, mais uma vez colocando a classe capitalista em privilégio. Ainda, há a percepção de que a classe política reverbera sobre esses momentos, de forma a fazer com que atores com maiores conexões sejam privilegiados. Portanto, as políticas públicas emergem de ações coletivas ou estratégias individuais, sempre envolvendo ação política. O embaraço nessa teoria se dá na total lesão de responsabilidade às burocracias e instituições, que são consideradas neutras para a análise, ficando apenas às interações efetivamente humanas a problemática de evolução capitalista dentro do aparelho estatal e de suas políticas públicas.

[5] Lasswell, 1936. In: MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. Novos Estudos, v. 35, 2016.

3.1.3. Economia política urbana

A grande novidade nesta perspectiva é a consideração de que há poucos recursos dispostos pelas elites políticas, resta como estratégia a busca pela captação de recursos e apoios do setor privado para a execução de políticas públicas. Por consequência, há um viés nas políticas produzidas e que corresponde ao cenário que irá apoiar, financeira e tecnicamente, as execuções políticas. Em matéria de políticas urbanas, por exemplo, os arranjos institucionais capazes de liderar os projetos de renovação urbana estariam sendo construídos principalmente a partir das intencionalidades de reprodução de incorporadoras e construtoras.

Harvey (1978, p.113-124) ilustra as intencionalidades do capital dentro do espaço urbano ao colocar os processos de acumulação como parte da própria definição urbana. Segundo o autor, é propriamente a "massa do capital fluindo para o ambiente construído e uma grande proporção de certos tipos de despesas sociais que são absorvidas em áreas que geralmente classificamos como urbanas" (HARVEY, 1978, p.113 - Tradução Livre). Assim, sendo os processos produtivos como parte da definição do urbano, fica subentendido que os ritmos espaciais são ditados, simultaneamente, pelos ritmos de acumulação do capital e pelas rotinas desenvolvidas nos planos físicos e econômicos dos ambientes construídos e que reintegram e são dispostos em prol da manutenção e expansão do modo de produção capitalista. De forma objetiva:

> O estado não assume um papel de liderança na promoção de vastos programas de obras públicas à frente da demanda por eles. Os capitalistas individuais, quando deixados à própria sorte, tendem a perder o valor de seus investimentos no ambiente construído em relação às suas próprias necessidades individuais e coletivas, ao mesmo tempo que tendem a superacumular. A teoria então sugere que a superacumulação pode ser drenada - via instituições financeiras e estatais e a criação de capital fictício dentro do sistema de crédito - e colocada para trabalhar para compensar a queda no investimento no ambiente construído. (HARVEY, 1978, p.116 - Tradução Livre).

Neste seguimento, a abordagem pela economia política urbana apresenta um salto em relação aos pluralistas pois, além de considerar os aspectos de controle e

mando, considera questões que referem-se inclusive à capacidade de realizar políticas e projetos. Por isso, como as economias de mercado estão centralizadas nas mãos dos setores privados, o poder político fica dependendo da capacidade de mobilização dos recursos, de forma a exigir coalizões entre atores públicos e privados, importante destacar que "não seriam apenas baseadas nos interesses dos atores privados, mas também nos dos eleitorados das elites políticas, assim como nos das burocracias responsáveis pela produção concreta de políticas." (MARQUES, 2016, p.24).

3.1.4. Novos atores, novos arranjos e governança

Diferentemente das demais perspectivas, é através da "ideia de padrões de governança, entendidos com os conjuntos de atores (estatais e não estatais), padrões de relação de diversos tipos (legais e ilegais, formais e informais) e instituições que subjazem aos processos de produção de políticas." (MARQUES, 2016, p. 25) que as transformações são promovidas. Nessa análise, o efeito das instituições, dos formatos de políticas públicas e dos atores estatais é um basamento importante para a construção das políticas, amparadas pelo neoinstitucionalismo histórico. O foco analítico utilizado incorpora uma dimensão mais ampliada das influências políticas que tramitam entre os espaços de atuação da sociedade civil e dos governos.

3.1.5.Formas de ação política e relações entre atores

Também direcionado à resposta aos efeitos de relações entre atores e capacidade de ação política, excluindo as divergências teóricas e os papéis dos atores em si, reforça-se a "ideia de padrões de governança pode fornecer um enquadramento teórico flexível sobre o ambiente no interior do qual acontecem as interações entre capitais e demais atores" (MARQUES, 2016, p. 25). Introduz-se a associação entre congressistas, com os objetivos de ganhos em seus grupos, burocratas, que visam potencializar suas políticas e eleitores, que demandam os benefícios, para a construção das políticas.

Nessa sequência entendemos o firmamento de *anéis burocráticos,* entendidos como "círculos de interessados […] que cortavam perpendicularmente e de forma

multifacética a pirâmide social, ligando […] segmentos do governo, da burocracia, das empresas, dos sindicatos" (MARQUES, 2016, p.26).[6] Sendo assim:

> A interpenetração de atores públicos e privados na produção de políticas passaria por redes sociais construídas ao longo da formação histórica dos setores de políticas e de suas comunidades profissionais, assim como das trajetórias dos indivíduos. No interior desse "tecido relacional do Estado", vínculos de diversos tipos, intencionais e não intencionais, pessoais e institucionais, legais e ilegais, construíram uma teia ampla e heterogênea entre atores, organizações e indivíduos do/no público e do privado. Os vínculos seriam menos intencionais e mais duradouros do que na ideia de anéis burocráticos e poderiam coexistir com instituições específicas como as do lobby norte-americano e do corporativismo europeu. Os atores privados teriam papel potencial de destaque por seus recursos de poder, mas sua ação dependerá de suas estratégias/ações (coletivas ou individuais) e das posições que ocupam em tal tecido relacional, e não apenas de suas posições de riqueza, status e em organizações. (MARQUES, 2016, p. 26).

As ações políticas de grupos privados e estatais são frutos de ação contínua de exercícios de representação, em relações pessoais e organizacionais, que se combinam para gerar a forma e o conteúdo dos padrões de governança. Diante disto, o que notamos é uma inflexão em direção à definição de fronteiras mais fluidas entre a sociedade e o Estado, de tais formas que os próprios arranjos institucionais e políticos permitam e balizem as interfaces. Entretanto, por mais que os atores privados tenham seu potencial destacado, é necessária uma abertura também dos membros de governo para a completa permeabilização aos interesses do capital.

Em resumo, acompanhando as tendências mais gerais e mercado e produção, as políticas públicas têm passado por transformações e regulações, formais e informais, que correspondem, em maior ou menor grau, às demandas apresentadas e solicitadas pelos setores mais prestigiados da sociedade, detentores dos meios, das capacidades econômicas e políticas. Harding (2007) indica, portanto, algumas das responsabilidades de investigação para compreensão integral das etapas de concepção e formulação das políticas, que existem consideradas as intencionalidades de público, esferas de atuação e

[6] Trecho referente à obra de Cardoso, F. "Planejamento e política: os anéis burocráticos". In: Lafer, Betty (Org.). Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 1970.

consequências prováveis, atendendo às respostas de quem fica com o quê, quando e como. Estimula-se, para tanto, quando avaliadas as políticas urbanas, o desenvolvimento de um modelo[7] que:

I - Apresente em que medida e de qual maneira devemos apostar na competitividade das cidades, superando a visão simplista neoliberal sobre as políticas territoriais;

II - Indique os benefícios sociais e ambientais decorrentes da política para as cidades-regiões, conseguindo responder aos argumentos mais abstratos e gerais da crítica anti-neoliberal de produção de políticas públicas.

Dessa forma, pelas diferentes vertentes e prováveis origens e motivações, visualiza-se de forma suficiente o papel do capital na regulação e no fomento de políticas públicas, inclusive aquelas de fins urbanos. Ressalta-se novamente nesse sentido a consideração de que não há espaços neutros em seu planejamento, destacando o papel dos atores formuladores e dos influenciadores durante as tomadas de decisão como fundamentais à compreensão do próprio espaço. Lefebvre (1975, p. 154) torna válida a presunção ao apontar como os centros espaciais não podem ser entendidos como neutros ou vazios, e que, na verdade, há diversos lados e ângulos a serem avistados, ocupados por jogos complexos que envolvem a natureza, a divindade, as relações sociais, os jogos de poder, as fontes de sabedoria e os modos de vida que, enfim, traduzem-se naquilo que pode ser visualizado.

3.2 Tipologias e trajetórias das principais políticas urbanas no capitalismo contemporâneo

O enredo da neutralidade também aparece nas discussões sobre os encaminhamentos de políticas urbanas e planejamento. Alsayyad e Roy (2009) integram o debate ao resgatarem a abordagem típica das cidades medievais para as cidades globais contemporâneas, colocando em confronto o reconhecimento entre "cidades livres" e "cidades protegidas", de tal sorte que essas dimensões se sobreponham e seja

[7] Texto para discussão produzido por Mário Vale (Universidade de Lisboa, 2015). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/272681301.

fortalecido um novo argumento. Nessa sequência, os autores indicam que "a cidade livre medieval era também a cidade protegida; não havia um conceito medieval de liberdade que não fosse também um conceito de associação, clientelismo e defesa." (ALSAYYAD E ROY, 2009, p.107). Essa é uma informação de extrema relevância para o cruzamento de paralelos entre os recortes observados, pois:

> Em primeiro lugar, se a cidadania moderna foi constituída por meio de uma série de direitos individuais abstratos enraizados no conceito do Estado-nação, então agora assistimos à emergência de formas de cidadania localizadas em enclaves urbanos. Como nos tempos medievais, essa cidadania está ligada ao clientelismo (centrado na figura do bispo, por exemplo) ou ao pertencimento a associações (como a guilda), e em ambos os casos trata-se fundamentalmente de proteção. Em segundo lugar, tais formas de cidadania substituem ou são mesmo hostis ao Estado. Das associações de proprietários de imóveis à declaração por grupos religiosos fundamentalistas de repúblicas islâmicas em seus bairros, são sistemas privados de governança que operam como feudos medievais, impondo verdades e normas muitas vezes contrárias às leis nacionais. Em terceiro lugar, essa lógica de dominação tem manifestações territoriais. A cidade se articula, segundo a expressão de Holston e Appadurai, na forma de "colméias de jurisdição", um "corpo medieval" de "associações privadas sobrepostas, heterogêneas, não-uniformes e crescentemente privadas". (ALSAYYAD E ROY, 2009, p.108).

Inicialmente, a categoria de análise utilizada nesta conjuntura se dá na percepção sobre os espaços totalmente privados, que materializam os interesses de enclausuramento. Graham e Marvin (2001, p.284) discutem que é a combinação entre espaços urbanos de sedução e segurança que geram o *urbanismo de estilhaços,* marcado por redes de segregação espacial que são mantidas por meio de infraestruturas espaciais que são, pragmaticamente, segregadas dos ambientes urbanos em que se inserem, consolidando uma paisagem tridimensional de exclusão e polarização. McKenzie (1994) revalida o argumento ao pontuar como as *privatopias,* representadas por condomínios particulares, por exemplo, delimitam uma secessão dos bem-sucedidos, levando ao robustecimento da máxima da propriedade privada como um fundamento da vida comunitária, e, por consequência, a exclusão como parte primordial e motriz da organização social.

É pela constante negociação da liberdade, subordinada principalmente à segurança e à manutenção de bens e privilégios, já que são reforçadas como condições opostas, que visualizamos os enclaves como "importante tecnologia de dominação, uma forma de dominação que opera por meio da dupla hélice da liberdade e soberania, liberdade e proteção." (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 114). Laconicamente, os enclaves levam à visualização dos efeitos do neoliberalismo e do conservadorismo social na espacialidade, ao mesmo tempo em que tonificam as novas formas de soberania global e gestão do espaço, mediadas pelas experiências de fragmentação, segregação e segmentação, consideradas imprescindíveis à construção e manutenção das próprias cidades neoliberais e da lógica produtiva.

De todo modo, as associações ilustradas mostram-se valiosas quando visualizadas as acepções e concepções de políticas públicas urbanas e planejamento, já que esses são os instrumentos necessários, usualmente, para consolidação dos interesses como já elencado. É através de Sánchez (1999) que recuperamos as principais tipologias apresentadas ao longo das transformações urbanas e das mentalidades e concepções de produção e socialização vigentes. Segundo a autora, é preciso "prestar especial atenção às políticas de promoção da cidade e de criação de imagens, como também interpretar e questionar seus conteúdos, pressupostos e valores" (SÁNCHEZ, 1999, p.120), para que sejam desvelados os fatores motivadores, as possibilidades e as restrições, e o espaço seja compreendido em sua totalidade.

3.2.1. O Planejamento Estratégico

O Planejamento estratégico emerge entre as décadas de 80 e 90, de forma global, a partir da aplicação de uma mentalidade empreendedora típica de empresas privadas na gestão e no acompanhamento urbano. Assim, destaca-se o firmamento de metas e objetivos funcionalistas e ordenados pela necessidade de que sejam alimentadas a visibilidade e a prosperidade da região. Nessa lógica, as cidades passam a competir entre si, operando de forma fragmentada e fazendo com que o termo *outras* "já não indica geograficamente apenas as cidades contíguas ou em seu entorno de influência, mas também aquelas que, embora distantes, guardem com ela alguma relação de cooperação ou disputa." (SÁNCHEZ, 1999, p. 120).

A problemática torna-se neste momento a questão da *competitividade urbana.* A indagação é sustentada a partir do reconhecimento apresentado por Vainer (2007, p.75-76) de que há fundamentalmente quatro princípios competitivos[8] a serem levados em conta e promovidos pelas cidades nas situações atuais, quando o mercado liberal acoberta o desenvolvimento da economia global e dos mercados financeiros. São pleiteados pelos princípios: (1) O investimento de capital, tecnologias e competências gerenciais; (2) A atração de novas indústrias e negócios; (3) O preço e a qualidade dos serviços; (4) A atração de força de trabalho qualificada. Concisamente, é nessa arena em que a estratégia empresarial assume protagonismo, revelando outra vez o fundamental papel do econômico na definição do urbano.

Nesta instância, valendo-se das lógicas e das experiências das esferas empresariais privadas, este modo de planejamento nos revela que o "*market lead city planning*" exige que os protagonistas das ações e decisões sejam os mesmos que protagonizam as peripécias do mercado." (VAINER, 2007, p.87). O planejamento estratégico torna-se parte elementar na confirmação dessas exigências, e é capaz de promover a formalização e a articulação dos entes de governo e de mercado, recuperando a ideia levantada pela economia política urbana e que tonifica a participação do capital nas tomadas de decisão sobre as alocações e transformações urbanas, levando em consideração a supremacia dos interesses de produção.

Dispondo do papel da cidade como um ator político e econômico, a "consolidação deste novo papel dependerá da possibilidade de estímulo de grandes projetos de cidade que contem com uma participação ativa dos principais agente públicos e privados e conquistem um amplo consenso público" (CASTELLS E BORJA, 1996, p.154). Nesse espaço emergem as iniciativas e os planos que objetivam "legitimar a apropriação direta dos instrumentos de poder público por grupos empresariais privados" (VAINER, 2007, p. 89). Desse modo, são construídos os segmentos estratégicos que irão coordenar as políticas públicas e as vivências sociais, traduzidos em um plano unificado em rumo ao desenvolvimento econômico e urbano.

Um recurso citado por Vainer (2007, p.92-93) para o fortalecimento desse plano é o fomento à percepção de "sensação de crise aguda pela conscientização da

[8] World Economic Development Congress & The World Bank, 1998, p. 2

globalização da economia" (CASTELLS E BORJA, 1996, p.156). Esse é um momento crucial para a construção e expansão das estratégias, já que é a partir dos planos que são superados os espaços de fragmentação dentro do cenário urbano, e são direcionadas novas ordens econômicas-políticas que irão assegurar a lógica de produção. Silva (2012, p.286). explica que essa mobilização a respeito da percepção de uma crise é importante já que permite a alteração de um cenário fugaz e passageiro, mobilizado pela crise, em um patriotismo a respeito das cidades que é mais duradouro e compatível aos sentimentos de sucesso planejado, fortificando as estratégias.

No Brasil, o viés protetor à hegemonia foi colocado "diante da mobilização popular dos anos 80, a facção da classe dominante com interesses vinculados ao espaço urbano – especialmente o setor imobiliário – reage exatamente como a ditadura militar de 64: com Plano Diretor" (VILLAÇA, 2000, p.13). Assim, através dos planos, os Municípios focaram-se na elaboração e no cumprimento de metas que venham a vigorar a imagem de uma cidade que superou as lacunas desenhadas pelas sensações de crise até então notificadas e cristalizadas pelos movimentos correntes e disputas de caráter popular e contestatório. É aqui que "para conseguir legitimar os planos, o marketing atrela-se às mídias locais e até internacionais propagandeando o desenvolvimento da cidade. Gera-se, assim, um consenso público a partir de um ator carismático." (Silva, 2012, p. 288).

É através da Constituição de 1988 que o *direito urbanístico* (art.24, I) é tratado, incorporando ainda a *política urbana* (arts. 182 e 183) como uma de suas diretrizes. Sumarizadamente, estes recintos são dedicados ao reconhecimento da necessidade do Estado se posicionar enquanto gerenciador de crises e agente conciliador numa emergente indisposição no alavancar de uma *Reforma Urbana.* Se por um lado estes marcos responderam às contestações frequentes e atuantes de grupos como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana - que levaram anteriormente ao Congresso Nacional uma emenda popular com mais de 160 mil assinaturas, incluindo profissionais, entidades sociais e camadas populares, - descontentes e mobilizados pela percepção de crise iminente ao próprio funcionamento, por outro asseguraram a necessidade de que caminhos e metas fossem delineados, trazendo novamente à tona a discussão sobre o

planejamento estratégico, ainda que de uma forma mais suavizada do que no momento anterior ao período democrático.

O conflito entre os interesses populares e os alcances em termos reais, nos espaços políticos e econômicos, pode ser também representado pelo embate entre os *princípios fundamentais* que orientaram as ações a partir do Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), criado a partir da promulgação da nova Constituição, e os "objetivos" colocados pelas demandas populares, como sustentado por Bassul (2002). De Grazia (2002) sintetiza os princípios ordenados pelo FNRU como:

> I - Direito à Cidade e à Cidadania, entendido como uma nova lógica que universalize o acesso aos equipamentos e serviços urbanoscondições de vida urbana digna e ao usufruto de um espaço culturalmente rico e diversificado e, sobretudo, em uma dimensão política de participação ampla dos habitantes das cidades na condução de seus destinos;
>
> II - Gestão Democrática da Cidade, entendida como forma de planejar, produzir, operar, e governar as cidades submetidas ao controle e participação social, destacando–se como prioritária a participação popular.
>
> III - Função Social da Cidade e da Propriedade, entendida como a prevalência do interesse comum sobre o direito individual de propriedade, o que implica o uso socialmente justo e ambientalmente equilibrado do espaço urbano (Aa. Vv. 1990). (BASSUL, 2002, s/n - online).

Já em relação às demandas populares, Maricato (1997) notifica o surgimento de ideais distintas do eixo central articulador proposto durante a nova ordem urbana, principalmente no que refere-se ao surgimento de demandas mais voltadas à recuperação do papel dos trabalhadores e dos agentes locais na governança urbana, Destacam-se solicitações diversas, entendidas de tal modo que:

> - Em relação à propriedade imobiliária urbana-instrumentos de regularização de áreas ocupadas. Captação de valorização imobiliária. Aplicação da função social da propriedade. Proteção urbanística, ambiental e cultural.

> - Em relação à política habitacional-programas públicos habitacionais com finalidade social. Aluguel ou prestação da casa própria proporcionais à renda familiar. Agência nacional e descentralização na gestão da política.
>
> - Em relação aos transportes e serviços públicos-natureza pública dos serviços sem lucros, com subsídios. Reajustes das tarifas proporcionais aos reajustes salariais. Participação dos trabalhadores na gestão do serviço.
>
> - Em relação à gestão democrática da cidade-conselhos democráticos, audiências públicas, plebiscitos, referendo popular, iniciativa legislativa e veto às propostas do legislativo (BASSUL, 2002, s/n - online).

Mais tarde, o Estatuto da Cidade aparece como um grande avanço em direção à resolução dos impasses e visando maior permeabilidade dos interesses populares e do agenciamento local na temática de gestão urbana, incluindo instrumentos que garantem maior autonomia aos entes. Porém, como apresentado por Ribeiro (2003, p. 19), a ideia de plano para a cidade é gradualmente substituída por noções de projeto, e as preocupações com os resultados e seus impactos e desdobramentos perdem força em prol da concepções mais instrumentalizadas de intervenção que dialogam de forma mais fácil com os elementos de flexibilidade e competitividade, resgatando mais uma vez preocupações monumentalistas e estratégias pontuais de embelezamento como o padrão de intervenção urbanística, comprovando a permanência do paradigma do planejamento estratégico na gestão das cidades.

O planejamento estratégico e o marketing de cidades são colocados como os principais instrumentos nas disputas urbanas, alcançando com maior empenho as respostas necessárias dadas aos momentos vivenciados pela globalização da economia.Uma maneira de verificação dessa situação se dá na incorporação legal e constitucional no Brasil de conceitos como “função social da propriedade urbana” e “função social de cidade”, aludindo às perspectivas funcionalistas e estratégicas a serem alçadas pelos planos diretores e demais instrumentos que se insiram nessa conjectura. Nesses ambientes, Sánchez (1999, p. 120-121) destaca como o urbanismo torna-se objeto central de desenvolvimento, e, por mais que outras dimensões da socialização sejam colocadas à tona, como questões de moradias, empregos e aposentadorias, é sobre a análise infraestrutural e de alocação e atração de recursos que os planos são

edificados, esvaziando as possibilidades de inserção e avanço democrático dentro do planejamento urbano.

3.2.2. O Urbanismo Espetáculo

Os primeiros resultados do Urbanismo Espetáculo são desenvolvidos nos anos 70 e se intensificam ao longo do final década de 90 e início dos anos 2000. Resumidamente, a ideologia é respaldada na noção de *cidade-espetáculo* e que é verificada na razão de que "os cidadãos – consumidores – têm uma atitude reverenciadora, complacente e, em última instância, passiva, em relação à cidade". (SÁNCHEZ, 1999, p.126). Aqui, destaca-se a percepção da cidade como central e os cidadãos como atores secundários e figurantes no próprio espaço, transformado em um cenário cercado por objetos de consumo estético e contemplativo.

Nessa seara, a ênfase, ao contrário da perspectiva de planejamento estratégico, é dada mais na forma do que na função, atraindo ainda principalmente projetos urbanos pontuais do que planos gerais, de tal forma que a imagem da cidade seja fortalecida pelos espaços urbanos revitalizados. Associadamente, Sánchez (1999, p. 123) apresenta como a fragmentação, a efemeridade e o ecletismo tornam-se elementos comerciais e que demonstram o triunfo da cidade dentre os novos espaços urbanos. As imagens sintéticas e fragmentárias da cidade sugerem uma vida de classe média para todos os cidadãos, de forma a intensificar as relações capitalistas e de consumo, legitimando as simbologias e os discursos recorrentes principalmente dentre os setores dominantes da sociedade.

3.2.3. A Engenharia do Consenso

Nos momentos mais recentes, é dado destaque aos meios de comunicação que operam verticalmente,em associação aos governos e aos grupos hegemônicos, "na 'colonização' da esfera cultural e social, ao criar a ilusão de objetividade, quanto à aceitação de valores culturais, políticos e morais dos grupos dominantes ante os subordinados, assimilados pelos últimos como a ordem 'natural' e o senso comum."

(SÁNCHEZ, 1999, p. 127). Isso significa dizer que existem influências transnacionais e globalizadas que visam a promoção do modelo de vida urbano pretendido nas cidades contemporâneas, regularmente associadas às agendas midiáticas e de construção dos valores comuns e compartilhados.

Um desses meios é construído pela promoção de ideias como o *patriotismo de cidade,* entendido como "o elemento chave para o estabelecimento de bases permanentes de cooperação público-privado, para a difusão do pensamento estratégico entre os agentes econômicos e sociais da cidade" (BORJA, 1996, p.84). A mídia vem a incidir então na criação de cenários harmônicos e otimistas que recuperem os potenciais econômicos e mantenham o espaço propício para o recebimento de investimentos financeiros de diferentes ordens, além de conter eventuais efervescências nos campos político e social.

Em um contraponto, Alsayyad e Roy (2009, p. 122-124) indicam que, por mais que as narrativas oficiais e promovidas objetivem a impressão de uma satisfação e êxito em termos das hierarquias e organizações sociais, na verdade, notamos uma forte segregação socioespacial e que é alimentada pelos próprios interesses de Estado, considerando sua dimensão dialógica com os grupos de maior prestígio. Aludindo aos bairros étnicos, campos de refugiados, periferias e quaisquer outros ordenamentos que ultrapassem as parcelas visíveis e promovidas pelo Estado, esses espaços adquirem a definição oposta ao interesse urbano, sendo considerados não-cidades.

É sob um *Estado de Exceção*, que a cidadania urbana é suspensa pelo poder em soberania. Taxativamente, o Estado fundamenta-se em "formas de excepcionalismo que constituem as estruturas da normalidade." (ALSAYYAD e ROY, 2009, p. 124). Logo, se esses momentos são considerados um decurso dentro dos enredos urbanos, não faz sentido a preocupação na investigação sobre esses fenômenos, e a fragmentação e a exclusão são normalizadas. O paradigma é colocado exatamente sobre este momento dentro da perspectiva urbana, já que a própria noção de liberdade fica indissociavelmente atrelada às noções de não-liberdades, como partes fundamentais ao desenrolar das hegemonias dentro dos sistemas urbanos.

3.2.4. A Cidade Financeirizada

Em um avanço em relação ao pontuado por Sánchez (1999), Magalhães (2015, p. 127 - 125) contribui à identificação de uma quarta tipologia argumentativa em torno das construções e operação urbanas. Em uma leitura contemporânea e que já reflete de forma mais clara os efeitos da consolidação do neoliberalismo nos meios urbanos, o autor propõe que a expansão do setor financeiro, especialmente em sua capacidade política e mobilizatória considerando os grupos de interesse, é capaz de influenciar as dinâmicas de tal forma a fazer com que as finanças correspondam ao grupo principal dentre as atividades de economia urbana, sendo as políticas desenvolvidas no sentido de convergência aos interesses e à operacionalização do setor. A financeirização da cidade torna-se, portanto:

> A construção ampliada e diversificada destes canais por onde passam fluxos de mais-valor, lucros e renda advindos de fontes diversificadas e difusas. Tais rendimentos remuneram capitais também angariados e mobilizados de forma ampliada, como na criação de fundos de investimento fácil e amplamente disponíveis para correntistas de grandes bancos comerciais, ou na mobilização de fundos de pensão com grandes quantidades de recursos disponíveis para investimento de longo prazo – tornando a poupança de aposentadoria de uma grande quantidade de trabalhadores diretamente empregada no investimento em formas diversas de capitais, com variadas exposições a graus distintos de risco e retorno. (MAGALHÃES, 2015, p. 129).

É justamente neste momento, através do fomento à políticas de incentivo de crédito e consequente endividamento dos governos, bem como a expansão das práticas de amortização dentre a sociedade, que a acepção financeirizada dos modos de vida se refletem nos espaços urbanos, que pouco a pouco engrandecem-se enquanto mercadorias, adquirindo lógicas de apropriação e desenvolvimento de mesma ordem. Nesse sentido, reconhecemos que:

> O neoliberalismo urbano baseia-se numa lógica econômica que promove a financeirização da cidade, que fomenta e pega carona na valorização imobiliária e se agencia através de um fortalecimento do poder de fogo dos capitais imobiliários na conformação da política

> urbana e de uma forma de planejamento voltada para o abastecimento deste mecanismo através de projetos e planos urbanos diversos, sendo o processo de gentrificação a frente de expansão territorial de um meio urbano ultravalorizado que este modelo de planejamento busca promover. (MAGALHÃES, 2015, p. 132).

Novamente, robustecendo os sistemas econômicos e produtivos como os mais relevantes nas configurações das cidades, a dimensão política acaba se orientando pelos agentes de maiores capacidades dentre os sistemas citados. As lógicas políticas e sociais, para tanto, perpassam os valores de mercado, e são penetradas por eles até que todo o projeto neoliberal de vivência seja perpetuado. A cidade é transformada em "*fábrica social*, tendo a renda da terra como uma forma de canalização de valor da economia imaterial urbana do território avançado." (MAGALHÃES, 2015, p.133), incentivando de forma intermitente o balanço entre uma cultura financeirizada e as práticas sociais e políticas relacionadas.

O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) aparece como um dos braços da cidade financeirizada. Em atuação a partir de 2009, o MCMV previu desencadear as ações do governo federal brasileiro em direção à provisão habitacional. Segundo Krause, Balbim e Neto (2013), o programa promoveu mudanças no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), à medida em que o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), antes mantido com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), praticamente deixou de apoiar a provisão pública de habitação de interesse social. Contendo ações no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), praticamente todas as estratégias de provisão habitacional em nível nacional foram endereçadas pelo MCMV, reforçando a lógica utilizada pelo programa.

Sinteticamente, o MCMV atuou no subsídio e na facilitação de acesso à compra de imóveis para famílias de baixa renda, estimulando a produção em massa de novos bens e reforçando a alternativa neoliberal de que no mercado centram-se as soluções aos problemas emergentes, sejam quais forem suas raízes e repercussões, lesando-o de qualquer crítica ou discussão sobre suas atribuições e modos de atuação. A prática financeirizada foi potencializada a partir da popularização dos acessos ao crédito, e a hegemonia do setor privado reforçada pela dinâmica comercial amparada pelo

centralismo do mercado imobiliário na resolução dos conflitos sobre habitação, também contribuindo na apreensão mercadológica do espaço.

Ainda, é viável a recuperação de que, cabalmente, "a parceria público-privada assegurará que os sinais e interesses do mercado estarão adequadamente presentes, representados, no processo de planejamento e de decisão." (VAINER, 2007, p. 89). O argumento trabalhado neste lance esbarra novamente na questão colocada entre o avanço da mentalidade mercantil nos aspectos produtivos e transformativos do espaço, principalmente no que se refere aos limites tangenciados pelo Estado enquanto agente transformador e promotor, tornando a parceria mais um dos constantes momentos aos quais as lógicas de ordem neoliberal e do Estado são entrelaçadas, como já exposto durante o debate sobre as operações de ordem da economia política urbana.

Também, as Operações Urbanas Consorciadas (OUCs), enquanto expoentes de parcerias público-privadas firmadas no contexto brasileiro, influenciam no paradoxo da visão neoliberal em matéria urbana. As OUCs são um dos instrumentos urbanísticos previstos a partir do Estatuto da Cidade (2001) que promovem a realização de intervenções pontuais realizadas sob a coordenação do Poder Público, em apoio à iniciativa privada e interação com os moradores e usuários dos locais, tendo em vista transformações urbanísticas estruturais, bem como a promoção de melhorias sociais e valorização ambiental e econômica. De forma mais abstrata, o objetivo geral do instrumento é a requalificação dos lugares indicados, a partir de pactos entre os entes público e privado e que geralmente convergem à emissão da concessão de direitos de adensamento, a exemplo da outorga onerosa.

Porém, há um resultado divergente quando verificada a "atuação do instrumento na prática, que é a criação de núcleos irradiadores de valorização imobiliária, e geradores de renda da terra diferencial que são diretamente capturadas pelos capitais imobiliários ali inseridos". (MAGALHÃES, 2015, p. 147). Isso porque, em geral, as OUCs funcionam onde já existem interesses de mercado imobiliário, retirando a possibilidade de redistribuição dos investimentos e corroborando nas concentrações e disparidades urbanas, acentuando ainda mais as segregações socioespaciais. Esse ponto é ampliado pela inexistência de um programa de atendimento social que acompanhe as

decisões e que sirva de contrapeso às tendências de gentrificação e expulsão das populações dos locais de intervenção.

Em conclusão, a respectiva associação entre a outorga onerosa e o programa de obras pode levar ao Poder Público que tenha mais gastos do que o arrecadado, trazendo problemas adjacentes também à infraestrutura de uma forma global, quando considerado o adensamento promovido. Exatamente pela ausência de planos e projetos gerais, os resultados limitam-se ao plano imobiliário, e à comercialização privada, sem a aquisição de benefícios pragmaticamente públicos e espaços comuns e compartilhados, revelando a dimensão fragmentária e de espetáculo do instrumento urbanístico quando aplicado sem as ponderações ressaltadas.

Na generalidade, observa-se um esvaziamento crítico em termos de proposições e intervenções espaciais urbanas, que muito refletem dos avanços epistêmicos da perspectiva de mercado nas interfaces socioespaciais. A crescente dificuldade na dissociação entre os interesses de mercado e os interesses de governo, respaldados e apoiados pelos agentes de maiores capacidades econômicas e de execuções, acaba por acentuar a alternativa neoliberal e o jogo capitalista como os vencedores de uma extensa batalha em direção às transformações sociais, de tal modo com que eventualmente venham a se tornar a única possibilidade de execução.

Nesse estágio, observamos uma inflexão das críticas em direção aos reflexos e aos problemas ocasionados pela própria divisão de mercado, e que, submersas numa linguagem simbólica e cultural mercantil, são vistos de forma independente e como se originassem os diversos questionamentos colocados ao espaço, sem o exercício fundamental de retorno aos modos de produção e operação, para que seja possível a identificação desses fatores como condições motrizes e mantenedoras da contradição capitalista. Aspectos como a segregação espacial, a pobreza e a falta de oportunidades são vistos como processos que ultrapassam a questão capitalista, e, na verdade, buscam-se respostas através dessa lógica, retornando à contradição inicial e minando as capacidades resolutivas. Apesar disso, mesmo quando outras abordagens são trazidas à tona, a dinâmica corrente as coloca como perspectivas utópicas, em seu sentido mais alegórico, significando a impossibilidade de realização e transformação.

Tendo em vista o apresentado, o trabalho busca, objetivamente, descrever de forma crítica algumas das experiências comunitárias e de autogestão do uso do espaço colocadas ao longo da história, com vistas à elaboração de uma reflexão acerca da construção de políticas urbanas, levando em consideração as experiências e os valores simbólicos e materiais que corroboraram na consolidação desses espaços. Além disso, pretende-se investigar como são processadas as desigualdades nesses sistemas, e quais os impactos promovidos por essas reorganizações em torno do comum. O intuito não é produzir algum tipo de decisão e arbitrar sobre qual lógica devem ser gestadas e elaboradas as políticas urbanas, ao contrário, busca-se elucidar as experiências, levantar novos pontos e destacar nuances sobre as práticas e que muitas vezes não tenham sido acobertados pelas experiências hegemônicas.

Nessa direção, o grande salto pretendido é o encaminhamento à seguinte pergunta: **Em que aspectos as experiências de organização comunitária e de autogestão se contrapõem ao ordenamento mercadológico dos espaços?** Para essa construção, apreende-se o ordenamento mercadológico como todo o aparato intra e extra estatal, incluindo os esforços de capital simbólico e permeabilização cultural e social, que reforçam a alternativa neoliberal e a individualização e financeirização dos espaços como os níveis básicos de ordenamento urbano. A partir disso, são colocadas ao menos duas hipóteses que sustentam tal indagação.

A primeira, e mais clara, faz referência à compreensão de que é mais provável que existam mais espaços comuns e compartilhados nas experiências comunitárias do que nas cidades capitalistas usuais, já que a dinâmica da ação coletiva oferece maior suporte ao desenvolvimento de práticas não particularistas. Do mesmo modo, tomando a primeira hipótese como verdadeira, espera-se que nas experiências de organização comunitária e de autogestão do espaço sejam colocados outros modos de vida e trabalho em evidência em relação à hegemonia da visão de mercado, de forma a maximizar os benefícios coletivos, ambientais, de preservação e redução de desigualdades. Continuemos o debate.

4 ALTERNATIVAS E RESISTÊNCIA: COMO EXPERIÊNCIAS DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA E DE AUTOGESTÃO SE DISTINGUEM DOS MODELOS HEGEMÔNICOS DAS CIDADES CAPITALISTAS

A discussão promovida pelo *espaço social* e o *urbano* mostra-se de extrema relevância quando consideramos as alternativas apresentadas à lógica produtiva mercantil que compõe o próprio definir urbano. Monte-Mór (2018, p.230-232) revela que tal situação é fruto de uma *urbanização extensiva,* determinada pelo momento em que:

> Leva as condições gerais de produção (urbano-industriais) a todo o território, a partir da explosão da cidade industrial. O tecido urbano, o urbano, é a forma/processo socioespacial resultante do encontro da indústria com a cidade. (MONTE-MÓR, 2018, p.232).

Em síntese, observa-se mais que nunca a preponderância dos fatores que compõem os mercados. Para essa análise estão incluídos modos de produção, competição e organização, no espaço urbano, já que são constantemente reforçados no âmbito do espaço social.

Dessa forma, é elementar a colaboração mútua existente entre os espaços de trabalho, especialmente as formas de produção, e os espaços urbanos, já que garantem ao espaço social as possibilidades que permitem o florescimento de práticas políticas na perspectiva do território, "onde se inscrevem condições de produção e reprodução, simbologias e dimensões culturais das comunidades, identidades e construções relacionais de agentes coletivamente articulados" (MONTE-MÓR, 2018, p.237). É pela expressividade e pela condução das ações a partir dos signos e das simbologias que o cotidiano torna-se parte medular à compreensão posta sobre as interferências e influências da linguagem do capital, já que ele é traduzido nas práticas e vontades das cidades capitalistas contemporâneas, por esforços que ultrapassam as barreiras das entidades privadas, avançando também sobre espaços de ordem comum.

Distante de uma ascensão natural e desintermediada, o espírito neoliberal aparece através de uma forma "imposta pelo próprio Estado como política deliberada: imposição essa que não se restringe ao mundo do trabalho, mas que coloca todas as

instituições, atividades, tempos de vida e subjetividades ao serviço da acumulação de capital." (TONUCCI FILHO, 2017, p. 94). Nessa perspectiva, a desassociação entre as esferas torna-se uma tarefa ainda mais onerosa, já que os limites encontram-se fundidos e em constante reforço pelos detentores das capacidades de agenda e formulação. Ainda assim, uma guinada em direção às transformações mais substantivas e que mostrem-se efetivamente alternativas à hipótese de mercado, requer a retomada da respectiva matriz filosófica e ideológica que compõe a linguagem do capital, de forma a enfraquecer a hegemonia intelectual do sistema. É por isso que:

> Pensar em um futuro não capitalista implica em revirar o sistema pelas suas raízes. Segundo Dardot e Laval (2015a) – e conforme já visto no Capítulo 1 – o capitalismo tem sua base filosófica, jurídica e econômica na instituição da propriedade privada individual, que, inspirada na antiga figura romana do dominium, concede o domínio e o gozo exclusivo das coisas ao proprietário, o que retira-lhes portanto do uso comum e mina a cooperação. Quanto à propriedade pública do Estado, não seria seu contrário, mas mais bem seu duplo, complemento e transposição, espécie de forma "coletiva" da propriedade privada. Se a crítica socialista à propriedade privada no século XIX tinha como fundamento uma indignação frente à usurpação dos frutos do trabalho dos assalariados pelos proprietários dos meios de produção, a essa crítica soma-se hoje o reconhecimento de que a extensão da lógica da propriedade privada, do domínio natural ao intelectual, constitui uma ameaça geral às condições de toda vida em comum no planeta. (TONUCCI FILHO, 2017, p. 95).

Destarte, o resgate ao *comum* é apresentado como uma das estratégias mais promissoras na recuperação de uma consciência que subvertenha o praticado nas sociedades e cidades capitalistas contemporâneas, já que é capaz de "transformar profundamente a economia e a sociedade contra todo o sistema que ameaça a vida" (TONUCCI FILHO, 2017, p.95). A produção autogerida, em contraposição ao modo de produção capitalista permite, segundo Tonucci Filho (2017, p. 147-148), a partir de uma leitura lefebvriana, o reconhecimento de que a autogestão exprime os valores existentes de contradição entre aquilo que possuí valor de uso e aquilo que possuí valor de troca, centrando o foco na utilização ao invés da primazia do valor enquanto mercadoria, orientando os princípios práticos ao redor de compromissos que são capazes de articular

e modificar as realidades dos envolvidos, que agem de forma ativa em todas as esferas do espaço social. Em resumo:

> O urbano-natural, como forma de superação do urbano-industrial sem extingui-lo, aponta para a emergência de uma urbano-utopia, em que questões como natureza, território, trabalho, vida quotidiana, espaço de vida, autogestão, democracia radical, novas organizações e institucionalidades, resgate e fortalecimento de outros modos de integração econômica e social fora e para além do capitalismo se apresentam como possibilidade de superação e reinvenção revolucionária. Ou seja, o que hoje parece impossível e utópico pode ser tomado como possível, concreto e experimental e, provando-se necessário, instrumental como resposta à crise societária planetária que vivenciamos. (MONTE-MÓR, 2018, p.240-241).

A utopia, composta pela justaposição dos termos gregos antigos "οὐ" (negação) e "τόπος" (lugar), significando o "não lugar" ou "lugar que não existe", demonstra um caráter crítico, experimental e revolucionário o suficiente para que seja reavaliada enquanto possibilidade de transformação. Derrida (2005, p. 131) discorre sobre a questão utópica apresentando como em sua composição são considerados aspectos fundamentalmente críticos e reflexivos que aparecem como um desejo de ação, mais do que como uma fantasia. Assim, a materialização e o fascínio da utopia se dão exatamente na emersão dessas ações que irão representar os desejos objetivos que respondam às angústias e questões experienciadas pelo lugar, insuficiente e incompleto em suas potencialidades, de forma a levar ao questionamento e a reflexão sobre os parâmetros e as condições de operação e materialização desses espaços, negando o conformismo com a condição geral hegemonia e despertando outras possibilidades.

É diante deste contexto em que momentos e percursos na história e na filosofia aos quais o comum tornou-se protagonista que trazemos algumas reflexões para o momento contemporâneo, de maneira a contribuir para a construção de um debate sobre o espaço, e suas reverberações nos diversos campos, que seja capaz de reinventar e resgatar o componente utópico e transformativo da realidade, ao mesmo tempo em que distancia-se da resposta capitalista. Para isso, são explorados três momentos neste capítulo, que culminam na apresentação de estudos de caso que resgatam os principais

achados e diferenciais nos modos de vivência e exploração do espaço. Antes, são destacadas as matrizes teóricas e argumentativas que retratam as produções coletivas e/ou utópicas, de forma a assinalar pontos de congruência e divergência. Depois, na apresentação da Metodologia, destacam-se as chaves temáticas exploratórias a serem utilizadas nos estudos de caso.

De todo modo, é importante ressaltar que, apesar dos esforços de sumarização e delineação de superfícies compartilhadas, o presente trabalho não está comprometido na criação de teorias gerais ou hierarquizações entre os modelos, e nem tampouco busca estabelecer relações de causa e efeito. O comprometimento, ao contrário, se dá exatamente na mostra de caráter exploratório dos discursos contrários e alternativos à lógica mercantil de organização dos espaços, representados pelas organizações de caráter comunitário e de autogestão, respondendo em que medida se distanciam e aproximam dos modelos mercadológicos no que tange ao modo como as desigualdades são processadas nesses sistemas e são endereçadas enquanto respostas aos problemas urbanos. Avancemos.

4.1 A Autogestão e os caminhos entre o Utópico e o Comum

A autogestão é, como recuperado por Faria (2009, p.280-291), uma superação dos modos de produção capitalista de forma a permitir a organização direta da vida coletiva em todos os níveis, retirando a necessidade de intermediação pelo Estado ou pelo Mercado Formal. Nesse significado, as autonomias individuais são valorizadas e apresentadas como brechas para a formulação de um novo tipo de produção, a *autogestão social,* esmiuçada na constatação de que:

> A autogestão, em resumo, ultrapassa toda e qualquer proposta democratizante no âmbito da gestão participativa, na medida em que não pretende simplesmente criar grupos de trabalho autônomos ou abolir determinados graus de autoridade nas organizações, mas abolir as estruturas autoritárias da sociedade e das suas organizações. Não se trata de uma proposta conciliadora que pressupõe o fim do conflito entre capital e trabalho através da panaceia participativa, mas de outra coisa. Trata-se de uma mudança radical e revolucionária (qualitativa)

> do sistema de capital com o objetivo de criar um outro e superior modo de produção e de gestão social. (FARIA, 2009, p. 291).

Entretanto, antes de mostrar-se como campo de ação, na forma de um "projeto concreto que não funciona em uma sociedade em que predomina o sistema de capital" (FARIA, 2009, p. 287), a proposta passa por reflexões utópicas e proposições para além dos limites do debate técnico-científico tradicional, garantindo o teor transformativo e revolucionário, sem a determinação de um formato rígido que contrarie o princípio construtivo coerente à autogestão. Para definirmos os caminhos percorridos até a construção da proposta, para que sejam alcançadas noções mais precisas, faz-se necessária uma recuperação dos momentos nos quais as utopias sobre o comum foram debatidas, servindo de sustento ao movimento em direção às proposições correntes.

Thomas More é o primeiro a vocalizar a utopia, embora em releituras posteriores à obra do autor, títulos mais antigos como a República de Platão, a Eneida de Virgílio e até mesmo o conto bíblico do Paraíso Terrestre foram preenchidos pelo simbolismo da utopia, reconhecida como um lugar melhor e que não é aqui. Em "Utopia" (1516), Thomas More descreve uma sociedade marcada pela paz, pela ordem, pela lei e pela justiça, onde privilegia-se a liberdade e a igualdade. Chauí (2008,p.9-10) justifica que a sociedade é alcançada pela supressão de duas razões. A primeira, refere-se à razão de desigualdade, representada pela propriedade privada da terra e de seus privilégios, enquanto a segunda, a razão de conflitos, representada pelo Estado, pelas Igrejas e demais instituições detentoras de poder e que reproduzem as intolerâncias. Ainda de forma preliminar, o autor dá um pontapé em direção à multiplicação da democracia direta como alternativa, buscando a formação de um espaço harmônico em suas finalidades, a partir do estabelecimento de colaborações e tolerâncias mútuas entre a sociedade e o natural.

Em "Nova Atlântida" (1627), Francis Bacon retrata uma sociedade harmônica, feliz e próspera, amparada no conhecimento aplicado e na tecnologia para a resolução dos conflitos e dos limites humanos, predominando a tolerância, a justiça, a benevolência, a sobriedade e a prosperidade. Uma grande sacada neste sentido é que o "racionalismo e o experimentalismo científico passam a integrar o discurso utópico,

articulando intrinsecamente a cidade ideal e a ciência —, isto é, o progresso do saber é o elemento decisivo e determina as obras utópicas posteriores" (CHAUÍ, 2008, p. 11). Assim, é possível pensarmos em um deslocamento de uma consciência que, se antes caminhava em direção ao favor das máquinas, realoca os indivíduos como centrais em suas existências, fazendo com que a tecnologia seja colocada em favor dos interesses dos indivíduos.

Mais tarde, os *socialistas utópicos,* que, embora não tenham se denominado enquanto um grupo de caráter utópico, mas que foram assim nomeados posteriormente pelos defensores do *socialismo científico*, em oposição ao modo de organização dos anteriores, já que, como levantado por Engels (2017) o segundo modelo seria capaz de superar as narrativas fantasiosas e ideias distantes de assertividade propostos pelos primeiros, também esboçaram ideais cooperativistas e de ordem comunitária e de autogestão. Embora apresentem poucos avanços em termos da concretização das ideias, o momento é de extrema importância já que serve como forma de denúncia do sistema instaurado na sociedade que produzia desigualdades e misérias, confrontando a visão hegemônica e extremamente funcionalista sobre o progresso que se instalava, sendo ele associado aos avanços tecnológicos e financeiros, sem a devida ponderação sobre as repercussões nos ambientes sociais e cotidianos.

Saint-Simon, em seu trabalho "A Indústria" (1817) apresenta o interesse na superação do paradigma do Estado para um paradigma efetivamente industrial e científico - e atenção para o modo como esse paradigma atuaria, já que devido à experiência e a temporalidade da escrita, esse modelo aguardado seria bastante diferente do modo de produção capitalista contemporâneo típico - , acreditando que a sociedade existente, divida entre *produtores* e *ociosos,* deveria ser balanceada para a maior participação daqueles capazes de gerar riquezas, comprometidos na resolução de conflitos e problemas como a desigualdade e a pobreza. Simon (1956, p.231) demarca ainda como este momento reflexivo teve grande papel na elaboração de utopias progressistas em sequência, já que provocou a recuperação dos passados e uma mobilização em torno das responsabilidades sociais em especial com as classes trabalhadoras, realocando a atenção dos fins, representados pelos produtos de mercado, para os meios, abrangendo o modo produtivo e o trabalho como questões chave.

Charles Fourier avança sobre a questão do comum em uma abordagem mais literal do espaço e de forma mais opositora à industrialização típica. O autor apostava na "própria realidade em que vivia como um mundo ao avesso, ou como uma sociedade enlouquecida e desajustada, uma realidade social atravessada por desordens, de modo que a sua proposta era precisamente a de endireitar a realidade" (BARROS, 2016, p.227). A partir das *falanges,* pequenas unidades sociais com populações em torno de 1500 habitantes, seriam criados os *Falanstérios,* unidades de edifícios onde todos viveriam harmoniosamente e em segurança, compartilhando refeições, tarefas, espaços religiosos e lazer, e o plano utópico, pacífico e de reajuste da sociedade de Fourier seria concretizado.

Em termos das buscas por maior igualdade e justiça, o plano de Fourier era um pouco conflitivo. Segundo o teórico, não haveria pessoas ociosas no Falanstério e a sociedade seria igualitária no sentido de provisão de responsabilidades e direitos, mas suas recompensas viriam do retorno dos diferentes esforços e das habilidades colocadas, mantendo-se eventuais diferenciações entre os habitantes, ainda que as propriedades fossem limitadas para evitar o monopólio e a hegemonia de um em detrimento dos outros. A metodologia de verificação, porém, seria significativamente distinta da forma tradicional, a partir de uma *meritocracia diferenciada*. Um médico no Falanstério, por exemplo, receberia mais se houvesse menos doentes na comunidade, privilegiando o "benefício real que os grupos profissionais estivessem produzindo para a Comunidade" (BARROS, 2016, p.231). De toda forma, fica mais uma vez a observação de reconhecimento do trabalho como categoria central no funcionamento da sociedade, e a cooperação como forma de resolução dos problemas advindos dos acessos desiguais.

É através da *fábrica modelo* que é desenvolvido o modelo de Robert Owen. A fábrica contava com o maquinário mais moderno e com jornadas de trabalho reduzidas, além disso, foi construída uma aldeia para os funcionários, que se estabeleciam em moradias salubres, uma creche e uma escola primária, sendo pioneiro em ofertar esse tipo de modo de vida. Posteriormente, e já também com a experiência da fábrica, Owen inaugura o projeto da *convivência ideal,* onde basicamente foram criadas pequenas comunidades auto suficientes onde todos os integrantes partilhavam o mesmo status

social e trabalhavam coletivamente, mantendo-se vigiados e seguros, ao mesmo tempo em que eram ensinados e corrigidos das disrupturas provocadas pelo modelo dominante.

Choay (2002, p.63) indica que, para Owen, cada uma das cidadezinhas novas representariam, por si só, as formas de governo, criação e ocupação de todos os membros, e o progresso técnico, mecânico e científico a chave para a distribuição da pobreza, da imoralidade e da miséria que assolavam as cidades típicas. Importante notar o grande esforço de racionalização e funcionalidade aplicado à própria distribuição físico-espacial das construções. No caso do Projeto New Lanark, a pequena comunidade foi estabelecida às margens do rio, promovendo bastante interação com a natureza e favorecendo os espaços de lazer e agricultura. Ainda, a implantação de refeitórios coletivos também fazia parte do imaginário de cooperação, solidariedade e coexistência. Mesmo com todo o privilégio e estímulo do próprio espaço no fomento de uma sociedade comunitária, um ponto crucial e que impediu a evolução e consolidação do sistema promovido por Owen, já que sua consolidação dependia de uma mudança ética e moral da sociedade, que não foi alcançada.

Jean-Baptiste Godin inaugurou seu projeto em Guise, no Norte da França, 1859, onde promoveu a construção de um complexo de habitação para operários, inicialmente os funcionários de sua fábrica e suas respectivas famílias. Inicialmente conhecido como *Palácio Social*, o espaço partia de um projeto com ações comunitárias e uma visão empresarial, envolvendo os habitantes em todas as atividades que compreendiam uma versão reduzida de uma cidade, constando espaços de trabalho, lazer, moradia, alimentação, segurança, saúde e educação. O *Familistério* representava uma nova tentativa de aplicação dos falanstérios, e perdurou até 1968, após pressões financeiras advindas da empresa fornecedora e custeadora do modo de vida e ascensão de rivalidades e individualidades.

Quase que na totalidade das experiências iniciais a respeito da vivência em comunidade, a linguagem empresarial e o viés empreendedor se mantiveram durante as tentativas e esforços teóricos, o que pode ter enfraquecido a própria gestão e operação dos sistemas de ordem comunitária e autogestão, o que muito tem a ver com o momento histórico e na inflexão realizada em direção aos benefícios provocados pelos avanços tecnológicos em transporte, comunicação, produção e saúde. O problema aparece, no

entanto, devido ao fato de que, se tratando de um modelo a parte e opositor às supremacias de mercado, a transposição dos conceitos para uma mentalidade de caráter comunitário pode ter enfraquecido os embasamentos e marcos lógicos que sustentavam os anseios, evidenciando uma falta de maturidade sobre os desenhos, além do apontamento de contradições internas igualmente responsáveis pelas rupturas internas.

Uma outra crítica colocada aos modelos encaminhados pelos anteriores é que, na ausência de simbologias e significados mais profundos compartilhados, suprimidos pela mente industrial-empreendedora em vigência mesmo dentro dos espaços cooperativos, um outro paradigma é colocado: o do excesso e rigoroso esqueleto de códigos de condutas morais e sociais, que acabavam por limitar as possibilidades dentro dos espaços coletivos e reduzir a diversidade, opondo-se também aos pressupostos de liberdade que seriam supostamente favorecidos nas utopias em relação às cidades tradicionais. William Morris, em 1890, no livro "Notícias de Lugar Nenhum" distancia-se dessa abordagem, e também contribui na resolução da questão colocada de forma precedente, ao considerar a vertente *culturalista,* ao invés da *funcionalista*, como o esteio para o avanço do raciocínio comunitário.

Assim como John Ruskin, também expoente do culturalismo, Morris acreditava na individualidade de cada integrante e pensava que não o indivíduo, mas sim a sociedade, estava copiosamente interseccionada com os ideias mercantis de produção e lógica, e por isso há uma saudação crítica das conquistas do período antigo em comparação com os avanços da civilização industrial, gerando uma série de dicotomias entre: orgânico e mecânico, qualitativo e quantitativo, participação e indiferença, sendo os primeiros significados de maior crédito. Ainda, o excesso de rigidez parecia ser tão maléfico ao desenvolvimento dos indivíduos quanto o reforço por organizações centralizadas, por isso, acreditava-se que, tal qual as cidades medievais, as assimetrias e as irregularidades permitiriam aos seres que a vida fosse desenvolvida conforme os interesses reais e as necessidades. Haveria por fim uma dupla apropriação do espaço, ora de forma individualizada, através dos espaços de habitação, ora de forma coletiva, nos espaços de produção, lazer, trabalho, administração, saúde, segurança e demais serviços, colocando grande espaço também ao ostracismo e à valorização das artes como formas de alcance da espontaneidade desejada.

Em uma outra direção, Marx e Engels afirmam que a cidade possuí o privilégio de ser o *lugar da história*, assim, lesando-a do papel de desordem. Ao contrário, as cidades representam uma expressão da época em que foram criadas e devem ser destruídas para que sejam superadas, pois materializam problemas gerais e maiores que estão ligados aos modos de produção e aos embates de classes. Logo, em "A Questão da Moradia" (1852), Engels preocupa-se mais no fornecimento de argumentos que fortaleçam a construção dos problemas de classe, bem como ressaltar a opressão da classe trabalhadora, do que oferecer soluções mais pragmáticas na provisão de respostas à crise das moradias. Mesmo assim, a abordagem marxista ostenta uma imagem que pode impactar os cenários urbanos, entendendo que a supressão da diferença não pode ser reduzida a uma projeção espacial nos contextos de não uniformidade entre os espaços da cidade e do campo, já que devem ser considerados os pontos de vistas dos desequilíbrios demográficos, econômicos e culturais que compõem os valores simbólicos das espacialidades. Nesse sentido, para efetiva consolidação e construção de uma mentalidade comunitária que seja traduzida nas simbologias e nos espaços, faz-se necessário o desenvolvimento econômico pleno, para que posteriormente seja transformado em um regime socialista e, por último, comunista, autogerido e compartilhado pelos membros de uma sociedade verdadeiramente igualitária.

White (1965) indica que a maior parte dos autores no século XIX que criticavam as cidades industriais eram, ironicamente, marcados por uma grande tradição citadina europeia, na qual as cidades apareciam com marcações de longas tradições urbanas. De forma oposta, nos Estados Unidos a imagem heróica está atrelada à uma natureza intocada e este é um fundamento muito relevante na emersão de teorias anti urbanistas e que buscam a resolução das mazelas e dos problemas urbanos a partir de uma recuperação e associação ao natural. Desse modo, teóricos do espaço como Thomas A. Jefferson, R. Waldo Emerson, Thoreau, Henry Adam, Henry James e Louis Sullivan balizam suas esperanças, quase que de forma uníssona e inocente, na restauração de reservas e estados rurais que sejam compatíveis com o desenvolvimento econômico da sociedade industrial, permitindo e estimulando a liberdade, o florescimento das personalidades e até mesmo a verdadeira sociabilidade e compartilhamento.

Após este período e já amplamente debatido nas seções anteriores, justamente pela alto grau de compatibilidade com os interesses da produção capitalista do espaço, teóricos urbanistas, como Le Corbusier, trouxeram à tona, diferentemente dos momentos antecedentes, visões globais e despolitizadas compatíveis com o momento de evolução das sociedades industrializadas e harmonizável aos princípios funcionalistas e de praticidade. A despeito disso, o componente imagético se manteve, em menor destaque, acompanhando os planos que ultrapassaram os limites econômicos e administrativos herdados do século XIX.

A partir de 1928, o modelo progressista encontra um novo espaço para ser reformulado. O Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM), em 1923 propôs uma reformulação sobre os paradigmas de urbanização sob a Carta de Atenas, patrimônio compartilhado então com os planejadores e inspirado nos postulados de Le Corbusier. Aqui, ainda que se mantenha uma concepção que atrela a era industrial a uma ruptura histórica radical e positiva, o interesse dos planejadores é retirado das estruturas econômicas e realocado sobre as estruturas técnicas, e a cidade torna-se anacrônica nem por ser contemporânea, nem estética, mas por escancarar o escândalo histórico que deverá ser denunciado, materializado nas adversidades dos problemas urbanos, e destruído. São aflorados preceitos universalistas e que associam-se às noções de eficácia, apropriando dos meios necessários à racionalização, padronização e mecanização típicos das indústrias. Como também já exaustivamente discutido, esse momento faz-se favorável também ao desenvolvimento do discurso capitalista contemporâneo.

Não somente, o modelo culturalista também recebe a possibilidade de uma nova elaboração. Recuperando o legado deixado por Ebenezer Howard enquanto um teórico pré-urbanista, as cidades industriais espantam os ideias de harmonia já pela sua escala, já que Howard teria planejado que as cidades abrigassem entre trinta e quarenta mil habitantes, e ainda cercadas por cinturões verdes projetados para evitar o contato com outras aglomerações. As *cidades-jardim* funcionariam de forma autônoma e os excedentes populacionais deveriam ser direcionados a novos centros que por sua vez seriam cercados por novas áreas verdes, por isso, cada cidade teria seu espaço desenvolvido de forma particular e diferenciada, e o papel dado à individualidade de

extrema importância, sendo a diversificação da população um fator de extrema importância para o desenvolvimento mútuo e supressão das catástrofes. Acredita-se que a cidade moderna está na vertigem de perder sua estrutura externa e formal, já que, do ponto de vista interno, encontra-se em degeneração enquanto a sociedade se desenvolve às custas do próprio consumo e esgotamento da cidade, que pode vir a deixar de exprimir o significado necessário.

Em conclusão, resta ainda a abordagem naturalista, responsável por resgatar mais tardiamente trechos de maior capacidade crítica e revolucionária. O conceito de *Broadacre-City*, entendido como a antítese da cidade e a apoteose da recém-nascida vida suburbana, é trazido por Frank Lloyd Wright, alimentado anti urbanismo e resumido na constatação de que as grandes cidades industriais alienam o indivíduo e somente o contato com a natureza pode devolver ao homem sua consciência e que virá a permitir um desenvolvimento harmonioso da pessoa como um todo. Dentro das cidades capitalistas, não é possível escapar das explorações e nem sobressaltar a alienação, exceto através do exercício da democracia e das liberdades. Enquanto utopia, o espaço desejado por Wright deve recorrer à descentralização, acompanhando os limites naturais, incluindo topográficos, dos lugares, contendo as redes de circulação e integração necessárias, e mostrando-se, simultaneamente, particular e universal, por permitir a reaplicação em escala global, mas que seja adaptada à localidade.

Evidentemente, as oscilações e os focos colocados entre os espaços produtivos e as esferas de vida, singularmente nas observações acerca do comum, dialogam bastante com as condições e os pretextos políticos e econômicos, assim como os históricos-geográficos que cerceiam os relatos. Não obstante, e ademais, em razão disto, podemos visualizar como alguns elementos são visualizados, relatados e tratados de forma diferenciada na composição dos modelos, nos permitindo a compreensão absoluta dos casos e a realização de comparações e questionamentos mais estruturados capazes de revelar as intencionalidades, as fortalezas e as fraquezas de cada produção. Valendo-se desta explanação, parece fazer sentido o esmiuçamento de casos específicos para uma abordagem direcionada à investigação de estratégias que se apresentem como positivas no contexto das políticas urbanas, utilizando-as como marcos teóricos em prol de formulações mais atualizadas e compatíveis com a historicidade.

4.2 Método

As estratégias explicativas neste trabalho são definidas em dois momentos, todos eles com objetivo de responder à pergunta central do objeto, evidenciando como as experiências de organização comunitária e de autogestão são contrapostas ao ordenamento mercadológico do espaço, e em especial como as desigualdades são processadas nesses modelos, para que possam ser captadas técnicas que se mostrem benéficas na execução de novas políticas urbanas. A motivação ao estudo é dada por uma expectativa de que há a recuperação das forças e autonomias populares nos espaços onde há maior partilha do poder e colaboração, como no caso das experiências de autogestão. Como consequência, as hostilidades são reduzidas e o indivíduo se coloca novamente como um ser dotado de autonomia e livre das opressões diversas que o definem como *atrofiado* no espaço, ampliando as possibilidades de apropriação e vivência e enfrentando os problemas visualizados no espaço urbano, associados principalmente às desigualdades. A máxima é respaldada na observação de que:

> O processo de segregação urbana é a materialização dessa posição de exploração do trabalho, visível no momento da circulação, da distribuição do mais-valor. Nesse sentido, a concretização da "sociedade urbana" como uma utopia concreta precisa da atuação efetiva da classe trabalhadora, embora não seja restrita a ela (LEFEBVRE, 2001 [1968], p. 113). Esse projeto político aberto ao não instituído passa pelo desvanecimento do Estado com a "superação da tecnoburocracia pela autogestão generalizada" (TONUCCI FILHO, 2015, p. 228). Não seria, portanto, uma questão de se estabelecer uma ditadura do proletariado, mas uma sociedade sem a necessidade de um Estado. A perspectiva da necessidade do desvanecimento do Estado também foi mostrada por Pogrebinschi em seu completo estudo acerca da obra de Marx. A autora mostra que para esse autor a "verdadeira democracia" não passa pelo Estado sob o domínio de uma classe qualquer, mas pelo seu desvanecimento, assim como das categorias e relações de produção atreladas ao valor (POGREBINSCHI, 2009, p. 208). Para Abensour (1997, p. 79), a democracia em Marx é aquela centrada na emancipação do homem enquanto ser genérico, por intermédio da ação política que lhe é própria, e não na emancipação das coisas. A verdadeira democracia, portanto, não está inscrita no Estado, precisa nascer da ação política que se põe contra a existência do Estado (ABENSOUR, 1997, p. 79). (SANTOS, 2020, p.176 - 177).

Devido a isso, após a introdução e a contextualização teórica e analítica das vertentes vigentes sobre os questionamentos do espaço, e a visualização de como os mesmos assuntos repercutiam de forma diferenciada em cada um dos arquétipos, realizadas na seção anterior, toma-se como referência metodológica o *Método de Análise Comparativa Qualitativa* (Qualitative Comparative Analysis - QCA), desenvolvido por Charles Ragin em 1987. Taxativamente, o método visa comparar um pequeno ou intermediário número de casos, sem que sejam perdidas as complexidades de cada caso, recusando a homogeneização e entendendo "os fenômenos não como resultantes de um conglomerado de variáveis independentes, mas como processo de condições relacionais que são configuradas a partir da sua relação com o contexto." (FREITAS E NETO, 2016, p.105). Para isso, são envolvidas três fases distintas, sendo elas: (a) Definição de casos e fatores relevantes para a avaliação; (b) Análise dos casos e identificação dos fatores de destaque; e (c) Avaliação e interpretação dos resultados.

De maneira similar, neste estudo, num primeiro momento, é iniciada a elaboração e o aclaramento de uma chave explicativa. Espera-se que a partir dessa chave seja possível a promoção de uma análise comparativa e explicativa das narrativas trabalhadas, são considerados os seguintes critérios: (1) Ambientais; (2) Econômicos; (3) Ordenamentos Físicos-Espaciais; (4) Político-Institucionais; (5) Sociais. É grave demarcar, de saída, que não se tratam de categorias estanques, singularmente quando tratamos questões sobre o espaço social, e por isso há sobreposições e interseções entre essas dimensões, mas ainda assim é possível identificar algumas linhas de força e especificidades que nos permitem distingui-las desde um ponto de vista didático, na organização multidimensional do espaço, a fim de sobressaltar as conveniências sobre os projetos de ordem comunitária.

Já o segundo momento metodológico é coincidente aos estudos de caso na seção seguinte. Como mencionado, os estudos aparecem com objetivo de tornar ainda mais evidentes as estratégias utilizadas dentro de cada uma das categorias de análise apresentadas, para que sejam retirados os principais pontos que contribuam na formulação de políticas urbanas, através das potencialidades oferecidas pelas experiências de autogestão e que favoreçam a proliferação de espaços comuns e

compartilhados, de forma a maximizar os benefícios coletivos, ambientais e também a promover a redução de desigualdades.

Finalmente, o terceiro momento metodológico apresenta os movimentos centrais e vocaliza os principais achados compartilhados pelas etapas anteriores. É fundamental compreender que, ao contrário de uma metodologia QCA típica, os estudos de caso promovidos nesta peça, e por consequência suas repercussões, são baseadas em um modelo de caráter naturalístico, destacado por Ventura (2007, p.385) pelo caráter exploratório e inicial, especificando os pontos críticos e determinando os focos de estudo, delimitados em um contorno específico que permite a análise sistemática e associação dos casos. Ainda, pela própria proposta do produto, que visa mais promoção de uma discussão em torno da produção e apropriação do espaço, do que o estabelecimento de relações causais, o objetivo não é produzir estamentos rígidos sobre o tema, mas sim recuperar pontos de atenção aos contextos explorados.

4.2.1 Critérios de Análise

Cada critério é originado levando em conta os aspectos pontuados entre os principais teóricos do espaço, e conceitos que lidam com o cotidiano e com as áreas de atuação e vivência. Para isso, foram levantados argumentos que consolidaram a relevância de cada uma das categorias para a definição dos panoramas e das condições notadas principalmente nos contextos das cidades capitalistas contemporâneas, para que depois, a partir das narrativas trabalhadas pelas experiências dos estudos de caso, possam ser sinalizadas divergências e congruências nos cenários.

Importante ressaltar, antes de tudo, que o esforço de categorização e percepção de critérios não busca, de forma alguma, extinguir as possibilidades de análise e nem tampouco reduzir as experiências e os momentos históricos ao que é destacado, mas, na verdade, aparece enquanto possibilidade didática de apreensão das narrativas mais evidentes dentro da proposta teórico-argumentativa fomentada por este estudo. Visualizamos as construções segundo as especificações abaixo.

Quadro 1 - Chave Comparativa

CATEGORIAS DE ANÁLISE	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
	Conteúdo: *Quais os desvelamentos são provocados pela dimensão?*
Ambientais	Reconhecimento de Atividades que promovam algum grau de preservação e integração ao ambiente natural, entendendo essa característica como diametralmente oposta às práticas mais degradativas instaladas usualmente nos espaços urbanos
Econômicos	Compreensão dos diferentes tipos de organização das atividades que envolvam produção e trabalho, valendo-se ainda de uma apreensão mais aprofundada das questões distributivas e que se equivalham às trocas comerciais internas e externas ao grupo
Ordenamentos Físicos-Espaciais	Avaliação dos bens móveis e imóveis construídos e que acompanham o espaço, como as edificações de variados tipos seja de moradia, trabalho e/ou reunião, plantações e espaços de trabalho, colocando em cheque a questão da propriedade dos bens, permitindo também o entendimento das responsabilidades de administração e preservação dos espaços
Políticos-Institucionais	Identificação dos arranjos políticos-institucionais, assim como das demais regras, formais e informais, que permitem a articulação das comunidades em diferentes níveis, levando em consideração os processos deliberativos e decisórios existentes
Sociais	Investigação das relações interpessoais promovidas e/ou articuladas pela comunidade, buscando entender e definir melhor qual a melhor escala para compreender suas ações

Fonte: Elaboração Própria

Aspectos Ambientais

As indagações sobre as relações entre o indivíduo e natureza há muito encontram-se no cerne das discussões sobre habitação, vivência e paisagem. Ainda no Mundo Antigo, Os Jardins Suspensos da Babilônia representavam um modo de vida único e desejável que foi consolidado em uma das Sete Maravilhas do Mundo Antigo. A tradição nos indica que os jardins haviam sido construídos próximo do final do séc. VI a.c., a mando do Imperador Nabucodonosor II com objetivo de fazer com que uma das

suas esposas, Amythis, pudesse se sentir mais em casa. A mulher teria teria vindo de um Reino rival, cuja paisagem é marcada por arredores montanhosos e campos robustos, e, ali na Babilônia, ao redor do Rio Eufrates e ao sul da atual cidade de Bagdá, no Iraque, o cenário era significamente distinto, destacado por grandes planícies e depressões.

Embora nunca tenha se confirmado a existência ou não dos jardins, relatos de viajantes e exploradores os colocam como marca central na descrição e no desenvolvimento da paisagem babilônica, justamente pela estranheza e pela originalidade da paisagem que contrastava no entorno. Assim, toda uma iconografia e diversos modos de vida surgiram e acompanharam os próprios jardins e suas estruturas, exatamente pela necessidade da criação de sistemas de irrigação, sustentação e manutenção dos espaços e pelos próprios usos propiciados de lazer, proteção, soberania e trabalho, colocando o ambiente natural, ainda que planejado, em evidência.

O imaginário sobre as interações com a natureza aparecem também repetidas vezes durante o curso da história. Seja pelo levantar promovido pelo arcadismo, provocando o resgate bucólico e a conexão com a natureza, seja pelos ensaios naturalistas e até mesmo pelos movimentos de recuperação do espaço natural como maneira de resolução dos problemas urbanos, como apontado pelas cidades-jardim mais tardiamente. Os debates entre o rural e o urbano, contrapostos, evidenciam a natureza e o contato com o ambiente como valores centrais de diferenciação, sendo a preservação muitas vezes colocada como oposta ao desenvolvimento por representar barreiras e limites aos avanços tecnológicos e industriais.

Ao contrário, mais recentemente, a discussão sobre a preservação e a natureza, e mais diretamente sobre o desenvolvimento sustentável são retomados e motivados pelo "esgotamento dos modelos de crescimento pautados simplesmente pela geração de valor, renda e dependentes da crescente financeirização, que levam à degradação do meio ambiente e ao aprofundamento das desigualdades sociais e espaciais." (CAVALCANTE, 2018, p.326). É fato que:

> A abordagem do ecodesenvolvimento também incorporava processos sociais e culturais como meios de propagação de valores ecológicos para os processos de desenvolvimento, formando um modelo de

> princípios de desenvolvimento cujo conjunto representativo se baseava em três eixos: atendimento às necessidades básicas dos cidadãos, autossuficiência das atividades e uma base de sustentabilidade ecológica (Dasmann, 1985). (CAVALCANTE, 2018, p.328).

Em vista disso, a retomada de relações mais voltadas à biofilia e ao desenvolvimento associado à preservação emergem como alternativas à uma lógica dominante marcada pelo desgaste do desenvolvimento e pelo esgotamento dos recursos. O território, e particularmente os experimentos de inovações sociais, abrangendo as conexões socioculturais, econômicas e políticas que envolvem as definições sobre o natural. No extremo, é possível avaliarmos ainda que as iniciativas de ordem comunitária, 'se não aparentam a grandiosidade e o valor econômico estrito das inovações de negócios, constituem uma constelação de possibilidades de desenvolvimento local e endógeno que preservam e promovem a sustentabilidade com respeito às culturas locais" (CAVALCANTE, 2018, p.333), reforçando o local do aspecto ambiental enquanto transformador.

Aspectos Econômicos

Suficientemente abordado nesta produção, a dimensão econômica aprofunda-se em questões distributivas e sobre os modos de produção, comércio e trabalho. Como apontado por Limonad (1996, p.57-58), os modelos tradicionais apresentam maior rigidez e menor agilidade para mudanças relativas ao trabalho. Esse modelo se aproxima também de uma abordagem geográfica tradicional, tratando-se da mobilidade da força de tradicional ao tratar a mobilidade da força de trabalho como transferência, assim, são ignorados os momentos antecedentes e, logo, continuados, são eles: "a expropriação, expulsão, transformação dos que ficam e da natureza de seu produto em excedente para o mercado ampliado pelos que foram e perderam a condição de produtores de sua subsistência." (LIMONAD, 1996, p. 57). Em súmula:

> A existência de infra-estruturas sociais e físicas, imóveis e estáveis é necessária para garantir a acumulação do capital e a reprodução da força de trabalho, e para dar condições para ambos se moverem rápido e a baixo custo. Porém, conforme deixa de haver um comprometimento da produção e/ou dos trabalhadores com as infra-estruturas existentes sua viabilidade é posta em risco. Em consequência, segundo Harvey, as mudanças geográficas na circulação do capital e na disponibilidade da força de trabalho geradas pela acumulação, pelas mudanças tecnológicas e pela luta de classes tendem a minar a coerência regional da circulação do capital e da força de trabalho. Resulta daí uma instabilidade crônica das configurações espaciais e regionais. (LIMONAD, 1996, p.57).

Dessa forma, torna-se robustecida a relação entre a mobilidade espacial da força de trabalho e a organização da produção no território. Devido a isso, juntamente ao devir dialético que configura o próprio espaço social, as estruturas de produção garantem e são garantidas pelo próprio espaço, podendo nos levar a aferir que eventuais desgastes e instabilidades em uma das partes tenha repercussões na outra. Considerando os fatores simbólicos presentes na "história do capitalismo, da urbanização e da industrialização, da crise e da reestruturação, da acumulação e da luta de classes torna-se, necessária e centralmente, uma geografia histórica localizada." (SOJA, 1993, p. 127). Por isso, a dimensão econômica dentro das análises espaciais exprime extremo papel de importância, já que é capaz de ditar e caracterizar os modos de vida.

Aspectos dos Ordenamentos Físicos-Espaciais

A infraestrutura oferecida e fornecida aos habitantes faz com que as apropriações e interpretações mostrem-se significativamente distintas. A questão da salubridade das moradias aparece ainda nos primeiros debates coincidentes ao avanço das cidades industriais, mas também é constantemente reforçado na contemporaneidade por autoridades e organismos internacionais que apostam na disposição de equipamentos e acessos básicos, como ao saneamento, à moradia e alimentação segura como repletas de capacidades transformativas. Engels (2010) aponta ao discutir sobre a situação da classe trabalhadora na Inglaterra como tais condições acabam por perpetuar as desigualdades e acirrar os problemas urbanos, fazendo com que a *questão social*

abandone o caráter filantrópico e moral, e passe a ser compreendido como critério de justiça e cuja resolubilidade depende de mudanças mais profundas nos códigos de ação.

Mesmo nos planos utópicos, a ideia de condições de habitação salubres, postos de trabalho dignos e demais campos que se pareçam funcionais demonstram grandes capacidades de renovações nas linguagens sociais e simbólicas. Resgatando rapidamente o imaginário de Fourier, o compartilhamento das atividades de trabalho, lazer e administração, juntamente à manutenção da privacidade dos espaços de habitação, permitiria, como é descrito por Barros (2016, p.227-228), a instalação de uma nova sociedade cujos comportamentos e princípios superariam paradigmas das sociedade capitalista, como a monogamia e também o papel de gênero atribuído à mulher baseado essencialmente no cuidado.

Importante destacar como nesses cenários a ideologia capitalista carrega as capacidades e dita as transformações no espaço que precisa para que o sistema seja mantido. Os espaços resultantes possuem papel de expressão das ideologias e modos de vida vigentes, então:

> O desenvolvimento capitalista tem, portanto, de negociar um caminho de ponta entre a preservação dos valores de troca dos investimentos de capital anteriores no ambiente construído e a destruição do valor desses investimentos, a fim de abrir novo espaço para a acumulação. Sob o capitalismo, há, então, uma luta perpétua em que o capital constrói uma paisagem física apropriada à sua própria condição em um determinado momento no tempo, apenas para ter que destruí-la, geralmente no curso de uma crise, em um momento subsequente . A vazante e o fluxo temporal e geográfico do investimento no ambiente construído podem ser entendidos apenas em termos de tal processo. Os efeitos das contradições internas do capitalismo, quando projetados no contexto específico de investimento fixo e imóvel no ambiente construído, são, portanto, largos na geografia histórica da paisagem que resulta. (HARVEY, 1978, p. 124 - Tradução Livre).

De toda forma, uma outra possibilidade oferecida pelo aspecto do ordenamento físico-espacial do espaço reassume o papel uma vez desempenhado nas Ágoras na Grécia Antiga e mais tardiamente nos Cafés, como descrito por Habermas (1984), colocando-os enquanto instâncias intermediárias da esfera pública, agregando forte relevância cultural e mantendo discussões e propagação de ideias transformativas da sociedade. Nas cidades capitalistas contemporâneas, cada vez mais individualizadas e

privadas, o debate público perde espaços de ação e é minado, mais uma vez, em favor das ideologias hegemônicas.

É bem verdade também que a própria ideia de um espaço público é reduzida. Há dois pontos a serem discutidos sobre essa definição para que seja compreendida sua função no espaço urbano. O primeiro ponto coincide com a ideia apresentada por Lefebvre (1999) e que está associada ao papel de um espaço aberto e democrático de encontro, reunião, festa e política. O segundo, em uma continuidade ao primeiro, nos é apresentado por Dardot e Laval (2015), e que:

> Não se refere à propriedade pública, ao domínio público patrimonial do Estado, mas sim aos espaços de uso público, de livre acesso a todos os cidadãos, portanto inapropriáveis pelo Estado ou por finalidades privadas e exclusivistas. Melhor seria falar então de um comum não-estatal, mais definido pelo uso do que pela propriedade. (TONUCCI FILHO, 2017, p. 190).

Considerando os usos dos espaços públicos então, no momento presente, notamos espaços abandonados e usos reduzidos, ao menos em suas potencialidades, já que limitam-se os espaços onde há efetivamente trocas nos sentidos festivos e políticos dos espaços, penetrados pela linguagem mercadológica. Resta ainda neste encadeamento a avaliação sobre os espaços de lazer, igualmente reduzidos em suas potencialidades por divergirem das necessidades produtivas dos sistemas capitalistas.

Aspectos Políticos-Institucionais

Igualmente tratado de forma satisfatória nas narrativas anteriores, os aspectos políticos-institucionais eximem condições únicas na construção das paisagens e dos sensos de coletividade e partilhamento, já que determinam e garantem os meios, os recursos e as justificativas dadas para as intervenções, sejam quais elas forem. Em uma primeira mirada, valendo-se do espírito mercadológico que paira sobre as rotinas, há uma expectativa de que, ao menos em parte, a lógica seja inserida dentro dos contextos político-administrativos, admitindo a tese levantada por Harvey (1992) de que existe

uma supremacia dos interesses de mercado quando visualizamos a construção das políticas urbanas, e que reforçam os modos de produção e saberes capitalistas.

Um grande desafio se dá na administração dos interesses que podem ser inclusive mutuamente exclusivos, quando considerado o papel do(s) agente(s) gestor(es) na administração e resolução dos potenciais conflitos que apareçam devido às divergências teóricas e objetivas sobre o espaço. Nessa sequência, observa-se o emergir de uma *despolitização planejada,* apontada por Vainer (2007, p.96) como parte de uma garantia do privilégio dos interesses das classes dominantes, como as entidades privadas, demarcando um "projeto consensual que transcenda um pouco o campo das filiações político-partidárias e que possa garantir aos investidores a permanência de certas escolhas" (Ascher, 1994, p. 91).

A participação social e os interesses populares, neste transpassar, acabam por enfrentar rivalidades e opressões diretas dos agentes reguladores, de maneira a que gradualmente sejam visualizados mais como utopias, no sentido de desejos e realizações não possíveis, do que como planos de ações. Nas cidades capitalistas, discussões sobre direitos, cidadania e projetos sociais adquirem o caráter de negociação empresarial, e recebem o mesmo status que qualquer outra pauta, mantendo a balança financeira como ordem de medida para a aprovação e negação das mudanças, que aparecem descritos em planos estratégicos e rigorosos em metodologias e destaques. Brevemente:

> Tendo invocado em sua origem a necessidade de descentralização do poder, e sua consequente democratização na esfera municipal, o planejamento estratégico urbano e seu patriotismo de cidade desembocam claramente num projeto de eliminação da esfera política local, transformada em espaço do exercício de um projeto empresarial encarnado por uma liderança personalizada e carismática. Transfigurando-a em mercadoria, em empresa e em pátria, definitivamente a estratégia conduz à destruição da cidade como espaço da política, como lugar de construção da cidadania. A reivindicação de poder para as comunidades e coletividades locais, conquistada numa luta travada em nome do autogoverno, se consuma como abdicação em favor de chefes carismáticos que encarnam o projeto empresarial. A cidade conquistou parte dos recursos políticos antes concentrados no poder central, mas não realizou o sonho do autogoverno. (VAINER, 2007, p.98).

Resta, portanto, uma expectativa de que em lugares cuja lógica motriz empresarial seja modificada, os espaços e desenhos políticos-institucionais sejam redesenhados, abrangendo maior interface para variações dos modelos administrativos, além de melhorias em termos dos benefícios sociais, bem como maior permeabilidade às demandas populares, e ampliação das liberdades. Sobretudo nos espaços de autogestão e de ordem comunitária, onde as hierarquias são reduzidas, tendendo à extinção, e o debate e as interações ampliadas, encontram-se mecanismos, simbologias e códigos distintos que possam manter o ordenamento e o funcionamento dos espaços.

Aspectos Sociais

O Espaço Social, em sua amplitude, possuí forte relação com as formas as quais os seres se envolvem e são envolvidos nas dinâmicas e nos cotidianos. Em seu caráter dual, reforça e é reforçado pelos modos de produção e reprodução de tal sorte que o modo ao qual os indivíduos interagem entre si exprime papel primordial na descrição desses espaços. O aspecto social é entendido nesta continuidade de uma forma mais ampla como a dimensão capaz de centralizar concepções articuladas em direção às características e estruturas sociais, incluindo capacidades e práticas configuradas num contexto social e de comunidade mais estrito, sem a inclusão obrigatória de propriedades político-institucionais para validação de suas particularidades, deixando o foco sob as interações e relações interpessoais promovidas e permitidas nos espaços.

Um ponto a ser demarcado faz referência às noções de escala ambientadas pelas diferentes localidades. Em exemplos mais compatíveis com a lógica mercantil de organização do espaço, como debatido, centram-se escalas individualizadas, ainda que generalistas, e há o predomínio de planos e projetos realizados de forma hierárquica e construídos por pequenos grupos em detrimento aos interesses da maioria, por vezes valendo-se do discurso de uma supremacia técnica e/ou financeira como capaz de alocar com maior domínio as intervenções. No entanto, essa não é uma concepção uníssona no campo do planejamento urbano o que nos leva a acreditar que seja uma dimensão importante para verificação das repercussões em modelos aos quais a orientação mercadológica é subvertida, acreditando ainda que podem ser oferecidas respostas mais concretas em questões da resolução das desigualdades e da vulnerabilidade colocada nos espaços urbanos de forma portentosa.

Jane Jacobs foi uma das pensadoras que se incomodaram com o excesso de disciplinaridade e racionalidade no planejamento urbano moderno, principalmente pois se considerarmos a dimensão antropológica do espaço, ela é extremamente reduzida no plano modernista, já que são calculados ainda os modos de atuação de tal forma que esses são generalizados e as políticas públicas urbanas tipificadas e reproduzidas sem mediações dos contextos locais e valoração das temporalidades. Jacobs (1958) ainda acrescenta o papel central dos homens no desenvolvimento e na determinação das cidades, acusando que somos nós quem a produzimos e a nós a quem a cidade responde, e não o contrário. Com isso, é preciso levar em conta durante o processo de desenho, criação e planejamento do espaço alguns critérios, como o reconhecimento das escalas humanas, da vivência no nível das ruas e no enfrentamento às desigualdades e às insalubridades como pontos básicos a serem perpassados pelos planejadores. Ademais, a autora contribui para o avanço de metodologias que trabalhem com a coleta primária de dados, evitando o uso de informações repassadas e dados secundários, trazendo uma abordagem mais horizontal para os processos, aproximando-a também dos habitantes e usuários. Por fim, a substituição do confronto de classes por um confronto de inovações e proposições é extremamente valioso ao incumbir maior valor às críticas e construções propositivas do que de caráter denunciatório.

Um outro ponto notado neste aspecto faz referência à participação religiosa na construção dos espaços urbanos abandonados e negligenciados pelo poder público, já que, "com o abandono dos programas sociais pelo Estado, grupos religiosos fundamentalistas se tornaram o principal prestador de serviços urbanos em ocupações informais." (ALSAYYAD E ROY, 2009, p.117). Alguns dos exemplos mais deslumbrados e citados por Alsayyad e Roy (2009, p.117-199) se dão no caso das favelas e ocupações latinoamericanas. onde o pentecostalismo surge como lógica de governança e política, em situações menos visíveis, e em situações mais visualizadas, como na guerra civil libanesa, emergem-se grupos religiosos que adquirem poder político e ganham status de mediadores e ordenadores sociais, como é o caso do *Hezbollah,* agente promotor de programas de desenvolvimento nos subúrbios do sul de Beirute, fornecendo casas por meio do *Jihad,* para construção, educação, serviços de saúde, água, esgoto e eletricidade. Afinal:

> Essas associações retalham a cidade em diferentes ordens de cidadania, dando origem a regimes religiosos de dominação urbana e regimes urbanos de dominação religiosa. Comaroff e Comaroff consideram esses regimes religiosos símbolo do capitalismo neoliberal: a "privatização do milênio" por meio da criação de estruturas paraestatais e a redefinição da cidadania como algo "condicional, parcial e situacional"". (ALSAYYAD E ROY, 2009, p. 118).

Tudo exposto, o enfoque social sob a análise dos espaços urbanos envolve os aspectos das relações interpessoais que são promovidas, considerando as disposições de escala e esferas de interação. Há um entendimento de que os pontos predominantes da co-presença social se dão nos lugares de residência e de trabalho, associados aos modos de produção e reprodução do espaço, o qual, por concepção, "não é uma dimensão vazia ao longo da qual agrupamentos sociais vão sendo estruturados, mas deve ser considerado em função do seu envolvimento na constituição de sistemas de interação" (GIDDENS, 1989 :297), justificando a atenção para as observações neste roteiro.

4.2.2 Estudos de Caso

Os Estudos de Caso aparecem nesta seção como estratégia principal e com vistas ao desmembramento de pontos-chave ao entendimento de modelos contrapostos à lógica mercantil hegemônica, já que são apresentados como pontos de partida epistemológicos ao entendimento de ponderações mais gerais sobre as táticas que compartilham um mesmo posicionamento de oposição ao formato prevalente. Além disso, são reconhecidas as vantagens de sua utilização pois, como assegura Ventura (2007,p.386), estimulam novas descobertas, enfatizam a multiplicidade de dimensões dos procedimentos e permitem uma análise em profundidade dos processos e das relações entre eles, destacando trajetórias comuns entre os casos.

Ao mesmo tempo, com a apresentação dos estudos de caso, ainda que resguardando suas especificidades geográficas, historiográficas e temporais, conseguimos, num segundo momento, através das interpretações e avaliações, direcionar questionamentos mais amplos sobre o tema. Esse é um momento crucial para o desenvolvimento desta pesquisa, já que é através dos entrelaços e das discussões promovidas que torna-se possível o desvelamento dos modos aos quais as experiências de ordem comunitária e de autogestão diferenciam-se dos casos no qual o modelo mercadológico de organização do espaço sobressalta, permitindo a apreensão de como as desigualdades são processadas nestes espaços, assim como são escancaradas as abordagens sobre o comum.

Em razão dos fatores limitados de recursos, temporais e instrumentais, e também do próprio interesse do trabalho, que possuí caráter exploratório e contestatório, os estudos de caso foram embasados a partir de bibliografias e relatos de terceiros, devidamente referenciados e explorados a partir dos critérios produzidos e observados por essa criação. Por último, vale o alerta para a constatação de que há fatores explicativos e organizacionais em cada um dos casos que eventualmente não tenham sido explorados em sua totalidade, mas que correspondem ao recorte necessário ao entendimento dos casos segundo o plano didático-ilustrativo elaborado ao panorama.

São apresentados os seguintes casos: (1) Os Kibutzim, (2) O Cohousing, e (3) As Ecovilas. As particularidade históricas, geográficas e culturais de cada caso são resguardadas e exploradas, para a caracterização das narrativas e das descrições subsequentes em relação aos critérios comparativos dentro de cada um dos modelos, sinalizando como eles se contrapõem ao ordenamento capitalista do espaço, a fim de produzir oposições claras e que ressaltem suas estratégias, para que seja possível delinear os movimentos de flerte e repulsão entre os sistemas na seção seguinte e, enfim, sejam ressaltadas as oportunidades transformativas e construtivas no que carece às políticas públicas urbanas.

4.2.2.1 Os Kibutzim

Figura 1- Kibutz Ein Harod (1936)

Fonte: Polaris/Eyevine

A palavra kibutzim, plural de kibutz, tem origem do radical hebraíco kivetz , que significa reunir e agrupar, e faz referência às comunidades coletivas voluntárias que se instalaram em Israel no começo do século XX e que se mantém na atualidade, ainda que tenham sofrido adaptações e alterações em seus escopos originais após a década de 1970. Para entendermos a complexa relação estabelecida pelos israelenses nos kibutzim, é preciso recuperarmos historicamente a chegada à terra e os motivadores que levaram ao desenvolvimento de uma sociedade coletivista e cooperativa, e que estão fortemente associados a um desejo de fomentar um modo de vida baseado em princípios de igualdade, justiça e resistência.

A ocupação da terra Palestina, reconhecida pelos judeus como Eretz Israel, região que, segundo o Tanakh, bíblia hebraica, foi prometida por D'us aos descendentes de Abraão através de seu filho Isaac e aos hebreus, descendentes de Jacó, neto de Abraão, ocorre de forma mais intensa na virada do século XIX para o século XX, a partir de um movimento muito forte de repressão e espoliação do povo judeu por parte

do Império Russo. Algumas limitações impostas aos judeus envolviam a obrigatoriedade de que eles se instalassem nas regiões fronteiriças, chamadas de região de assentamento, onde viviam em maior vulnerabilidade e menor segurança, ameaçados pela recompensa policial russa que estabeleceu o valor de recompensa à captura de um judeu fora de seus limites ao equivalente ào preço de dois ladrões. Além disso, durante a Guerra Russo-Japonesa, uma parcela desproporcional do exército czarista era composta de judeus que tiveram suas famílias expulsas das terras russas, na prerrogativa de que não havia chefes de família masculinos em seus domicílios.

De toda forma, é após a posse do czar Alexandre III e da promulgação das Leis de Maio de 1882 que as ameaças se acentuaram, já que foram estabelecidas cotas que impediam o acesso de grande parte dos judeus aos empregos e às universidade, assim como proibiam o habitar em cidades com menos de 10.000 habitantes. Diante desse cenário, os judeus encontraram duas saídas, se não o retorno à terra prometida. A primeira delas os levaria à união com os grupos socialistas, e a segunda levou à conversão de grande parcela do grupo ao cristianismo. Independente das possibilidades, nos centramos aqui naqueles que optaram pelo caminho rumo à Palestina, palco do desenvolvimento dos kibutzim.

Até então, quase que a totalidade dos judeus que se deslocavam para a Palestina tinham motivações religiosas, e estavam ou em idade muito avançada, para que falecessem na terra sagrada, ou se dedicavam aos estudos religiosos, de tal modo que o trabalho não existia enquanto forma de subsistência e se mantinham em condições precárias apoiados por doações. Em 1880, um grupo de aproximadamente 15.000 famílias oriundas principalmente do Sul da Rússia se deslocaram à Palestina com o objetivo de trabalharem, lavrarem e habitarem a terra. Reconhecidos como a Primeira Aliá, esses povos sionistas defendiam que o cultivo da terra palestina consolidaria a rendenção física e espiritual do povo judeu, decadente e calejado pela negação até então do trabalho físico, sendo o solo palestino o responsável por permitir a transformação do grupo para um mais forte - e esta é uma peculiaridade muito significativa quando considerados os contextos de consolidação e expansão do sistema.

O primeiro kibutz, chamado Degania Alef, instalou-se em uma fazenda de propriedade do Keren Kayemet LeIsrael (KKL - Fundo Agrário Nacional), em 1909, ao

redor do Rio Jordão e à margem sul do Lago Kinneret, na atual região de Ha Zafon, pelos revolucionários socialistas sionistas originários da Rússia. Resumidamente, os objetivos e interesses se dariam nas constatações de que:

> Eles pretendiam estabelecer uma colônia comunal; o dinheiro não circularia na comunidade; o grupo assumiria a responsabilidade pela produção e serviços sociais e cobriria as necessidades individuais de todos os membros. A propriedade privada seria abolida, o trabalho assalariado não seria empregado, nem o comércio privado seria permitido. O grupo como um todo realizaria todas as transações comerciais, ou seja, a venda e compra dos produtos, e todos os lucros seriam reinvestidos no desenvolvimento da colônia agrícola. (RODRIGUEZ, 1975, p. 121).

Nessa perspectiva, a vida coletiva ensejada pelos kibutzim, como afirmado por Rodriguez (1975, p. 123) envolvia quatro áreas básicas: a) propriedade; b) trabalho e produção; c) consumo e; d) educação dos filhos, todas elas articuladas por uma forte ideologia muito atrelada às doutrinas de valorização do trabalho, o que conseguiu provocar modificações nos cenários hegemônicos através da consolidação de novos códigos. Mais tarde, com a explosão de guerras e conflitos com os povos árabes, além da própria necessidade de proteção dos moradores e de fomento ao Estado judeu, o elemento da segurança aparece de forma a protagonizar imclusive a própria estruturação do Estado de Israel, no entanto, vale notificar desde aqui que a investigação limita-se na observação de parâmetros mais específicos sobre o funcionamento interno do modelo.

Em conclusão, antes do esmiuçamento das características a partir dos aspectos levantados e comparáveis, resta uma pequena diferenciação entre um outro tipo de gestão comunitária e de base agrícola isralense, o Moshav. Em ambos os casos a administração é regida por princípios democráticos votados por todos os membros no processo de tomada de decisão (Rosenthal e Eigen, 2013), mas enquanto nos kibutzim todos os habitantes são trabalhadores e atuam coletivamente na produção, nos moshavim as cooperativas são compostas por agricultores individuais autônomos e donos de parcelas igualitárias de terra.

Quadro 2 - Os Kibutzim

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	Localização: Israel/Mundial (1909 - Presente*)
Ambientais	- Desenvolvimento sustentável como tema secundário; - Sistemas de Produção; - Agricultura Orgânica; - Eco-Sionismo e Sionismo Cultural; - Turismo Verde
Econômicos	- Distribuição igualitária entre todos os membros; - Maximização dos benefícios sem maiores esforços; - Altos custos de desassociação; - Vantagens individuais e coletivas; - Seguro independente da produção individual; - Coletivização dos meios de produção; - Repartição indiferente do sucesso pessoal; - Divisão do Trabalho entre todos
Físicos-Espaciais	- Fim de propriedades privadas em quaisquer níveis; - Bens e espaços de uso e propriedade coletivos; - Compartilhamento entre todos do valor da terra; - Coletivização de espaços íntimos
Políticos-Institucionais	- Democracia Direta; - Definição de Estatuto; - Profissionalização do Administrador/Presidente eleito; - Arenas de debates públicos e Assembleias; - Coletivização de tomadas de decisão; - Vigilância Mútua e Pressão Social
Sociais	- Liberdade de Associação; - Homogeneização relativa; - Segurança social e física; - Moral e Integridade; - Religião e outros códigos; - Pactuação, compromisso e confiança; - Educação Infantil; - Valor do Trabalho; - Relacionamento e interatividade estritas

Fonte: Elaboração Própria

Tratando-se dos kibutzim comunais, desenhados no projeto original e que perduraram até a década de 1990, com declínio iniciado no final da década de 1960 e acentuado na década de 1980, nosso foco argumentativo, destacamos alguns aspectos sobre os critérios que envolvem os *aspectos ambientais* da comunidade. Em primeiro lugar, em decorrência das condições muito precárias e de vulnerabilidade dos primeiros assentamentos, além da própria vivência dos povos judeus recém chegados de governos opressores do leste europeu e das condições climáticas e naturais desfavoráveis à agricultura e à pecuária em grande escala, e até mesmo pela limitação temporal da inexistência de discursos amplamente discutidos sobre o desenvolvimento sustentável à época, a questão ambiental passou por apagamentos gerais durante a implementação, mas não foram completamente esvaziados.

A iniciar pelo próprio modelo produtivo ensaiado, visando inicialmente o subsistência e uma durabilidade maior do sistema, gerido e acompanhado por todos, o tratamento com o espaço natural passou por explorações menos abruptas quando em comparação com os modelos capitalistas. Ainda, devido aos próprios limites do terreno, em qualidades geológicas e naturais, foram pensados sistemas que auxiliassem na potencialização dos ambientes já existentes, respaldados também pelo interesse de redução dos custos de produção e pelos limites técnicos de reprodução, assim, foram desenvolvidos sistemas de irrigação e wetlands mais sustentáveis, ao mesmo tempo em que foram reduzidos os usos de defensivos agrícolas, beneficiando produções orgânicas, e mesmo após a industrialização dos kibutzim, comparativamente, a agressividade ao espaço natural era significativamente reduzida.

Um ponto de destaque e singular no caminho dos kibutzim sobre o interesse ambiental refere-se ao seu ponto de encontro com o campo social e religioso. Como apresentado por Lvini (2014, p.304-306), o eco-sionismo é parte do sionismo político, definido como o desejo de formação de um Estado para proteger a integridade física dos povos judeus, e do sionismo cultural, que expande seu significado a uma necessidade da criação do Estado judeu para a preservação cultural e moral. Isso porque:

> Do ponto de vista religioso-cultural sionista, o eco-sionismo reflete a divina tripla aliança entre D'us, o povo de Israel e o terra de Israel.

> Garantir o bem-estar da terra como parte de um compromisso religioso com a Criação Divina como um todo constitui uma base ideológica/teológica para o eco-sionismo. O eco-sionismo proveniente do sionismo cultural implica um compromisso com a totalidade da Criação com responsabilidade especial pela Terra Santa (Israel). (LVINI, 2014, p. 305 - Tradução Livre).

Logo, como o plano sionista esteve presente durante a formação dos kibutzim, é reforçada uma mensagem para todos os provos, presente inclusive nos textos sagrados do Midrash a ideia universal de preservação como um pilar da cultura judaica e do tratamento para com a terra palestina. O pensamento ecológico aparece também em celebrações e ritos religiosos-culturais, bem como nos movimentos educacionais, e é "essencial para manter a motivação da comunidade necessária para a implementação de medidas práticas que podem promover a sustentabilidade." (LVINI, 2014, p.307).

Considerando os *aspectos econômicos*, mais amplamente discutidos nos debates sobre o modelo, os kibutzim são, como apresentado por Abramitzky (2005,p.1-4) um quebra-cabeças aos economistas já que representa, simultaneamente, o sistema igualitário e voluntário, dentro de um país no qual é regido pelo sistema capitalista, e que, ainda assim, por quase meio século, manteve-se impenetrável, oferecendo padrões de vida maiores do que as médias nacionais, nos levando a acreditar que os alicerces de sustentação ao modelo igualitário superaram os argumentos de base ideológica somente. Nessa perspectiva, o autor apresenta dois fundamentos que levam à compreensão mais aprofundada deste sistema econômico, onde tanto a produção quanto o consumo eram coletivos.

O primeiro deles tem ordem material-financeira e parte das investigações e análises de custo-benefício em níveis individuais. Embora não houvesse posse de nenhum bem de forma individual, o preço das terras, extensas e desenvolvidas inclusive em sistemas de agricultura, destacando dos cenários áridos nos arredores, é dividido por todos os kibutznikim, moradores do kibutz, gerando vantagens econômicas diretas aos envolvidos. Não somente, os kibutzim ofereciam vantagens em equipamentos comuns como quadras, piscinas, e até mesmo carros mais tardiamente, que tornavam os custos de saída ainda mais altos. O balanço ficava ainda mais positivo em relação à manutenção do indivíduo no kibutz quando comparados os esforços necessários ao

recebimento dos provimentos, sempre divididos de forma igualitária sem necessidade de esforços descomunais ou destaque pessoal e sucesso individual.

O segundo argumento tem origem nos fundamentos de segurança e ajuda mútua. A principal vantagem econômica oferecida aos kibutzinikim se dava exatamente na provisão de segurança do sustento e garantia de ajuda em casos de necessidade, fazendo com que os efeitos da seleção adversa, ocasionados pelos efeitos de seleção incorreta da determinação dos bens pelos moradores em relação aos interesses coletivos, fossem minados. Em suma:

> Quanto mais rico o kibutz, mais igualitário ele escolhe ser. No entanto, a grande maioria dos kibutzim mantém algum nível de seguro e fornece pelo menos uma "rede de segurança" para seus membros. Além disso, a evidência preliminar sugere que a seleção adversa é aliviada como resultado das reformas diferenciadas. (ABRAMITZKY, 2005, p.28 - Tradução Livre).

Em último lugar, os incentivos promovidos pela divisão do trabalho e pelo compartilhamento dos modos e meios de produção a partir de uma dupla checagem de necessidades e interesses modifica drasticamente o modelo, que passa a incorporar uma cultura do trabalho em detrimento de uma cultura de recompensas. Com o sucesso, o próprio governo israelense atuou ativamente em políticas de apoio através de "deduções fiscais, protecionismo contra importação, subsídios, aplicações financeiras para o desenvolvimento da tecnologia agrícola e os [kibutzim] posicionou como a dinâmica básica da produção agrícola." (ÇELIK E ÖZPEK, 2016, p.32 - Tradução Livre).

Os *aspectos dos ordenamentos físico-espaciais* estão relacionados com a racionalidade implantada no kibutz, em todos os demais aspectos. Por não receberem salários, os kibtuznikim recebiam os acessos e os provimentos necessários, e a coletividade sobre a posse das terras, bem como dos espaços de trabalho, lazer, administração e moradia reforçam a ideologia de divisão e o entendimento de uma lógica cotidiana compatível com as necessidades coletivas. De forma objetiva:

> O Kibutz ofereceu a seus membros tais serviços nas áreas de alojamento, acolhimento de crianças, educação e saúde. Ele alocou casas para seus membros; forneceu creches em lares de crianças separando-as de suas famílias com a ajuda de seus membros do sexo feminino, fundou sua própria escola e forneceu educação médica para alguns de seus membros para fornecer cuidados de saúde no kibutz. Os membros do kibutz não possuíam propriedade para ferramentas de produção. Os membros recebiam muitas necessidades pessoais, como roupas da loja do kibutz, gratuitamente. Os membros trabalhavam nesta loja em rotação e o recrutamento para a loja era decidido em reuniões comunitárias. Todos os membros faziam suas refeições juntos em refeitórios comunitários e compartilhavam as tarefas como preparação de refeições e higiene (Rosenthal & Eiges, 2013). (ÇELIK E ÖZPEK, 2016, p.30-31 - Tradução Livre).

A delimitação de espaços públicos para o debate também foi capaz de influenciar um outro tópico, o *aspecto político institucional*. Segundo Çelik e Özpek (2016, p.32), os kibutzim trabalham sob o comando de uma democracia direta. Há a composição de uma Assembleia Geral que não se limita apenas à tomada de decisão, mas também se coloca como espaço aberto à captura de impressões, sugestões e opiniões dos membros de forma intermitente. Há um conjunto de regras e normas também que é elaborado conjuntamente, já que todos detêm poder de decisão. Para a separação e determinação das tarefas, são eleitos comitês em áreas como habitação, finanças, planejamento da produção, saúde e cultura, havendo ainda uma rotatividade e uma permeabilidade frequentes no desenrolar das atividades, principalmente daquelas desempenhadas em grandes escalas diárias. Há também no comando um presidente eleito com cargos que duram de 2 a 3 anos, e são encarregados das relações externas ao kibutz, existindo os presidentes dos comitês e os secretários de cada uma das pastas, cargos usualmente profissionalizados, evitando desgastes pela sobrecarga de obrigações e prezando pela igualdade.

Há um outro elemento presente na política informal do kibutz, e que se esbarra também no *aspecto social,* e que está relacionado à vigilância mútua e à pressão social. Assim, quando considerada a hipótese de ruptura moral do sustento ao sistema, infere-se que foi aliviado "pelo monitoramento mútuo e pressão dos pares, que foram apoiados pelo estabelecimento de uma assembleia geral, refeitório comunitário e outros locais de reunião social, e um mecanismo de transmissão de informações baseado em fofocas" (ABRAMITZKY, 2005, p. 6 - Tradução Livre), mantendo-se constante o espírito comunitário.

Retornando ao âmbito social de forma mais estrita, há ao menos duas particularidades do caso israelense que justificam o seu sucesso em manter-se comunitário e igualitário, mesmo a partir da livre associação. De início, há uma relativa homogeneização entre os kibutznikim, que partilham não só uma mesma religião com princípios culturais de alta relevância, como também encontram-se em situações muito semelhantes de insegurança e fuga, além da própria busca e esperança por um lugar seguro e melhor, o que fez com que a ideologia realmente fosse partilhada de forma voluntária com a grande maioria, mantendo-os alinhados com os interesses comunais, almejando ainda a proteção da identidade social de um grupo que bebe de princípios revolucionários, comunistas e sionistas.

Outrossim, Çelik e Özpek (2016, p.31) destacam o papel da educação na perpetuação desses estigmas e ideias, já que, com a implantação dos sistemas de creches e escolas para todos os habitantes, e que, inclusive, deixavam as crianças em um mesmo dormitório, foi crucial ao ensinamento dos valores compartilhados pelo grupo. Desde o jardim de infância, o sistema educacional é criado para acompanhar as crianças no descobrimento da cooperação em seu dia a dia, aprendendo a importância do trabalho e do cumprimento de suas tarefas como base ao funcionamento do kibutz. No ensino médio, os jovens passam a incorporar a equipe de mão de obra e trabalham alguns dias para o kibutz, de toda forma, os níveis de educação internos ao kibutz superavam as médias nacionais, e sempre selecionavam alguns dos alunos mais promissores nas aulas de destaque para que conseguissem formação específica fora da comunidade, como no campo da medicina, por exemplo, para que pudessem retornar e manter as necessidades de todos, valendo o destaque de que toda a comunidade seria responsável por custear a vida e a formação desses integrantes.

Resta, portanto, um último ensaio e que destaca a baixa interatividade social entre os moradores do kibutz e o restante da sociedade como outra forma de articular e fortalecer os regimentos internos, já que as trocas aparentavam-se pouco significativas, ainda que existentes, em especial quando considerado o período militar obrigatório. Hoje em dia, os kibutzim mantêm-se em graus menores de comunitarismo e possuem forte ligação com indústrias, comércio e turismo, motivados por rupturas diversas e pelo avanço do capitalismo de forma global e generalizada. Mas, ainda assim, mostram-se

grandes expoentes da autogestão pela longa permanência do modelo e capacidade de replicação em centenas de unidades.

Em contrapartida, não podem deixar de ser comentados alguns ângulos da experiência dos kibutzim em que medidas hostis e de aspecto opressivo foram fortalecidas. O primeiro ponto e mais óbvio refere-se ao baixíssimo nível de permeabilidade e abertura social à participação de novos integrantes nos grupos. Se em um primeiro momento o crescimento dos grupos era importante para o fortalecimento das estratégias, após um certo período essa situação mudou drasticamente, e mesmo no primeiro momento já havia uma condição bem delimitada ao ingresso. Além dos limitantes religiosos, pela própria necessidade de total provimento da subsistência do membro e de sua família por parte dos kibutzim, com o avançar do crescimento das comunidades, o ingresso tornou-se cada vez mais difícil, já que os custos para a manutenção daqueles na estrutura do kibutz aumentariam, e mesmo com o acréscimo de mão-de-obra poderia não ser vantajoso. Ainda hoje, nas experiências remanescentes, embora haja possibilidades de imersão de curto e médio prazo, uma completa entrada no grupo depende de outros fatores, não só relacionados às capacidades econômicas do kibutzim, mas também sobre as capacidades individuais de contribuição dos membros e até mesmo de instituições mais formais, como o casamento.

Um segundo ponto, que de maneira alguma deve ser diminuído ou desprezado, mas que não é objeto dessa discussão, caminha no sentido da percepção de aspectos colonialistas e repressivos dos habitantes dos kibutzim em relação aos demais moradores de áreas palestinas. Como já mencionado, o kibutz exprime papel primordial na formação e na consolidação do Estado de Israel e pela sua exímia organização militar e extrema congruência interna, retomando o primeiro ponto levantado no parágrafo anterior, em alguma medida, reforçou os conflitos árabe-israelenses, ao mesmo tempo em que garantiu uma ocupação expressiva dos solos pelos povos judeus, localizados em pontos estratégicos e cruciais ao avançar israelense.

4.2.2.2 O Cohousing

Figura 3- Skråplanet (1973)

Fonte: The Cohousing Company

Cohousing é uma nomeação inglesa dada por McCamant e Durrett, em 1988, no livro "Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves", para a exemplificação e determinação do modelo dinamarquês de ocupação do espaço e modo de vida, bofællesskab, que significa *comunidade viva* na língua de origem. O prefixo -co abrange um significado triplo: *comunal, colaborativo* e *coletivo.* Vestrbo (2015, p.39) aponta que a proposta atua de forma a conciliar espaços comuns e serviços partilhados, mantendo-se as privacidades de cada residente, trazendo o significado de comunal à medida em que origina a formação de uma comunidade. A dotação de colaborativo emerge pela existência de um espírito de partilha e ajuda constante, e de colaboração entre o grupo, fator de extrema importância no próprio funcionamento da estrutura, que não é limitada apenas ao habitar, mas que se expande também ao cotidiano. Coletivo, por fim, aparece enquanto uma ênfase dada à organização e utilização coletiva dos espaços e serviços comuns. Porém:

> O Cohousing, insere-se num panorama heterogéneo, por vezes até inconsistente, não só devido pela dificuldade de estabelecer os limites entre este e as demais formas de habitar como também pela inexistência de um modelo pré definido, podendo variar segundo diversos factores como, por exemplo: os utilizadores, os requisitos impostos pelos mesmos, a posição dos edifícios e o tipo de solução adoptada. Se, para alguns, a máxima é a valorização da componente de partilha, para outros é a vertente económica, ecológica, política, social ou ainda a solução mais prática às necessidades do dia-a-dia, elementos que ajudam à criação de um entendimento plural e diversificado sobre a coabitação. (VITORINO, 2017, p.31).

Em vista disso, nos atentamos aqui à exploração dos movimentos comuns e originários do modelo de cohousing, não de forma a tender à generalização e nem tampouco invalidando essas diferenças, mas simplesmente delimitando os principais movimentos comuns para uma exploração didática do tema. Nessa continuidade, mesmo que o cohousing tenha um caráter múltiplo e por vezes conflitante, de maneira geral, pode-se afirmar que ele resgata e exalta valores e sentidos sobre a vida coletiva, trazendo uma consciência de bem comum na qual "a participação deliberada e o equilíbrio entre a vida partilhada e a privada é conseguida de forma a que uma não invada ou suprima a outra, permitindo um desenvolvimento saudável do habitar em comum." (VITTORINO, 2017, p. 33).

A primeira tentativa se deu em 1966, quando Jan Gudmand-Høyer e cinco amigos, e suas respectivas famílias, compraram uma área em Hareskov, nos arredores de Copenhague, com o objetivo de se instalarem de forma coletiva, entretanto, por pressão dos vizinhos que se opuseram à chegada do grande número de crianças e ruído, o plano falhou em materializar. Diante disso, o idealizador publicou uma matéria em 1968 intitulada "O elo perdido entre a utopia e a casa unifamiliar datada", explicando sobre seu novo modo de viver, e recebeu mais de duzentas cartas em resposta, permitindo o desenvolvimento de múltiplas unidades do projeto na Dinamarca. Em 1970, 27 famílias se mudaram para o Saettedammen, em Hillered, em 1973, 33 famílias desenvolveram o Skråplanet em Jonstrup. Mais tarde, em 1976, o Nonbo Hede foi instalado, até que na década de 1980 somavam-se mais de vinte experiências no solo dinamarquês e o plano tornou-se bem sucedido e replicado mundialmente.

Uma particularidade do cohousing em relação aos demais modelos de ordem comunitária é que ele é amplamente baseado em experimentos e noções de arquitetura, planejamento urbano e design, de forma a colocar as definições dos ordenamentos físico-espaciais do lugar em evidência, como agentes articuladores de toda a lógica funcional. Segundo Durrett e McCamant (1988), são quatro as características que definem as especificidades do cohousing, sendo elas:

I - Design de Contato Social (Social Contact Design - SCD): desenho do espaço, que é subdividido entre Unidade de Vida Privada (UPV) e Unidade de Vida Coletiva (UVC), fortalecendo o sentido da comunidade;

II - Grandes áreas comuns: importantes para as articulações e tarefas diárias;

III - Participação de todos os usuários em todas as etapas de pactuação, segurança e produção do espaço;

IV - Consolidação de estilos de vida necessariamente colaborativos, baseados em redes e apoio, seguridade e sociabilidade.

Outra particularidade colocada ao caso, e que o diferencia substancialmente do estudo anterior sobre os kibutzim, é que, embora focado na autogestão e com noções de comunidade, compartilhamento e colaboração muito elevadas, o projeto não objetiva nem a autossuficiência, em termos econômicos, e nem a redistribuição igualitária no mesmo parâmetro. Não podemos citar isso como uma contradição do sistema, pois comunitário e comunista não abrangem o mesmo significado semântico. Enquanto o primeiro origina-se de algo relativo à comunidade, o segundo avança sobre a perspectiva daquilo que é comum a todos, respondendo à ideologia comunista.

Resta, ao final, uma discussão sobre os três modelos (Williams, 2008) de cohousing em predomínio, valendo maior destaque ao primeiro: (a) Modelo redigido por residentes; (b) Modelo de Associação; e (c) Modelo Especulativo, que se diferenciam através do maior grau de desassociação colados entre o primeiro e o último. No caso do objeto de estudo, o modelo redigido por residentes expressa o maior nível de autogestão e é caracterizado pela dedicação total a todas as tarefas administrativas e comunitárias, lideradas pela própria comunidade, como veremos em seguida.

Quadro 3 - O Cohousing

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	Localização: Dinamarca/Mundial (1968 - Presente)
Ambientais	- Sustentabilidade a partir do compartilhamento de recursos; - Preservação dos espaços verdes; - Implantação de terraços; - Permacultura; - Utilização de fontes de energia sustentáveis; - Materiais de menor impacto ambiental
Econômicos	- Reavaliação do Trabalho Doméstico; - Princípios de Solidariedade; - Noções de previdência social; - Necessita de articulação com outros meios; - Rendimentos separados
Físicos-Espaciais	- Criação de espaços comuns como dispositivos sociais; - Manutenção de espaços privados e domínios particulares; - Adaptação às necessidades
Políticos-Institucionais	- Proteção de direitos individuais e de propriedade; - Redes espontâneas de articulação; - Compartilhamento de tomada de decisões; - Princípios construtivistas e de perspectiva evolutiva; - Ausência de Autoridade
Sociais	- Escala de coabitação como uma nova escala; - Partilha x Privacidade; - Emancipação social e liberdade; - Interação e cuidado mútuo; - Valorização do tempo de ócio; - Relações baseadas na confiança; - Adaptação à cultura

Fonte: Elaboração Própria

Os *aspectos ambientais* do cohousing são considerados desde os processos de formulação, implementação e construção das estruturas, já que são considerados no design e na mentalidade própria dos residentes os princípios de sustentabilidade e preservação dos espaços verdes. Assim, na concepção dos espaços e valendo-se do

SCD, são construídas UPVs e UVCs a partir de materiais ecologicamente sustentáveis e menos agressivos, além disso, metodologias de utilização de fontes de energia alternativas emergem como forma de redução dos gastos coletivos e individuais, maximizando os benefícios. Ao mesmo tempo, as ideologias de compartilhamento aparecem associadas à oportunidades de utilização simultânea dos recursos a multiplicar também as oportunidades de redução, reutilização e reciclagem. Em termos de design, planejamento do espaço e arquitetura, a presença de terraços e cinturões verdes nas localidades avança sobre a preservação natural, superando as médias estabelecidas nos ordenamentos urbanos típicos, além de servir como incentivo à utilização do solo por práticas menos agressivas como a permacultura.

Como já delineado, em relação aos *aspectos econômicos,* o modelo de cohousing não apresenta soluções em termos de provisão de sustentos e rendimentos, e nem altera o sistema produtivo como um todo, necessitando ser complementado por algum sistema externo para a manutenção e localização de provimentos. Seguindo a mesma lógica, não há medidas redistributivas estritas, e os rendimentos particulares de cada um os coloca em situações de desigualdades em relação aos bens financeiros e materiais para além dos limites de compartilhamento dos bens comuns e de posse sobre as UPVs. No entanto, alguns benefícios são colocados em prol do caráter comunitário, sendo eles a diminuição do custo de vida, reduzida pelo compartilhamento de recursos, e o estabelecimento de relações formais e informais de solidariedade, levando a, inclusive, uma ajuda que é refletida em uma "opção informal de cuidado para as pessoa em idades avançadas"(GARAY, GARCÍA e GARCÍA, 2018, p. 60 - Tradução Livre).

Ademais, uma reavaliação do trabalho doméstico aparece pela colocação de que "era absurdo cada habitação ter uma cozinha própria no qual cada mulher passaria o mesmo número de horas na preparação das refeições para a sua família" (VITORINO, 2017, p. 57), assim, mesmo que mantenha-se a tipificação de gênero e que o trabalho doméstico seja apontado ainda sob uma ótica na qual a mulher operacionaliza os cuidados, sob a ótica do cohousing, esse dispêndio temporal reduziria a maximização dos benefícios individuais e coletivos, inclusive em termos de desenvolvimento e crescimento econômico. Justamente por isso, a partir do reconhecimento do trabalho doméstico como um trabalho e não apenas uma tarefa, as atividades deste trabalho

seriam coletivizadas e redistribuídas entre todos os membros da sociedade, para que pudessem se dedicar a outras atividades complementares.

Essa situação reverbera também dentre os *aspectos dos ordenamentos físico-espaciais.* Dentre as UVCs, destacam-se "uma grande cozinha, uma sala de jantar comunitária, áreas de estar comuns, quartos, cadeiras, área de oficina, bibliotecas, berçários, lavanderias e quartos de hóspedes." (GARAY, GARCÍA e GARCÍA, 2018, p. 64 - Tradução Livre). Esses espaços, além de agregarem maior valor aos empreendimentos, auxiliaram na propagação dos demais interesses. Vale destacar ainda que as configurações possuem caráter altamente adaptável, podendo dialogar com outros elementos culturais que eventualmente se disponham. Por fim, a propriedade individual das UPVs e das porções de terra correspondentes atuam no balanceamento duplo, ora comum, ora individual, que é característico do cohousing.

Os direitos privados de propriedade atuam também sobre os aspectos *político-institucionais.* Segundo Poley (2007), a permanência dessa característica individual ajuda a construir relações institucionais informais, como a confiança e a coesão entre os vizinhos, fazendo com que as pactuações e os compromissos sociais atuem de forma mais forte, promovendo redes espontâneas de articulação, ausentes em autoridades e baseadas na tolerância e no reconhecimento mútuos, levados em consideração também na tomada de decisões coletivas, realizadas de forma compartilhada pelos habitantes. A lógica compartilha ainda de princípios presentes no construtivismo de influência russa, trazendo noções de empoderamento.

No *aspecto social,* a escala da coabitação é adotada, refletindo na consolidação da criação colaborativa das crianças e fortificando o espírito empático e proativo, permitindo ao indivíduo que seja envolto tanto em contextos partilhados, quanto em contextos privados, garantindo que, com a própria liberdade, se voluntariem e escolham participar de uma sociedade baseada na interatividade, na confiança e no cuidado com o próximo, inclusive oferecendo serviços de acompanhamento aos mais vulneráveis e de idade mais avançada, que costumam ficar carentes em interações sociais nos espaços urbanos usuais. A divisão de tarefas compartilhadas também exprime condição única ao modelo, já que o tempo torna-se uma variável muito valiosa, e é incentivado que outras atividades do interesse dos usuários sejam desenvolvidas.

Numa outra abordagem, faz-se justo o reconhecimento de fatores limitantes da experiência. A princípio, não pode ser excluída a necessidade de grandes capacidades individuais para provimento e sustento dos custos gerais, o que geralmente exige dos membros um maior nível de escolarização e capacidades teóricas, argumentativas e administrativas, permitindo aos membros vantagens tanto no espaço externo ao cohousing, para que seja melhor recompensado pelo mercado de trabalho formal e consiga os valores necessários ao crescimento pessoal e do grupo, quanto no espaço interno ao cohousing, já que maiores aptidões individuais de gestão podem trazer maiores benefícios coletivos. Além disso, é importante ressaltar como parte da organização interna do cohousing é reforçada por cálculos individuais de racionalização dos custos e das possíveis vantagens econômicas, combinados de tal forma a compreensão de que principalmente pelo compartilhamento dos custos entre os membros trariam a consequente redução de perdas individuais pela otimização de bens coletivos, permitindo a manutenção do viés empreendedor do comportamento.

Ao final, resta ainda uma discussão sobre a percepção da iniciativa tanto por parte do restante da população e da vizinhança na qual o cohousing vai ser desenvolvido, quanto por parte do Estado. Em relação ao primeiro, muitas vezes a instalação desses novos espaços é bastante repreendida e até mesmo impedida pelos moradores locais, que acreditam, como Durett (1988) menciona, que a chegada de comunidades alternativas e pessoas com modos de vida “não convencionais” podem contribuir à uma visão negativa do bairro, fazendo com que muitos se organizem em embargos e impedimentos que refletem inclusive na possibilidade de compra de terrenos e construção. Já em relação ao segundo, mesmo que o Estado ainda não tenha aparecido de forma muito expressiva no contexto mundial para o fomento e/ou rechaço do cohousing, não é silencioso o debate em torno da possibilidade do cohousing (MALUENDA, p.27-28, 2017) de se oferecer como oportunidade de revitalização de espaços abandonados, bem como de promover espaços de trabalho e habitação e melhorias nos aspectos ambientais e sustentáveis, demarcando a presença de movimentos em prol do reconhecimento da alternativa como uma possibilidade conciliadora dos interesses, já que é capaz de "canalizar a iniciativa cidadã na tomada de decisão sobre as transformações urbanas (poder público e direito à participação efetiva dos cidadãos na atividade urbana).” (MALUENDA, p.27, 2017 - Tradução Livre).

4.2.2.3 As Ecovilas

Figura 3 - Findhorn Ecovillage (2021)

Fonte: Findhorn Ecovillage

O termo ecovila aparece pela primeira vez na década de 1990, embora a formação possa ser demonstrada, em discurso e espacialidade, por algumas décadas antes. De todo modo, a ecovila enquanto ideia aparece de forma preliminar no final da década de 1970, em associação ao conceito de comunidade sustentável, consolidando a dimensão ecológica dos assentamentos. Mais tarde, porém, especialmente no avançar de políticas neoliberais e a associação do conceito de desenvolvimento sustentável ao aspecto econômico da sustentabilidade, já ao final da década de 1980, o termo já não parece mais fazer jus à grandiosidade e ao espírito coletivo, autogestionário e ecológico promovido pelos estabelecimentos, define-se ecovila, portanto como:

> Um assentamento completo em escala humana, no qual as atividades humanas são integradas de forma inofensiva ao mundo natural de uma forma que apoie o desenvolvimento humano saudável e pode ser continuado com sucesso por tempo indeterminado futuro (GILMAN; GILMAN, 1991, p.10 - Tradução Livre).

O conceito passou ainda por novas alterações após a consolidação da Rede Global de Ecovilas (Global Ecovillage Network - GEN) e realização de conferências internacionais. Assim, a partir de 1995 as ecovilas foram definidas como "comunidades urbanas ou rurais que se esforçam para integrar um ambiente social de apoio mútuo social com um estilo de vida de baixo impacto ambiental." (SIQUEIRA, 2012, p.100). Para tanto, as ecovilas passaram a utilizar e integrar diversos aspectos do design ecológico, valendo-se de estratégias como permacultura, bioconstrução e produção de energia verde, mobilizadas por práticas de caráter comunitário e compartilhamento de recursos, estratégias e resultados.

Uma das, senão a primeira ecovila estabelecida, se deu na cidade de Findhorn, na Escócia, em 1985, desenvolvida a partir da Fundação Findhorn, organização de caridade existente desde 1962 e legalmente autorizada em 1972, foi criada por Eileen Caddy, Peter Caddy e Dorothy Maclean. A organização tinha o objetivo de reconectar os indivíduos com a natureza para que superassem os excessos do individualismo, da competição, da desconfiança, do poder, do controle e da violência estabelecidos nas cidades tradicionais, recuperando o espaço para o crescimento de filosofias de cooperação, confiança, amor, respeito, transparência e solidariedade.

Embora, assim como os demais estudos de caso trabalhados, existam variações dentro dos sistemas das diferentes ecovilas, já que um de seus alicerces é estabelecido no diálogo com os elementos naturais e culturais locais, Gilman e Gilman (1991) citam alguns elementos principais que atravessam os modelos. O primeiro deles refere-se ao seguimento das proporções em escalas humanas. Há um interesse em manter as densidades mais baixas é justamente fazer com que todas as pessoas se conheçam e cada membro seja capaz de opinar ativamente nas decisões e atividades comunitárias. O segundo ponto, por sua vez, vocaliza o interesse em manter um assentamento funcionalmente completo, o que não significa garantir total autossuficiência da ecovila, mas apresentar soluções para todos os casos, sejam eles ambientais, sociais, de saúde, educação, economia e assim por diante.

Já em relação ao terceiro princípio, de integração inofensiva das atividades humanas no mundo natural, destacam-se as atividades mais voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao uso eficiente, responsável e racional dos recursos.

Como um quarto elemento, centra-se o apoio ao desenvolvimento humano saudável, envolvendo a integração harmoniosa de todos os aspectos da vida humana, nos âmagos físicos, espirituais, mentais, e emocionais. Em último, localiza-se a continuidade bem sucedida no futuro indefinido, trazendo a ideia cíclica e de proteção dos meios de organização e resistência em relação às práticas hegemônicas.

Quadro 4 - As Ecovilas

CATEGORIAS DE ANÁLISE	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS
	Localização: Escócia/Mundial (1962 - Presente)
Ambientais	- Desenvolvimento sustentável e responsável; - Permacultura; - Técnicas sustentáveis, renováveis e seguras; - Baixo impacto ambiental; - Educação ambiental integrada; - Produção local e orgânica de alimentos; - Utilização de sistemas de energias renováveis; - Preservação e manejo de ecossistemas locais
Econômicos	- Economia solidária, cooperativismo e rede de trocas; - Manutenção de sistema duplo de economia, com interação ao sistema hegemônico; - Sistema monetário/econômico singular; - Compartilhamento de bens e infraestrutura
Físicos-Espaciais	- Utilização de biomassa e tecnologias construtivas alternativas; - Espaços compartilhados e íntimos; - Grande disponibilidade de áreas verdes e reservas
Políticos-Institucionais	- Governança circular e empoderamento mútuo; - Tomadas de decisão por consenso; - Horizontalidade do poder; - Comunicação e ativismo global e local
Sociais	- Apoio social e familiar; - Diversidade cultural e espiritual; - Sistema de Saúde integral e preventivo; - Educação e formação comunitárias; - Promoção de autoconsciência; - Valorização do tempo de ócio

Fonte: Elaboração Própria

O *aspecto ambiental* é o aspecto preponderante na definição e na formação das ecovilas. Mais do que uma rejeição ao capital, as ecovilas ilustram uma rejeição à cultura de consumo e exploração da natureza, acreditando que essa cultura não só provoca malefícios ao ecossistema, como também traz ao indivíduo problemas e chateações que frequentemente estão associados ao desenvolvimento individualista e centrado na acumulação promovidos pelos cenários urbanos usuais. Assim, para o alcance do desenvolvimento sustentável e responsável, bem como a garantia da preservação e manejo dos ecossistemas locais, são utilizadas estratégias de baixo impacto ambiental e técnicas sustentáveis renováveis e seguras, como a permacultura e a utilização de sistemas de energias renováveis, assim como a produção local e orgânica dos alimentos, favorecendo as espécies endêmicas. Além disso, uma grande vantagem das ecovilas de dá na implantação de uma educação ambiental integrada e que corrobora no fascínio da preservação e do enaltecimento da natureza, tornando as ecovilas ainda expoentes de técnicas e metodologias que considerem o uso consciente, compartilhado e racional dos recursos naturais, maximizando os benefícios ecológicos.

Em relação aos *aspectos econômicos,* as ecovilas são marcadas por forte influência da Economia Solidária. Segundo França Filho (2006), a economia solidária compreende o conjunto de experiências que ultrapassam o ordenamento mercantil e mercadológico, apoiando-se em atividades econômicas para a realização dos objetivos sociais, desenhando as realidades das sociedades em escalas menores do que as trabalhadas pelos economistas ortodoxos. Gaiger (2003) demarca ainda quais os princípios que orientam esse posicionamento, sendo eles: a autogestão, a autossustentação, a cooperação, a democracia, o desenvolvimento humano, o igualitarismo, a participação e a responsabilidade social. Há espaço ainda ao desenvolvimento de comunidades ainda mais revolucionárias e que baseiam suas economias em trocas, no entanto, mesmo as ecovilas que desenvolvem o próprio sistema econômico e monetário, imperam-se acordos de cooperação informais e pactuados pelo espírito de comunidade. Assim, mesmo que as comunidades optem pela manutenção do sistema financeiro - e não produtivo - hegemônico, a compatibilização mantém-se perfeitamente possível, pois:

> Deste modo, mesmo as ecovilas tendo como pano de fundo o apelo ambiental, o processo coletivo assume papel importantíssimo dentro do que se conhece como arranjos econômicos viáveis, proporcionando assim uma relação mais próxima com os atores envolvidos e promovendo a socialização das atividades da comunidade, não só no sentido econômico, mas em um âmbito de governança e cooperação entre os membros. (COSTA, 2010, p.47).

Da mesma forma, quando considerados os *aspectos dos ordenamentos físico-espaciais*, com exceção das grande disponibilidade de áreas verdes e reservas de preservação e da utilização de tecnologias construtivas alternativas e menos degradantes ao ambiente, como a biomassa, o estilo de vida da ecovila é apresentado de forma compatível ao estabelecimento de espaços íntimos para a habitação, e a posse e a responsabilidade sobre os bens, infraestrutura e equipamentos é compartilhada entre todos. A lógica de redução de utilização de recursos e preservação ambiental aparece aqui mais uma vez, já que os espaços são desenhados e recuperados em prol da máxima ecológica.

Num outro âmago, considerando as questões sobre os *aspectos político-institucionais*, o principal tocante faz jus ao estabelecimento de uma governança circular que leva ao empoderamento mútuo, em geral, isso significa que há forte horizontalização do poder, fazendo com que sejam fortalecidos os pontos de visão comum e tomada de decisão por conselhos e consenso, sendo as responsabilidades e os poderes compartilhados entre todos. Ademais, a comunicação e o ativismo em escalas local e globalizada mostram-se outro expoente, o desenvolvimento da GEN, assim como o fortalecimento de conferências, acordos e parcerias, como a Gaia Education, permitem o avanço da mentalidade comum aos habitantes de ecovilas e incentivam a adoção de práticas caras ao sistema ao redor do mundo.

Os *aspectos sociais* garantem a amarração de todos os interesses, por promoverem o apoio social e familiar necessários aos desenvolvimentos culturais e espirituais em suas diversidades, bem como dão o suporte necessário ao incremento de autoconsciência entre os habitantes, atuando na educação e na formação um dos outros a partir de trocas de relatos e opiniões que auxiliam na manutenção do espírito comunitário. Ainda, pelo envolvimento holístico na formação, são valorizados os

tempos vazios e de ócio, bem como é desenvolvido um sistema de saúde integral e preventivo, colocando o bem-estar e a qualidade de vida em primeiro plano.

Não obstante, algumas críticas costumam ser amplamente difundidas sobre as ecovilas, baseadas em cinco preceitos iniciais indicados por Sobral (2019, p.37-42) dentre os temas: (a) Elitismo; (b) Hierarquização; (c) Relação com a Comunidade Local; (d) Transparência; (e) Despolitização; e (f) Ideias Ento-nacionalistas. Sobre o primeiro ponto, é apresentado que, se por um lado as ecovilas são baseadas em narrativas que se apresentam em contraposição ao sistema produtivo neoliberal, por outro, a entrada aos grupos é restrita aos membros com cacife ao investimento dos projetos da comunidade, de tal forma que o elitismo apareça na composição dos grupos, oriundos de pessoas majoritariamente brancas e vencedoras do sistema econômico hegemônico, mais escolarizados e bem pagos nos modelos que contrariam.

Em relação à hierarquização, também em uma recusa aos preceitos levantados durante a idealização das comunidades, em muitas das experiências foram fortalecidas lideranças verticais e mantidos papéis hierárquicos de gênero na execução das atividades. Do mesmo modo, a relação com a comunidade local, por mais que as intenções de revitalização e recuperação das áreas, foi notado em muitos casos a gentrificação da região, além do embarreiramento provocado pela própria ecovila que não se mostra muito permeável ao exterior, podendo haver choques culturais e atritos entre os moradores locais e os moradores das ecovilas.

Já sobre a transparência, é apontado que é comum a auto-publicidade dos espaços pela administração das ecovilas por vezes revela uma intenção de venda do ideal que não corresponde às vivências e mostra o espaço bem mais como um plano de marketing do que como uma construção colaborativa, sem espaços para trocas, críticas e aprendizado. Na mesma direção, os apontamentos sobre uma possível despolitização das ecovilas revela como o ideal de contra-cultura é cada vez mais minado, de forma a florescer o caráter diplomático, burocrático e conciliador dos espaços, que até mesmo chegam a convergir e dialogar com preceitos do neoliberalismo, pela capitalização das experiências a partir de workshops, ecoturismos e retiros espirituais limitados pelos fatores de privilégio econômico-financeiro.

Para finalizar, sobre a dimensão etno-nacionalista reforçada, as ecovilas representam uma congruência interna bastante particular e que acentua rivalidades com os povos externos à comunidade. Assim, é incentivada, como apontado por Sobral (2018, p.42) a advocacia de uma cidadania birregional, militante e exclusiva, que alimenta um sentimento de "ecoxenofobia" em relação ao outro, demonizado e impedido de colaboração, acentuando as características repressivas do modelo, fundado em princípios de liberdade, respeito e solidariedade.

4.2.3 Movimentos Centrais

Ao recuperarmos as hipóteses levantadas pelo estudo, que: (i) Nas experiências de autogestão existem mais espaços comuns do que nas cidades usuais, levando à emersão de medidas de compartilhamento de responsabilidades e ao efervescer de uma dinâmica de ação coletiva; e que (ii) A existência desses espaços permite a consolidação de novos modos de vida e trabalho, e maximizam os benefícios coletivos, ambientais, de preservação e de redução das desigualdades, observamos que, nas experiências trabalhadas, ambas as hipóteses são confirmadas. A fragmentação dos eixos administrativos e de poder, bem como dos processos produtivos e divisão coletiva e igualitária das responsabilidades e de tomada de decisão permitem o desenvolvimento de práticas colaborativas e cooperativas, reduzindo os custos, materiais e imateriais, incluindo o tempo, para a manutenção da vida cotidiana, apresentando melhorias nas qualidades de vida e condições de habitação, educação, e preservação.

Ainda que existam desigualdades em alguns dos sistemas, advindas do trabalho individual e do não partilhamento dos provimentos, como nos dois últimos casos ilustrados, a divisão igualitária das despesas e o recebimento comum dos bens e serviços comunitários funcionam como agentes balizadores e que retiram intensidade das desigualdades, de tal forma que, em níveis individuais e coletivos, o resultado seja positivo, admitindo o postulado sustentado por Abramitzky (2005) e que demarca os custos individuais de saída mais altos do que de os dispêndios e esforços na manutenção e colaboração junto aos grupos. Não somente, em todos os casos ressalta-se uma forte coesão social pactuada em prol de medidas informais que envolvem ajuda mútua,

confiança e reciprocidade, apresentando a força do funcionamento dos modelos enquanto ideologias e objetivos comuns a serem perseguidos, sem a necessidade de mecanismos e aparatos que utilizam da força e do poder, ou até mesmo da violência e da punição, como instrumentos coercitivos.

Uma condição que permite o desenvolvimento singular desse movimento é apresentado pela tese de Metcalf (2004) e descreve a existência de *comunidades intencionais*, formadas a partir de pessoas que escolhem viver juntas ou próximas o suficiente para que possam estabelecer um estilo de vida compartilhado, desenvolvendo propósitos comuns e uma cultura compartilhada em direção à maximização dos bonus e divisão dos ônus, mantendo o livre arbítrio como regente. Essa situação faz com que a experiência de ordem comunitária diverja substancialmente dos espaços urbanos capitalistas típicos, onde o regente torna-se, antes do livre arbítrio, o capital.

A lógica do capital também é subvertida nesses espaços, ao menos parcialmente, pois, como próprio efeito da participação ativa dos habitantes na formulação e tomada de decisões, os processos passam a incorporar o cerne das questões, e não mais os resultados somente, havendo um posicionamento crítico frente aos processos produtivos e levando à adoção de metodologias inovadoras e transformativas, que subvertem os objetivos de produção, retirando o viés de reprodução em massa e capitalização das respostas, realocando-o entorno de uma produção consciente, suficiente e que dialogue com as necessidades encontradas e pactuadas pelos grupos. Importante destacar como esse momento se encontra com o incentivo e papel da educação, colocada em um lugar privilegiado nas comunidades autogestionárias em direção à consolidação dos interesses e do bem comum, dessa vez não mais relacionado à individualidades, mas sim no sentido rawlsiano de liberdade e igualdade. Isso porque:

> Enquanto a propriedade privada capitalista dos meios de produção garante a reprodução da separação entre a classe trabalhadora e os frutos do seu trabalho comum, fundamento de sua alienação enquanto sujeito produtor, a propriedade privada da terra permite que o espaço seja fragmentado, homogeneizado e hierarquizado instrumentalmente para fins econômicos e políticos (Lefebvre, 2013), com profundas implicações sobre o cotidiano urbano em termos de isolamento, segregação e alienação espacial. Em ambos casos, o cercamento do comum constitui o mecanismo de cisão entre os trabalhadores e seus

> meios de produção e reprodução, cujo corolário é o desenraizamento da economia, a dissolução da comunidade e a abstração do valor (Marx, 2013; Polanyi, 2012). (TONUCCI FILHO, 2015, p. 377).

Desse modo, os espaços opostos à essa ótica mostram-se revolucionários de fato, ao empoderar e capacitar a população para que sejam detentores não só dos meios de produção, de suas terras e espaços de vivência, mas também do conhecimento e das técnicas necessárias ao desenvolvimento, resgatando os princípios antes postulados pelos utópicos e que aspiravam por uma nova sociedade, fortalecida por uma força motriz "em direção às utopias urbanas implica trabalhar por fora do capitalismo, fortalecendo outras economias, outras relações sociais de produção, e outras formas de produção do espaço que combatam a acumulação capitalista destrutiva." (MONTE-MÓR, 2018, p.236).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> Devemos nos preparar para estabelecer os alicerces de um espaço verdadeiramente humano, de um espaço que possa unir os homens para e por seu trabalho, mas não para em seguida dividi-los em classes, em exploradores e explorados; um espaço-matéria inerte que seja trabalhada pelo homem mas não se volte contra ele; um espaço Natureza social aberta à contemplação direta dos seres humanos, e não um fetiche: um espaço instrumento de reprodução da vida, e não uma mercadoria trabalhada por outra mercadoria, o homem fetichizado. (SANTOS, 1997, p.27).

É sobre o olhar emancipatório do indivíduo em relação ao espaço que são construídas as questões principais deste trabalho, objetivando a ilustração de uma linha teórico-argumentativa, também expositiva e de caráter denunciatório, na qual são

marcadas as características, contradições, potencialidades e falhas do sistema capitalista enquanto ordenador do espaço urbano. Negando uma perspectiva determinística e estabelecendo relações de causalidade estritas, o interesse é evidenciar que a alternativa capitalista, ao contrário do sinalizado pelas classes hegemônicas, não é nem a única oferta disponível nos modos de organização, e nem possuí um fascínio absoluto, ausente de contestações e problemas. Ao contrário, frequentemente nos esbarramos em mazelas e situações de extrema vulnerabilidade que escancaram os efeitos de um modo de produção e reprodução urbanos que acirram as desigualdades e nos levam ao questionamento do próprio funcionamento das lógicas espaciais já que aquilo que por vezes é considerado um empecilho à consolidação da paisagem urbana, na verdade, é parte do próprio sistema de formação dessas paisagens.

Apesar disso, essa proposta não se finda mirando a formação de sociedades necessariamente igualitárias, mas compromete-se no reconhecimento de que devem ser retomadas e fortalecidas estratégias subversivas capazes de incentivar as transformações necessárias à dinâmica urbana, e por assim envolvendo os seus principais agentes promotores: o indivíduo, o Estado e o Capital. Reconhece-se ainda o papel primordial da educação e da produção acadêmica, comprometidos com a pluralidade de interesses e com o bem estar coletivo, como peças chave na concepção dos debates que envolvam a promoção e o cumprimento de direitos individuais e coletivos, recuperando as superfícies necessárias ao debate sobre confiança mútua, respeito, colaboração e coexistência, características admitidas enquanto necessárias à recuperação da proliferação de espaços comuns e de uma linguagem de ordem comunitária, carente nos espaços públicos, nos níveis físicos e conceituais. Sinteticamente:

> Não é a necessidade das pessoas que guia os investimentos do Estado, mas a valorização dos capitais. Esse processo, por outro lado, evidencia as contradições do e no espaço e a crise imanente se manifesta de forma inequívoca nas paisagens urbanas, não somente nas formas, mas também nos conteúdos sociais. Como mostra Canettieri (2019, p. 94), o processo de periferização não é algo ocasional, mas a norma da urbanização contemporânea e que evidencia os resíduos deixados pela totalidade em crise. Desse modo, como o outro lado da mesma moeda dos processos de requalificação, no "enobrecimento", ou embelezamento, dos espaços urbanos há a

> deterioração da vida urbana e da própria qualidade material da vida que se leva por parte da maior parte da população trabalhadora mais pobre, crescentemente empurrada para a margem da riqueza social produzida por ela mesma. (SANTOS, 2020, p.24).

Nesse cenário, observa-se cada vez mais a supressão dos interesses e da vida humana, de forma a sustentar que a "atrofia da cultura individual mediante a hipertrofia da cultura objetiva é um fundamento do ódio irado que os pregadores do individualismo extremo" (SIMMEL, 2005, p.130), entendendo que essa é uma condição para a consolidação e o avanço de uma mentalidade urbana conectada de forma intermitente com a racionalidade mercantil. Castells (1977, p. 84) nos indica que essa é uma característica de um *humanismo tecnocrático,* que delimita a cidade a partir da construção de iniciativas particulares de grupos e indivíduos que são limitados pelos meios de execução, cabendo ao urbanismo a racionalização e a definição do possível, articulando os meios necessários à realização dos objetivos propostos. O fenômeno urbano, como consequência, é marcado pela expressão dos valores correntes na cultura própria de um lugar e de um tempo. Como no tempo corrente, onde a linguagem e os signos hegemônicos são a própria linguagem de mercado, e os meios de execução parecem se voltar também para o mesmo agente, sobressaltam-se a cultura mercantil e a dinâmica mercadológica nas sociedades.

A partir desse momento instalam-se e são percebidas rupturas e crises de representação diversas, retomando à hipótese de Benjamin (1995, p.239) de que o indivíduo atua em direção ao confronto se não se vê contemplado na imagem, não porque simplesmente quer destruir aquele resultado, mas devido ao próprio caminho percorrido em relação à superação da encruzilhada. Mais uma vez, destaca-se que o "projeto de construção política a serviço de valores identificados com a civilização foi um projeto elitista e tecnocrático, imposto aos cidadãos sem um debate e com escassa consulta" (CASTELLS, 2018, p. 86), o que, segundo Castells (2018) levou a população à uma crise de representação que vai penetrar o campo político trazendo uma crise nas próprias instituições, acentuando o desgaste democrático e consolidando o cenário de instabilidade e de hegemonia do capital sobre as instituições que já não mais são capazes de responder aos anseios de uma população desarticulada.

Não somente, a crise é demonstrada também em discussões sobre sustentabilidade, natureza e meio ambiente, suficientemente desgastados pelo regime capitalista e que sinalizam a necessidade de transformações nas relações estabelecidas nos momentos de produção, reprodução e descarte. Assim, carece a necessidade urgente da formulação de iniciativas comunitárias, que, se não apresentam valor econômico estrito dentre os planos de negócio, beneficiam e "constituem uma constelação de possibilidades de desenvolvimento local e endógeno que preservam e promovem a sustentabilidade com respeito às culturas locais."(CAVALCANTE, 2018, p. 333), em uma guinada consciente, racional e protecionista do verde, entendendo a degradação e o esgotamento de recursos como ameaças à qualidade de vida e ao bem estar das populações.

Assim, ao nos questionarmos **como as experiências de autogestão e de caráter comunitário se diferenciam do ordenamento mercadológico dos espaços**, nos deparamos com respostas em diferentes aspectos, mas todas convergem no sentido de admitirem seu potencial utópico, não no sentido de impraticáveis e irreais, mas pela abordagem apresentada por Derrida (2005) e que sinaliza uma vontade de ação em desenvolvimento e construção de uma nova sociedade, incorporando metodologias, questões e observações alternas ao modelo capitalista, promovendo a prática de medidas não coercitivas e de liberdade que têm como principal foco a emancipação da população, entendida como imprescindível à possibilidade de trocas e experiências efetivamente compartilhadas. Portanto, adota-se o discernimento de que são nesses recintos, coletivos e revolucionários, que se dão os espaços comuns e que são consolidados os modos de vida em que maximizam-se os benefícios coletivos e individuais, em diferente âmbitos, mas principalmente na provisão de acessos a todos, sejam eles nos níveis educacionais, de trabalho, de lazer e até do próprio mercado.

Em matéria de política urbana, ficam alguns achados. Em primeiro lugar, destacam-se as estratégias que permitem aos habitantes a expressão máxima e a verbalização de seus desejos, prezando por uma comunicação mais horizontalizada e que considere as necessidades reais notificadas e visualizadas pelos moradores. Nesse sentido, medidas como o Orçamento Participativo, a realização de Plebiscitos, Assembleias e ainda de Chamamentos Públicos parece fortalecer o ideal democrático, valendo-se dos potenciais de comunicação e colaboração colocados nesses ambientes,

cabendo um destaque à necessidade de ampliação dos debates e maior democratização das experiências, que muitas vezes ficam apoiadas em comunidades epistêmicas e sobrevalorizam os espaços dados aos detentores das estruturas de poder, formal e informal, em hegemonia. Em segundo lugar, e ainda em diálogo com o primeiro indicador, devem ser valorizadas metodologias alternativas que coloquem o indivíduo como participante e agente formulador, reduzindo a passividade frente às mudanças e colocando-o como potencial agente transformador.

Por último, vale uma releitura sobre as escalas de projeto urbano e a paisagem. Embora a escala urbana e interurbana seja de extrema importância, e os planos de integração e desenvolvimento desempenhem função substancial nos contextos de políticas públicas urbanas, é necessário que essa consideração não ofusque nem inviabilize a emersão de planos e projetos em escalas menores, especialmente a escala humana. A escala humana é capaz de incentivar não só a coesão social e o espírito comunitário, a partir do estabelecimento de relações de confiança e reciprocidade, mas também corroborar ativa e expressivamente na redução de problemas climáticos, no compartilhamento e redução do uso de recursos e fontes energéticas, mobilizadas pelo oferecimento de serviços em maior proximidade aos habitantes. Assim, espera-se que sejam reduzidas as desigualdades e que os ônus do existir sejam repartidos entre os cidadãos de forma mais justa e racional, promovendo benefícios a todos nos níveis individual e coletivo e, assim, uma comunidade empoderada, suficiente em harmonia.

REFERÊNCIAS

ABENSOUR, M. **La democracia contra el Estado.** Buenos Aires: Colihue S.R.L, (Tradução Eduardo Rinesi), 1ªed. 1997.

ABRAMITZKY, R. **The Limits of Equality: An Economic Analysis of the Israeli Kibbutz.** Job Market paper 1, 2005.

ALFONSIN, B. **O significado do Estatuto da Cidade para a Regularização Fundiária no Brasil.** In: RIBEIRO, L. CARDOSO, A. (Organizadores). Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

ALVES, G. A. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **Geousp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 551-563, dez. 2019, ISSN 2179-0892.

ALSAYYAD, N. ROY, A. Modernidade Medieval: Cidadania e urbanismo na era global. **Novos Estudos**. v. 85, p. 105 - 128, 2009.

ALVARENGA, M. M. Crise, Urbano e Revolta: As Jornadas de Junho de 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

APARECIDO, T. A. *Ampliando o Debate sobre a Participação Política e a Construção Democrática: O Movimento de Moradia e as Ocupações de Imóveis Ociosos no Centro da cidade de São Paulo*. 2014. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ASCHER, F. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce", **Cadernos IPPUR**, ano VIII, n. 1,p. 83-96, 1994.

BARROS, J. D. Charles Fourier, os falanstérios e a crítica à civilização industrial. **RIPS. Revista de Investigaciones Políticas y Sociológicas.** v. 15, n. 2, p. 223-238, 2016.

BASSUL, J. R. **Reforma Urbana e Estatuto da Cidade.** EURE (Santiago) v.28 n.84 Santiago sep, 2002 [Online].

BENJAMIN, W. Imagens do Pensamento. In.: **Obras escolhidas II. Rua de Mão Única.** São Paulo: Brasiliense. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho; José Carlos Martins Barbosa. p. 235-237, 1995.

BONETI, L. W. As políticas públicas no contexto do capitalismo globalizado: da razão moderna à insurgência de processos e agentes sociais novos. **PRACS: Revista**

Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, n. 5, p. 17-28, 2012.

BOTELHO, M. L. Teoria da Crise em David Harvey: Observações sobre os Limites do Capital. **Revista Continentes (UFRRJ)**, ano 3, n.4, 2014, p. 66-111.

BORJA, J. "As cidades e o planejamento estratégico. Uma reflexão europeia e latino americana". In: FISCHER, T. (Org). **Gestão contemporânea. Cidades estratégicas e organizações locais.** Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1996.

BROWN, W. **Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution,** 1. ed. New York: Zone Books, 2015.

CANETTIERI, T. *A condição periférica: uma crítica da economia política do espaço em paralaxe.* 2019. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

CARLOS, A. F. A. **O Lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007.

CASTELLS, M. **The Urban Question: A Marxist Approach**. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1977.

CASTELLS, M. BORJA, J. As Cidades como Atores Políticos. Novos Estudos, **CEBRAP**, n.45, p.154-166, 1996.

CASTELLS, M. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Tradução: Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Zahar, 2018.

CAVALCANTE, A. **O financiamento do desenvolvimento sustentável**. In: ANDRADE, M. V. ALBUQUERQUE, E. M. (Editores). Alternativas para uma Crise de múltiplas dimensões. Coleção Popular e Economia. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018.

CHAUÍ, M. Notas sobre Utopia. **Ciência e Cultura**, v. 60, n. 1, 2008.

CHOAY, F. **O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia**. Tradução Dafne N. Rodrigues. 5ª edição. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

CRESSWELL, T. **Place: A Short Introduction.** Malden, Mass. : Blackwell, 2009.

ÇELIK, N. ÖZPEK, H, B. **Solidarity economy, economic collectivism and self-management: THE Kibbutz Experience**. 12th ASECU: Inclusive and Sustainable Development and the Role of Social and Solidarity Economy, 2016.

COSTA, A. R. Sistema Econômico das Ecovilas sob abordagem da Economia Social. am**InterfacEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente.** v.5, n.3, 2010.

DARDOT, P. LAVAL, C. **Común: ensayo sobre la revolución en el siglo XXI**. Primera edición. Barcelona, 2015.

DASMANN, R. Achieving the sustainable use of species and ecosystems. **Landscape Planning**, v. 12, n. 3, p. 211-19, 1985.: Editorial Gedisa, 2015.

DEAN, J. **Crowds and Party.** London, UK: Verso, 2016.

DE GRAZIA, G. **Estatuto da Cidade: Uma Longa História com Vitórias e Derrotas.** In: OSÓRIO, L. M. (Org). Estatuto da Cidade e Reforma Urbana: Novas Perspectivas para as Cidades Brasileiras. Porto Alegre, Sergio Antonio Fabris Editor, 2002.

DERRIDA, J. **Paper Machine**. Trans. Rachel Bowlby. Stanford: Stanford University Press, 2005.

DUBNOW, S.M. **History of the Jews in Russia and Poland.** Philadelphia, Jewish Publication Society of America, 1920.

DURRETT, C. e MACCARMANT, K. – **Cohousing: A Contemporary Approach to Housing Ourselves**. EUA: Habitat Press, 1988.

ENGELS, F. **Do Socialismo Utópico ao Científico.** Edição de Bolso. São Paulo: Edipro, 2017.

ENZENSBERGER, H. M. **Guerra Civil**. 1. ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2002.

FARIA, J. H. **Gestão Participativa: Relações de Poder e de Trabalho nas Organizações.** São Paulo: Editora Atlas, 2009.

FARKAS, J. Nature Faith and Native Faith as Integrative Spiritualities in Hungarian Ecovillages, **Journal for the Study of Religion, Nature and Culture,** v. 12, n.2, p. 125-146, 2018.

FERREIRA, M. Robert Owen (1771-1858): Uma nova concepção de sociedade. **Educação, Sociedade & Culturas**, n.4, 1995.

FINCHELSTEIN, F. **From Fascism to Populism in History.** Berkeley, California: University of California Press, 2017.

FRANÇA FILHO, G. C. **Políticas públicas de economia solidária no Brasil.** In: FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, J-L; MEDEIROS, A.; MAGNEN, J-P. Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREITAS, V. S. NETO, F. B. Qualitative Comparative Analysis (QCA): usos e aplicações do método. **Revista Política Hoje - 2a Edição** - v. 24 - p. 103-117, 2016.

GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista**, Caderno CRH, Salvador, v. 16, n. 39, p. 181-211, 2003. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewissue.php?id=12>. Acesso em: 10 de Agosto de 2021.

GARAY, M. GARCÍA, A. GARCÍA, O. Cohousing: una alternativa comunitaria a la propiedad privada. **Cuadernos Latinoamericanos de Administración.** v.14, n.27, p.58-65, 2018.

GIDDENS, A. **A Constituição da Sociedade.** São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GILMAN, R. GILMAN, D. **Ecovillages and sustainable communities: a report for Gaia Trust.** Gaia Trust, 1991.

GRAHAM, S. MARVIN, S. **Splintering urbanism**. Nova York: Routledge, 2001.

HABERMAS, J. **The theory of communicative action. Vol 1. Reason and the rationalization of society.** Boston, Beacon Press, 1984.

HARDING, A. Taking City Regions Seriously? Response to Debate on „City-Regions: New Geographies of Governance, Democracy and Social Reproduction. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.31, n.2, p. 443-458. 2007.

HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 2, n.1, p.101–131, 1978.

HARVEY, D. **Urbanismo y desigualdad social.** Madrid, Siglo Veintiuno de España Editores, 1992.

HARVEY, D. **O Neoliberalismo: Histórias e Implicações.** 5. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2008.

HARVEY, D. **Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana.** Madrid: Akal, 2013.

HUYSSEN, A. **Passados presentes: mídia, política e amnésia**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JACOBS, J. Downtown is for People. **Fortune Magazine**, 1958.

JAMESON, F. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

JAMESON, F. **Archeologies of the Future: The Desire called Utopia and Other Science Fictions**. London: Verso, 2007

KRASTEV, I. **Democracy Disrupted: The Global Politics of Protest**. Philadelphia, Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 2014.

KRAUSE, C. BALBIM, R. NETO, V. C. L. **Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: Onde fica política habitacional?** Texto para Discussão, n. 1853, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2013.

KONINGS, M. Neoliberalism and the State. In: CAHILL, D. EDWARDS, L. STILWELL, F. (Eds.), **Neoliberalism: Beyond the Free Market.** Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 2012.

LASWELL, H.D. **Politics: Who Gets What, When, How.** Cleveland, Meridian Books. 1936/1958.

LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. 1. ed. Oxford, UK: Basil Blacwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2009.

LEVITSKY, S. ZIBLATT, D. **How Democracy Dies.** New York, New York: Broadway Books, 2018.

LIMONAD, E. *Os lugares da urbanização - O caso do interior fluminense.* 1996. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo.

LIPOVETSKY, G. **Os tempos hipermodernos**. 1. ed. São Paulo: Ed. Barcarolla; 2004.

LVNI, M. **Ecology, Eco-Zionism, and the Kibbutz.** In: PALGI, M. REINHARZ, S. (Ed.). One Hundred Years of Kibbutz Life: A Century of Crisis and Reinvention. New Jersey: Transaction Publishers, 2014.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. 1. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1981.

MALUENDA, M. C. B. Repensar la política fiscal sobre la rehabilitación de viviendas: Propuesta de Régimen Fiscal para iniciativas Cohousing. **CIREC - España: Revista Jurídica,** v.31, p.1-30, 2017.

MAGALHÃES, F. N. C. *O neoliberalismo e a produção do espaço na metrópole: subjetividades, insurgências e redes na economia política da urbanização contemporânea.* 2015. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

MARICATO, E. **Reforma Urbana: Limites e Possibilidades: Uma Trajetória Incompleta.** In: RIBEIRO, L. C. Q. SANTOS JR, O. A (Orgs).. Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 309-325, 1997.

MARTINS, S. M. M. Crítica à economia política do espaço. In: DAMIANI, A. L., CARLOS, A. F. A., SEABRA, O. D. L. (Org). **O espaço no fim de século: A nova raridade.** 1 ed. São Paulo: Contexto, 1999, v. p. 13-41.

MARQUES, E. C. BICHIR, R. M. Estado e Espaço Urbano: Revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. **Revista de Sociologia e Política.** n. 16, p. 9-29, jun. 2001.

MARQUES, E. De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas. **Novos Estudos**, v. 35, 2016.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital.** São Paulo: Boitempo, 2013 (1867).

MCKENZIE, E. **Privatopia: homeowner associations and the rise of residential private government.** New Haven, CT: Yale University Press, 1994.

MENDONÇA, R. F. Dimensões democráticas nas Jornadas de Junho: Reflexões sobre a compreensão da democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.33, n. 17, p.1-24, 2018.

METCALF, William. **The Findhorn book of community living.** Reino Unido: Findhorn Press, 2004.

MONTE-MÓR, R. **Utopias urbanas e outras economias.** In: ANDRADE, M. V. ALBUQUERQUE, E. M. (Editores). Alternativas para uma Crise de múltiplas dimensões. Coleção Popular e Economia. Belo Horizonte: CEDEPLAR - UFMG, 2018.

OLSON, M. **A Lógica da Ação Coletiva: os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. 1. ed. São Paulo: Ed. Edusp, 2015.

POGREBINSCHI, T. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro. **Civilização Brasileira**, 2009, p. 391.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012 (1944).

POLEY, L. D. *Community and the habits of democratic citizenship: An investigation into civic engagement, social capital and democratic capacity-building in US cohousing neighborhoods.* 2007. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Virginia Polytechnic Institute and State University, Estados Unidos.

POULANTZAS, N. **Pouvoir politique et classes sociales de l'État capitaliste.** Paris: Maspero, 1968.

POULANTZAS, N. **O Estado, O Poder, O Socialismo,** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

RANCIERE, J. **A partilha do sensível: estética e política.** 1. ed. São Paulo: Ed. EXO/34, 2005.

RAWLS, J. **A Theory of Justice.** 2. ed. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1999.

RIBEIRO. L. **O Estatuto da Cidade e a questão urbana brasileira**. In: RIBEIRO, L. CARDOSO, A. (Organizadores). Reforma Urbana e Gestão Democrática: promessas e desafios do Estatuto da Cidade. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2003.

RODRIGUES, A. M. G. Desigualdades socioespaciais - a luta pelo Direito à Cidade. **CIDADES**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

RODRIGUEZ, C. A. El Kibutz. **Publicaciones Periódicas de Universidades Dominicanas**, v.1, p.119-136, 1975.

ROSENTHAL, G. EIGES, H. Agricultural cooperatives in Israel. **FAO Regional Office for Europe and Central Asia Policy Studies on Rural Transition**, n. 5, 2013.

RUSHKOFF, J. **Present Shock: When Everything Happens Now.** New York, US: Penguin Press. 2013.

SÁNCHEZ, F. Políticas Urbanas em Renovação: Uma Leitura Crítica dos Modelos Emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n.1, 1999.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 4. ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova.** 1. ed**.** São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, T. A. *A Urbanização fetichista: Crise Imanente, Planejamento e Reprodução Capitalista do e no Espaço.* 2020. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SHIELDS, R. **Places on the margin: Alternative geographies of modernity**. London, Routledge, 1991.

SHIELDS, R. "Spatial stress and resistance: Social meanings of spatialization". In: BENKO, Georges e STROHMAYER, Ulf (Eds.). **Space & social theory. Interpreting modernity and postmodernity**. London, Blackwell Publishers, 1997, p. 186-202.

SHIELDS, R. **Lefebvre, Love and Struggle: spatial dialectics.** 14. ed. London: Routledge, 1999.

SILVA, E. R. O Planejamento Estratégico sem plano: uma análise do empreendedorismo urbano no Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.º 2 (Dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 279 a 306, 2012.

SIQUEIRA, G. M. V. *Tensão entre as racionalidades substantiva e instrumental na gestão de ecovilas: novas fronteiras do campo de estudos.* 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Departamento de Ciências da Administração, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SIMMEL, G. **As Grandes Cidades e a Vida do Espírito.** Texto Original: Die Großstädte und das Geistesleben". In: SIMMEL, Georg. Gesamtausgabe. Frankfurt: M. Suhrkamp. 1995. vol. 7. pp. 116-131. Tradução de Leopoldo Waizbort, 2005.

SIMON, W. M. History for Utopia: Saint-Simon and the Idea of Progress. **Journal of the History of Ideas**, v. 17, n. 3, p.311-333, 1956.

SOBRAL, D. G. C. *Ecovilas e Ética Ambiental. Utopia Saloia: o Caso da Ecoaldeia de Janas.* 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Escola de Ciências Sociais e Humanas - Departamento de Antropologia, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas - a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

TOMLINSON, A. **Consumption, Identity, and Style – Marketing, meanings, and the packaging of pleasure**. London, Routledge, 1994.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. **O direito à cidade na urbanização planetária, ou: Henri Lefebvre por uma nova cidadania urbana.** In: Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. (Org. COSTA, G. M.; COSTA, H.S.M.; MONTE-MÓR, R. L. M.). Belo Horizonte: C/Arte, 2015, p. 215-230.

TONUCCI FILHO, J. B. *Comum Urbano: A cidade para além do público e do privado.* 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

VAINER, C. B. **Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano.** In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 4ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VATTIMO, G. **Dialettica, differenza e pensiero debole**. In: ROVATTI, P.; VATTIMO, G. (a cura di) Il pensiero debole. Milano: Feltrinelli Editore, 1992.

VENTURA, M. M. O Estudo de Caso como Modalidade de Pesquisa. **Rev SOCERJ**. v. 20, n. 5, p. 383-386, 2007.

VESTBRO, D. – Design for gender equality – the history of cohousing ideas and realities. **In Built Environment.** Vol. 38, N.º3. Reino Unido: Alexandrine press, 2012.

VILLAÇA, F. **Perspectivas do Planejamento urbano no Brasil hoje.** Texto apresentado no II seminário Cidades Brasileiras – Desejos e Possibilidades, organizado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande, MS, 2000.

VITORINO, M. C*ohousing: estratégias de desenho e escalas do habitar em comum.* 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Porto, Portugal.

WHITE, M. White, The American Intellectual versus the American Cities. T**he Future Metropolis**. 1961.

WILLIAMS, Predicting an American future for cohousing. **Futures**, p. 268-286, 2008.

ZIZEK, S. **Primeiro Como Tragédia, Depois Como Farsa**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

ZIZEK, S. A verdadeira utopia. In: SOUSA, C. M., org. **Um convite à utopia** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016.